

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Cássio Vinícius Steiner de Sousa

O *Meta-Compositor* na Batalha da Figuração:

O Caso do Roubo do Baralho

e

O Jogo das Voltas Estranhas

PORTO ALEGRE

2016

O *Meta-Compositor* na Batalha da Figuração:

O Caso do Roubo do Baralho

e

O Jogo das Voltas Estranhas

Cássio Vinícius Steiner de Sousa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Gisele Dalva Secco

Porto Alegre, julho de 2016.

CIP - Catalogação na Publicação

Sousa, Cássio Vinícius Steiner de

O meta-compositor na batalha da figuração : o caso do roubo do baralho e o jogo das voltas estranhas / Cássio Vinícius Steiner de Sousa. -- 2016.
154 f.

Orientadora: Gisele Dalva Secco.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Filosofia da linguagem. 2. Filosofia da lógica.
3. Filosofia do atomismo lógico. 4. Tractatus. I.
Secco, Gisele Dalva, orient. II. Título.



O Selvagem Auto-Tornado Visível

Agradecimentos

À minha orientadora, Gisele Secco, por toda sua disponibilidade, apoio, por suas muitas leituras e correções, pela liberdade e estímulo que me passou em todos momentos da escrita desse trabalho.

À minha antiga orientadora, Sílvia Altmann, pela sua paciência e dedicação para ensinar e guiar minhas reflexões filosóficas.

Aos meus amigos do PPG Fernando Carlucci e Rodrigo Ferreira por todos os debates, críticas e comentários.

Ao meu amigo, Adenauer Casali, pelo interesse e pelas diversas questões apresentadas ao logo do trabalho e também na versão final do mesmo.

À minha família por acreditar e apoiar continuamente a busca dos meus sonhos, especialmente meus pais Ernesto e Lorena.

Aos membros da banca Frank Thomas Sautter, Luiz Carlos Pinheiro Dias Pereira e Paulo Francisco Estrella Faria.

Ao CnPq pela bolsa de estudos sem a qual a realização este trabalho não seria possível.

*When a magician waves his hand and
says: "This is where the magic is
happening." The real trick is
happening somewhere else.
Misdirection...
The basic concept of magic.
Thaddeus Bradley, Now You See Me*

Resumo

A presente dissertação tem dois objetivos. Em primeiro lugar, pretendemos armar um debate entre Russell e Wittgenstein tendo como questão mestra a relação entre lógica e linguagem. Em especial, procuramos encontrar elementos em *The Philosophy of Logical Atomism* e no *Tractatus Logico-Philosophicus* para reconstruir a resposta que consta em cada uma das obras para as questões: *qual o estatuto lógico da linguagem corrente? Qual a função do lógico enquanto tal?* Em segundo lugar, pretendemos apresentar um jogo de cartas – o jogo da Figuração – que desenvolvemos ao longo da pesquisa e funciona como uma ilustração do *Tractatus*. Em função do jogo será possível compreender algumas das principais teses da obra. Em especial, o papel da teoria da figuração e a distinção entre dizer e mostrar como pilares da explicação tractariana para a questão sobre o funcionamento lógico da linguagem. Além disso, com base na semelhança entre o nosso jogo da figuração e a explicação de Wittgenstein para o funcionamento lógico da linguagem, apresentaremos uma série de razões que justificam o fracasso do projeto de Wittgenstein. Por fim, defenderemos a tese segundo a qual o nosso pensamento funciona com base em uma série de padrões lógicos distintos e não apenas um único padrão lógico (tal qual defendido no *Tractatus*).

Palavras Chave:

Wittgenstein, Russell, *Tractatus*, Filosofia da Linguagem, Filosofia da Lógica, Filosofia do Atomismo lógico.

Abstract

The present dissertation has two goals. In the first place, we intend to construct a debate between Russell and Wittgenstein having the relation between logic and language as our master question. In particular, we seek to find elements in *The Philosophy of Logical Atomism* and the *Tractatus Logico-Philosophicus* to reconstruct the answer in each of the works for the questions: what is the logical status of the current language? What is the role of the logician as such? Secondly, we intend to present a card game – the Picture game- that we developed throughout the research and functions as an illustration of the *Tractatus*. Based on the game we will be able to understand some of the main theses of the work. In particular, the role of picture theory and the distinction between saying and showing as pillars of the tractarian explanation for the question about the logical functioning of language. Moreover, on the basis of the similarity between our picture game and Wittgenstein's explanation for the logical functioning of language, we will present a number of reasons for the failure of Wittgenstein's project. Finally, we will defend the thesis that our thinking operates on the basis of a series of distinct logical patterns and not just a single logical pattern (as defended in the *Tractatus*).

Key Words:

Wittgenstein, Russell, *Tractatus*, Philosophy of language, Philosophy of Logic, Philosophy of logical atomism.

Sumário

1. A Carta na Taverna.....	9
2. Aquiles e a Tartaruga em: O CASO DO ROUBO DO BARALHO.....	13
3. O Atomismo Lógico de Russell.....	31
3.1. Sobre o Estatuto Filosófico do Atomismo Lógico.....	32
3.2. A Linguagem Ideal de Russell ou <i>Russellianes</i>	44
3.3 Considerações finais.....	63
4. Umas Imagens, Outras Montagens.....	66
5. Aquiles e a Tartaruga em: A MOLDURA NO MITO DA CAVERNA.....	67
6. O Sentimento Lógico-Filosófico de Wittgenstein no <i>Tractatus</i>	70
6.1. Da Busca pela Notação Ideal ou o Ponto Cego na Introdução de Russell.....	71
6.2. <i>Que</i> a Lógica da Linguagem Cuida de Si ou o Ponto Cego na Leitura de Pears.....	79
6.3. <i>Como</i> a Lógica da Linguagem Cuida de si mesma ou Lógica da Figuração..	90
6.4. A Questão da Prerrogativa e Teoria do Significado.....	103
6.5 Considerações finais.....	114
7. Aquiles, a Tartaruga e o Estrangeiro em: O JOGO DAS VOLTAS ESTRANHAS.....	117
8. Referências bibliográficas.....	153

1. A Carta na Taverna

Caro leitor, para começo de conversa, gostaria que você imaginasse que estamos – você e eu – dentro de uma taverna qualquer, num canto do canto da galáxia. Estamos sentados – face à face – em torno dessa mesa próxima à porta de entrada. É aqui que lhe entrego essa carta tendo a certeza que fica em boas mãos. Ao abri-la você lê: – ¹ –. Agora se você estiver se perguntando qual a moral de entregar dentro da carta uma carta para você ler, direi que isso vem para ilustrar não apenas que, ao longo do nosso percurso, nem sempre seguiremos – ao pé da risca – o padrão de formalidade dissertativo como, também, para alertá-lo desde já que parte dele será algo como uma aventura experimental, uma espécie de fuga improvisada. Com isso sempre presente na mente, para não o deixar muito inseguro – pensando que iremos seguir andando a esmo no escuro –, senti-me na obrigação de iniciar nossa conversa fora da *carta de rodapé* – que há pouco lhe entreguei –, dentro dessa que é: *a carta na taverna*.

Se estivéssemos num outro mundo possível teríamos à nossa disposição: régua, compasso, transferidor, papel à vontade e um lápis bem apontado. Porém – no interior dessa taverna – tudo que vemos é esta faca sobre a mesa. Sendo assim, cumpre-nos esculpir – no tampo de madeira mesmo... mesmo com ponta de faca – os rudimentos do nosso mapa. Tome-o apenas como um esboço do porvir em nosso percurso quando abirmos a porta – na nossa aventura fora da carta de dentro taverna. Para começar a rabiscar o mapa da trilha, gostaria de chamar atenção para os propósitos de nossa aventura. Tenho certeza que você deve estar lembrado da famosa história do *Nau-Tractatus*. Dizem as lendas que o seu jovem capitão Wittgenstein navegou por mares lógicos inexplorados e quando retornou prometeu mundos e fundos com o fruto de suas conquistas. Porém, os anos passaram e o velho capitão já desacreditado de suas conquistas passadas afundou a própria Nau no interior das bizarras profundezas. Agora o que você pensaria se lhe dissesse que nem tudo nessa lenda está conforme? Estou convicto de que há algo muito mal contado em toda essa história. Pelo menos, ao que tudo indica a nau segue firme e forte, porém, agora, navegando noutra oceano – em terra firme vai na *crista da onda do baralho*.

¹ Volte para carta original!

Muitos reparos precisaram ser feitos; uma série de peças inúteis precisaram ser jogadas fora; outra série de peças precisou ser adicionada, mas agora não resta dúvidas de que, embora a Nau não esteja para o que foi, ela vive no que veio. Os detalhes deixarei que você veja por você mesmo. Só gostaria de chamar atenção para alguns pontos que considero fundamentais: em primeiro lugar, deixaremos o mundo de lado e focaremos todos os esforços em nós mesmos. Em especial, o que nos importa são os padrões lógicos que seguimos em *conversas propriamente ditas*. Começaremos com uma simples conversa de baralho que segue um único padrão lógico – a lógica da figuração. Além disso, ofereceremos uma explicação rudimentar de como é possível fazer a lógica da figuração funcionar simultaneamente com outros dois outros padrões lógicos. Falando assim sei que não parece ser grande coisa e talvez não seja mesmo. De qualquer modo, é um caminho selvagem.... Quanto a isso, embora não haja qualquer menção explícita, é importante destacar que parte do nosso percurso se deve à leitura de *Gödel, Escher e Bach* (GEB), de Hofstadter. Nesse contexto, parte do esforço consistiu em misturar peças do *Nau-Tractatus* com uma variação da distinção de *GEB* entre *operar no sistema* e *operar sobre o sistema*.

A última coisa que gostaria de informá-lo, antes de que você embarque na nossa aventura fora da carta de taverna, diz respeito à dissertação que comparece como parte na nossa aventura. Nosso objetivo com ela foi armar um debate entre Russell e Wittgenstein tendo como questão mestra a relação entre lógica e linguagem. Em especial, procuramos encontrar elementos em *The Philosophy of Logical Atomism* e no *Tractatus* para reconstruir a resposta que consta em cada uma das obras para as questões: *qual o estatuto lógico da linguagem corrente? Qual a função do lógico enquanto tal?*

Se não estamos enganados, grande parte do projeto filosófico de ambos os autores está intimamente conectado com a resposta que oferecem para tais questionamentos. Com relação a primeira questão, nossa aposta é que Wittgenstein está comprometido com aquilo que chamaremos de *Tese da Perfeição Constitutiva da Linguagem Corrente* (*Tese da Perfeição*) e Russell está comprometido com a *Tese da Imperfeição*. Além disso, também consideramos que tanto Russell quanto Wittgenstein, embora defendendo teses opostas, extraem isso como um resultado de suas reflexões e não exatamente como um pressuposto ou ponto de partida. Isto é,

ambos oferecem razões para a adoção de tais teses (no caso de Wittgenstein há razões para recusar a tese da imperfeição e adotar a tese da perfeição e no caso de Russell há razões para recusar a tese da perfeição e adotar a tese da imperfeição).

A tese da imperfeição caracteriza-se, de um lado, pela ideia segundo a qual nem todas as proposições da linguagem corrente têm um sentido completamente determinado – i. e., não são bipolares –, de outro lado, é possível que um certo falante simplesmente falhe ao exprimir – ainda que não se aperceba. Nesse caso, a ‘culpa’ não é exatamente do falante, mas deve-se ao próprio caráter imperfeito da linguagem corrente que ele usa para se comunicar. Já a tese da perfeição consiste na ideia segundo a qual todas as proposições passíveis de geração no interior da linguagem corrente têm um sentido preciso e completamente determinado. Nesse caso, se há alguma eventual falha ao exprimir (como, p. ex., vagueza, falha na referência etc.), então a culpa não é da linguagem corrente, mas do falante que não tem compreensão sobre o funcionamento lógico da linguagem.

Além disso, faremos uma conexão entre a questão sobre o estatuto lógico da linguagem e a questão sobre o papel do lógico enquanto tal. No caso de Russell, na medida em que ele adota a tese da imperfeição, cumpre ao lógico desenvolver uma linguagem ideal que – para propósitos filosóficos – seja imune aos problemas constitutivos da linguagem corrente. Com relação a isso, consideramos que parte do projeto de Wittgenstein consiste em tecer críticas severas a todo e qualquer projeto de desenvolver uma linguagem ideal. Num primeiro momento, há um certo convite para que – interrompamos a busca por uma linguagem ideal e – reflitamos se as ‘imperfeições’ da linguagem corrente são propriamente imperfeições da linguagem corrente. Num segundo momento, há o abandono da ideia de que uma linguagem ideal poderia ser mais perfeita do que a linguagem corrente já o é. Nesse contexto, na medida em que eventuais ‘imperfeições’ da linguagem corrente não são propriamente imperfeições da linguagem corrente, há uma passagem da busca por uma linguagem ideal para a busca de uma notação ideal. Pois, de um lado, tais imperfeições são meramente aparentes e devem-se à forma gramatical aparente que encobre a forma lógica real das proposições da linguagem e, de outro lado, há uma denúncia de que a própria busca por uma linguagem ideal depende de um certo vício insanável, a saber,

não somos capazes de *dizer* na linguagem quais são os seus pressupostos lógicos de funcionamento, pois isso é algo que o seu próprio funcionamento lógico *mostra*.

Agora vá... Mas antes que me esqueça: tome aqui esse baralho!

2. Aquiles e a Tartaruga em: O CASO DO ROUBO DO BARALHO

Com um baralho de cartas na mão, muito animado, Aquiles se aproxima correndo do Sr. Tartaruga que, compenetrado, banha seu casco no sol enquanto lê vagarosamente um livro.

Aquiles: Oi, Sr. Tartaruga. Como você está?

Tartaruga: Oi, Aquiles. Estou em meu casco. E você?

Aquiles: Bem você! Sempre desviando das minhas perguntas e me contrariando. Não foi isso que eu quis dizer. De minha parte, estou bem. O que você está fazendo?

Tartaruga: Não é verdade caro amigo. No momento estou conversando com você.

Aquiles: Digo, o que você estava fazendo antes de começar a conversar comigo.

Tartaruga: Estava desfrutando do sol enquanto lia um livro que será escrito milênios depois de nossa época: o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein.

Aquiles. Que legal! Qual assunto o livro aborda?

Tartaruga: É um livro de lógica filosófica.

Aquiles: Bem você! Ler livros com assuntos complicados.

Tartaruga: Pois é, faz parte da minha condição. Aonde quer que eu vá, carrego comigo o peso do meu casco de questionamentos.

Aquiles: Bem você! Dramático e exagerado. Fale-me mais desse *Tractatus*. O que o autor diz em seu livro?

Tartaruga: Não posso dizer qualquer coisa. Pois seu autor não diz coisa alguma em seu livro.

Aquiles: AHA! Eu sabia que você viria com mais um de seus enigmas. Como é possível ler um livro que não diz qualquer coisa?

Tartaruga: Bem você, caro amigo! É típico dos seres apressados viver fazendo as perguntas erradas. Não seria melhor perguntar como é possível escrever um livro que não diz qualquer coisa?

Aquiles: Pois bem! Como é possível escrever um livro que não diz qualquer coisa?

Tartaruga: Nele o autor manifesta um sentimento.

Aquiles: Mas era só o que me faltava. Agora além de um livro de lógica filosófica que não diz nada temos um filósofo da lógica manifestando sentimentos em um livro de filosofia da lógica. Só falta agora me dizer que são sentimentos lógicos.

Tartaruga: Sempre colocando palavras não ditas na boca dos outros. Não falei de sentimentos no plural. É algo singular.

Aquiles. Pois bem, e qual é esse sentimento singular que o autor manifesta em sua enigmática obra?

Tartaruga: O sentimento de que “estaremos de posse de uma concepção logicamente correta uma vez que tudo esteja conforme em nossa notação” (4.1213).

Aquiles: Nossa! Não entendi uma única palavra do que você disse. Não que eu ache que você seja chato nem que eu estivesse com esperanças de entender alguma coisa, mas só de ouvir isso já fiquei aborrecido.

Tartaruga: Ora, meu caro, não que eu ache que você seja burro, mas seria estranho se você entendesse, pois eu não disse qualquer coisa com as minhas palavras. O livro não foi feito para os velocistas como você, mas foi escrito para dar prazer apenas àqueles que nasceram cascudos. Talvez seja o caso deixar o livro de lado em silêncio.

Aquiles: Acho melhor.

Tartaruga: Vejo que você está com um baralho de cartas na mão. Eu adoro cartas.

Aquiles: Quem diria, acho que encontramos algo que os velocistas e os cascudos compartilham. Adoro tanto as cartas que até criei um jogo.

Tartaruga: Se é verdade que nos identificamos em nosso apreço pelas cartas, é também em função delas que nos distinguimos. Pois só os corredores se prestam a criar jogos... aos cascudos é dado refletir sobre eles.

Aquiles: Quanta divagação...

Tartaruga: Estou deixando você aborrecido novamente?

Aquiles: Um pouco...

Tartaruga: Pois bem, eu paro com a divagação se você me ensinar o seu jogo. Qual é o nome desse seu jogo?

Aquiles: Nome?

Tartaruga: Sim, nunca lhe ocorreu que damos nome aos jogos? “Truco”, “Canastra”, “Pôquer”...

Aquiles: É verdade. Confesso que essa questão não havia passado pela minha cabeça...

Tartaruga: ...

Aquiles: ...

Tartaruga: E?

Aquiles: Não sei.

Tartaruga: Então me ensine a jogar ‘não sei’.

Aquiles: Não, ‘não sei’ não é o nome do jogo. É que não sei como chamá-lo. Não sou bom em dar nome para as coisas.

Tartaruga: Que interessante, eu adoro dar nome pras coisas. Quem sabe você faz o favor de me ensinar esse seu jogo sem nome que depois eu faço o favor de batizá-lo.

Aquiles: Que ótima ideia Sr. Tartaruga...

Tartaruga: Então? O que você está esperando? O sol já está começando a se pôr.

Aquiles: É verdade. Mas, é que nunca parei para explicar o jogo, não sei direito por onde começar.

Tartaruga: 4.002

Aquiles: O quê?

Tartaruga: Nada não! Pare de enrolar. Quero aprender o seu jogo.

Aquiles. Desculpe-me. Já sei por onde começar: é um simples jogo de perguntas e respostas para dois jogadores. Um dos jogadores é o *mesa* e o outro é o *indagador*. De um lado, o mesa é responsável por configurar as *cartas* do *baralho* em *Trincas* e *Sequências* e responder as perguntas feitas pelo indagador. De outro lado, cabe ao indagador indagar se o mesa configurou ou não tal e tal trinca (“Número N: [naipe x, naipe y, naipe z]”) ou sequência (...). Por exemplo, se eu for o mesa e você for o indagador, você pode perguntar se eu configurei “sete de ouros, sete de paus e sete espada” em uma trinca (“7:[o,p,e]”). Nesse caso, se eu tiver configurado esta trinca específica, respondo que ‘sim’, caso contrário, respondo que ‘não’. E então, Sr. Tartaruga, decidiu qual vai ser nome jogo?

Tartaruga: Você não para de correr nem quando está parado. Seu jogo parece promissor, mas vamos mais devagar. Antes de qualquer outra coisa, tenho uma importante pergunta sobre a relação entre os jogadores e o jogo: os jogadores são algo para além de suas jogadas no jogo?

Aquiles: Mas é claro que sim! Para seguir no mesmo exemplo: eu sou o mesa e você é o indagador.

Tartaruga: Pois bem! Nesse caso, você concordaria que os jogadores que jogam o jogo fazem parte do jogo que é jogado?

Aquiles: Como assim? Os jogadores não fazem *parte* do jogo. Eles apenas *jogam* o jogo.

Tartaruga: Então você veria algum problema em separarmos o jogador que faz uma jogada no jogo da própria jogada que é realizada no jogo?

Aquiles: Que seja! Uma coisa é a jogada no jogo e outra coisa é jogador que faz a jogada no jogo. Só não sei qual a relevância disso para que possamos jogar o jogo.

Tartaruga: De fato! É completamente irrelevante para que possamos jogar o jogo. Porém, se, pois, para essas perguntas que estou fazendo existe um propósito que desejamos por ele mesmo e tudo que estamos fazendo aqui é no interesse desse fim; e se é verdade que nem toda as suas respostas demandarão novas perguntas (porque, então, o processo de perguntar se repetiria ao infinito – tal qual imaginado por Zenão quando nos colocou nessa nossa ingrata corrida –, e inútil e vão seria o nosso perguntar), evidentemente tal fim será o bem, digo, o nome do jogo. Nesse caso, meu caro corredor, perguntas irrelevantes para que possamos jogá-lo não podem deixar de ser colocadas.

Aquiles: Socorro! Só você sabe como eu odeio Zenão com todas as forças! Melhor deixar ele para lá e seguir perseguindo o nosso bem! Tudo pelo nome do jogo.

Tartaruga: Dito isso, dado que temos um propósito bem delimitado em vista, e para tal esse tipo de pergunta não é um mero *ir de vagar*, posso parar com toda essa divagação. Nesse caso, prossigamos nosso percurso bem devagar e com muita atenção. Tendo separado o jogador da jogada, você acharia adequado considerar que os jogadores fazem parte dos limites do jogo?

Aquiles: Não vejo qualquer problema nisso.

Tartaruga: Pense bem! Se for esse o caso, no jogo o mesa e o indagador não serão nada além das jogadas realizadas. (Assim, por exemplo, quando o indagador indagar se $7:[o,p,e]$ está ou não configurado isso não terá a forma ‘O Indagador indaga se o mesa configurou $7:[o,p,e]$ ’, mas apenas “‘ $7:[o,p,e]$ ’ é indagado”).

Aquiles: Já não havíamos chegado nisso antes?

Tartaruga: Se é assim, podemos tratar de questionamentos de outra ordem. Você está familiarizado com a distinção entre *função* e *argumento*?

Aquiles: Prefiro não correr o risco de falar bobagem.

Tartaruga: É melhor assim. Se bem entendi a sua ideia captura de um modo muito peculiar tal distinção. Pois você se aproveitou de que cartas possuem dois “parâmetros identificadores” – os naipes e os números – para garantir que as cartas contribuam de dois modos distintos em configurações de cartas. No seu exemplo, nota-se que o “7” compartilhado por todas as cartas da trinca contribui como *função* e os naipes distintos contribuem como *argumento*. É isso que se passa?

Aquiles: Que seja.

Tartaruga: Nesse caso, você acha que a forma da configuração faz parte da configuração?

Aquiles: Com certeza!

Tartaruga: E ela é um elemento adicional para além da configuração?

Aquiles: Que seja!

Tartaruga: Se é assim, a forma da configuração é algo externo à configuração?

Aquiles: Externo? Acho melhor não. A forma da configuração apenas faz parte da configuração.

Tartaruga: Mas se não é algo externo, então há de ser algo interno à própria configuração.

Aquiles: Foi isso que eu quis dizer!

Tartaruga: Nesse caso, a forma da configuração não é um elemento adicional da configuração, mas uma característica interna a ela.

Aquiles: Que seja!

Tartaruga: Nesse caso, não vê qualquer problema em considerar que cartas estão conectadas em configurações do mesmo modo que elos estão conectados em correntes?

Aquiles: Desde que o nome do jogo não seja “elos em correntes”... acho melhor não contrariar.

Tartaruga: Passemos a tratar de questões de outra ordem. O que garante que o mesa compreenda a indagação composta pelo indagador? O que garante que o indagador compreenda a resposta dada pelo mesa?

Aquiles: Não compreendi as suas perguntas. Você poderia fazer uma pergunta mais coerente?

Tartaruga: O que permite que o mesa e o indagador se entendam?

Aquiles: Ora, basta que ambos decidam jogar o mesmo jogo.

Tartaruga: Isso eu sei. Quero saber como isso é possível?

Aquiles: Às vezes você força minha paciência. Digamos que as palavras do indagador estejam correlacionadas com as cartas do mesa.

Tartaruga: É aí que você sempre se engana, se é verdade que eu forço a barra, é para que você aprenda o que significa ter paciência. Enfim... é possível que eu tenha entendido a sua resposta. No caso as palavras do vocabulário estão correlacionadas com as cartas do mesa, p. ex., o “sete de copas” está correlacionada com esta carta aqui: – *sete de copas* –.

Aquiles: Exatamente. Depois de correlacionadas as palavras e as cartas o jogo pode começar.

Tartaruga: E o que garante que as palavras do vocabulário do indagador possam estar correlacionadas em perguntas do mesmo modo que as cartas possam estar configuradas pelo mesa em trincas e sequências?

Aquiles: Basta que as palavras possam ser combinadas em indagações do mesmo modo que as cartas podem ser combinadas em trincas e sequências.

Tartaruga: Entendo. Trata-se de uma *correlação isomórfica* entre palavras simples do vocabulário do indagador e as cartas do baralho do mesa.

Aquiles: Que bom que você gosta de dar nome para tudo. Espero que o nome do jogo seja tão sonoro quanto esse.

Tartaruga: Veremos! Agora gostaria de saber se há alguma prioridade entre o mesa ou o indagador?

Aquiles: Acho que não captei... Prioridade em que sentido?

Tartaruga: Quero saber se além da correlação isomórfica há alguma prioridade que, digamos, vai das cartas até as palavras ou que, contrariamente, vai das palavras até as cartas.

Aquiles: Não acho que estejamos indo por um bom caminho, caro Sr. Tartaruga. Falho em compreender a relevância desse tipo de pergunta para que o jogo possa ser jogado. Parece-me que basta que o mesa e o indagador estipulem – em comum acordo – que cartas e palavras estão em correlação isomórfica.

Tartaruga: Pois bem! Agora gostaria de saber se esse acordo é realizado de modo integrado ou se vamos fazendo as correlações isomórficas entre cartas e palavras uma de cada vez.

Aquiles: Você consegue ver problema nos menores detalhes. Para evitar qualquer eventual futuro contratempo, acho melhor fazer a correlação uma por uma. Esta carta aqui chamamos de “Ás de Ouros”... esta aqui chamamos de “Rei de Paus”.

Tartaruga: Mas se havíamos estabelecido que as cartas e as palavras estão em correlação isomórfica, de que adianta fazer isso? Tudo que você fez foi correlacionar cartas e palavras, não vê que embora seja necessário está faltando algo para que o indagador e o mesa estejam em acordo?

Aquiles: Não entendi aonde você quer chegar.

Tartaruga: É simples! A mera correlação não é capaz de garantir que as palavras possam ser combinadas em indagações do mesmo modo que as cartas podem ser

combinadas em trincas e sequências. Se para o acordo é suficiente saber que tal e tal palavra do vocabulário do indagador está correlacionada com tal e tal carta do mesa, temo que não temos como garantir que ambos estejam jogando o mesmo jogo – mesmo que tudo se passe como se estivessem jogando o mesmo jogo.

Aquiles: Como assim?

Tartaruga: Por exemplo, digamos que ambos tenham correlacionado cartas e palavras e que, também, ambos tenham para si um certo conjunto diferente de possibilidades combinatórias de cartas em configurações e de palavras em indagações. Além disso, suponhamos que, a despeito das diferenças, haja uma certa porção que seja coextensiva entre tais conjuntos. Agora, se o mesa e o indagador supostamente jogarem um milhão de jogos e nunca ocorrer uma configuração ou uma indagação que esteja fora de tal parte coextensiva, isso não será nada além de pura coincidência. Mas se não é uma coincidência que ambos estejam jogando o mesmo jogo, o que está faltando é uma explicação que garanta, para além da mera correlação, o aspecto isomórfico da mesma. Para isso não basta apontar para a carta e vincular a ela uma palavra, pois mais do que correlacionar palavras e cartas, estamos correlacionando os modos possíveis de combinação entre ambas.

Aquiles: Mas já não havíamos obtido tais resultados antes?

Tartaruga: Se é o caso, pergunto-lhe se é possível saber as possibilidades combinatórias de palavras e cartas sem saber também as suas impossibilidades combinatórias?

Aquiles: Não. Saber as possibilidades combinatórias de palavras em perguntas e cartas em trincas e sequências é simultaneamente saber as suas impossibilidades combinatórias.

Tartaruga: Pois bem! Trata-se então de uma correlação isomórfica integrada. Compreender uma palavra do vocabulário é compreender todas. Compreender uma indagação é compreender todas.

Aquiles: Que seja. Já tem um nome para o jogo?

Tartaruga: Acho melhor irmos um pouco mais devagar, antes tenho duas perguntas. Posso configurar sequências com naipes diferentes? Há alguma diferença entre “sete de ouros, sete de paus e sete de espada” e “sete de ouros, sete de espada e sete de paus”?

Aquiles: Com relação à segunda pergunta: não há qualquer diferença entre ambas “7:[o,p,e]=7:[o,e,p]”. Com relação à primeira pergunta: só valem sequências

naipadas; uma sequência é composta por não menos e não mais do que três cartas (“Naipes N: [n, n+1, n+2]”). Além disso, para não deixar qualquer dúvida sobre a segunda pergunta: “O:[5,6,7]=O:[5,7,6]=O:[6,5,7]=O:[6,7,5]=O:[7,5,6]=O:[7,6,5]” .

Tartaruga: Entendi! Tenho outra pergunta: se o mesa configurar O:[5,6,7], então se segue que ele não configurou, p. e.x., O:[7,8,9]? Isto é, o mesa pode configurar a mesma carta – simultaneamente – em mais de uma de suas possibilidades combinatórias?

Aquiles: Sim!

Tartaruga: Sim o que? Ou minha pergunta hipotética é verdadeira ou o mesa pode combinar uma certa carta em mais de uma de suas possibilidades combinatórias. Você deve escolher uma das duas opções. Caso contrário, seu jogo é incoerente.

Aquiles: Realmente!

Tartaruga: Realmente o que? Você não vê que ou seu jogo é incoerente ou você nega um dos lados da disjunção exclusiva?

Aquiles: Sua lógica casa inteiramente com a minha. Pois também vejo as coisas do mesmo modo. Se eu não negasse um dos lados da disjunção exclusiva, meu jogo seria incoerente. Mas eu nego um dos lados da disjunção exclusiva. Logo, o meu jogo não é incoerente.

Tartaruga: Menos mal. Qual dos lados é negado?

Aquiles: O mesa pode configurar uma mesma carta – simultaneamente – em mais de uma de suas possibilidades combinatórias em trincas e sequências. Logo, se o mesa configurar O:[5,6,7], não se segue que ele não configurou O:[3,4,5]. Para ser mais preciso adianto que o sete de ouros pode estar configurado simultaneamente em todas as suas possibilidades combinatórias: O:[5,6,7]; O:[6,7,8]; O:[7,8,9]; 7:[o,p,e]; 7:[o,p,c]; 7:[o,c,e].

Tartaruga: Perfeito! Vejo que que estamos lidando com um Baralho Francês (e excluindo os coringas temos 52 cartas). Nesse caso, se levarmos em consideração todas as estipulações estabelecidas, temos que as cartas podem estar combinadas de 96 modos distintos. De um lado, o mesa pode configurar 44 sequências. De outro lado, o mesa pode configurar 52 trincas. Além disso, de sua resposta anterior, vejo que nada impede o mesa de efetivar todas as 96 possibilidades combinatórias.

Aquiles: Exatamente! Sua matemática casa com a minha.

Tartaruga: Agora ocorre-me uma dupla de perguntas com relação ao lado do mesa: o mesa pode não ter configurado uma carta? Cartas podem *aparecer* fora do contexto de trincas e sequências?

Aquiles: Sim (com relação à primeira pergunta) e não (com relação à segunda pergunta). O mesa pode escolher não configurar uma certa carta. Mas, nesse caso, o mesa não pode deixar ela “solta”. Se uma carta não está configurada em nenhuma de suas possibilidades combinatórias, então ela simplesmente está guardada no baralho.

Tartaruga: Suas respostas deixaram-me intrigado! Se o mesa pode não configurar uma certa carta e quando isso acontece ela está no baralho, as possíveis configurações de cartas que não estão efetivamente configuradas também estão no baralho? Digo, há alguma diferença entre uma possível configuração não efetivada e uma carta desconfigurada?

Aquiles: Há uma grande diferença entre ambas. Possíveis configurações não efetivadas não estão no baralho, tampouco em qualquer outro “lugar”. Pois se o mesa não as configurou, elas simplesmente não existem.

Targaruga: Desconfio que sei aonde você quer chegar. Sua ideia é traçar uma distinção radical entre o comportamento lógico de cartas e configurações de cartas. E, para tal, você quer deixar marcado que o par de noções *existir/inexistir* compete exclusivamente às configurações de cartas. É isso?

Aquiles: Exatamente!

Tartaruga: Além disso, se compreendi direito, embora as noções de existência ou inexistência sejam descabidas para o contexto das cartas isoladas, isso não significa que elas devam sempre estar em alguma configuração de cartas. Confere?

Aquiles: É isso mesmo! Você capturou minha ideia com perfeição.

Tartaruga: Então tenho duas sugestões. Imagine que há um *espaço lógico* com as 96 possibilidades de configurações de cartas em trincas e sequências. Além disso, que *no* jogo o mesa resume-se nas combinações efetivas no espaço lógico de possibilidades.

Aquiles: Parecem-me sugestões convenientes.

Tartaruga: E se o espaço lógico estiver vazio? Isto é, e se o mesa resolver não efetivar nenhuma das 96 possibilidades combinatórias?

Aquiles: Não havia concebido tal possibilidade limite. De qualquer modo, sem refletir muito responderia que nada impede que o mesa resolva, à princípio, não efetivar nenhuma das 96 possibilidades combinatórias. Mas, nesse caso, simplesmente não há

jogo. Do mesmo modo que não haveria jogo se o indagador se negasse a fazer qualquer indagação.

Tartaruga: Mas então temos um problema! Não seria mais adequado considerar que não há jogo se o indagador se nega a fazer indagações e o mesa se nega a responder as indagações do indagador?

Aquiles: Realmente!

Tartaruga: Nesse caso, você considera que essas 96 possibilidades combinatórias são independentes entre si?

Aquiles: Sim! Elas são absolutamente independentes umas das outras.

Tartaruga: Se é esse o caso, então, da efetividade ou não de uma configuração qualquer nada se segue acerca das outras 95.

Aquiles: É isso mesmo!

Tartaruga: Vejamos o lado do indagador, ele poderia indagar o mesa sobre a existência, p. ex., do três de ouros?

Aquiles: Depende! Se com isso você estiver indagando se o três de ouro está configurado em alguma de suas possíveis combinações, então não há qualquer problema. Nesse caso, se o mesa tiver configurado o três de ouro em alguma trinca ou sequência, ele responderá que “sim”. Se o mesa não tiver configurado o três de ouros, ele responderá que “não”. Se com isso você estiver querendo indagar algo sobre o três de ouros isoladamente de suas possíveis configurações em trincas e sequências, então você estaria violando o nosso acordo. Nesse caso, não está fazendo qualquer indagação legítima no jogo. Pois ao indagador cabe apenas indagar sobre a existência ou a inexistência de configurações de cartas e não sobre se uma carta existe ou não existe isoladamente de suas possibilidades combinatórias.

Tartaruga: Interessante! Nesse caso, cabem as mesmas restrições que foram feitas a propósito do mesa. Assim, é possível indagar se uma carta está ou não configurada, mas não se uma carta existe. Naturalmente você não vê qualquer ilegitimidade na pergunta: “o três de ouros está desconfigurado?”.

Aquiles: Pelas mesmas razões apresentadas anteriormente.

Tartaruga: Pois bem, vejamos mais a fundo o que você considera uma indagação legítima. O que você entende com a indagação “quatro de ouros, oito de ouros, nove de ouros”?

Aquiles: Entendo que não é uma indagação legítima. Pois viola o nosso acordo.

Tartaruga: Não esperava menos do seu jogo. E você entenderia a indagação: “há pelo menos uma sequência de ouros na mesa?”.

Aquiles: Embora seja uma *indagação elaborada*, entendo a sua indagação! Nesse caso, se uma dentre as 11 possíveis sequências de ouros estiver configurada, então o mesa responde que “Sim”. Caso contrário, o mesa responde que “não”.

Tartaruga: Naturalmente também seria possível indagar “A sequência é de ouros?”.

Aquiles: Se com isso você estiver indagando “há uma e somente uma sequência configurada e ela é de ouros”, não há problema algum. Nesse caso, se dentre as 44 sequências possíveis só uma delas estiver configurada e ela for de ouros, então o mesa responde que “sim”. Caso contrário, o mesa responde que “não”.²

Tartaruga: Como imaginei! Sendo assim, você diria que há alguma diferença entre uma indagação do tipo “O:[3,4,5]” e uma indagação do tipo “A sequência é de ouros”?

Aquiles: Não havia refletido sobre isso até logo antes. Parece correto distinguir *indagações básicas* de indagações que são elaboradas.

Tartaruga: Então estamos em sintonia. Utilizamos indagações básicas para gerar com base nelas indagações elaboradas. Nesse caso, precisamos de alguma coisa para conectar as indagações básicas de modo a tornar possível a formação de indagações elaboradas?

Aquiles: Você está se referindo a palavras como “e”, “ou” etc.?

Tartaruga: Exatamente. Quero saber se elas também são palavras como as palavras que estão pelas cartas que fazem parte do jogo?

Aquiles: Mas que pergunta mais sem propósito. É claro que elas não são como as palavras para cartas do jogo.

Tartaruga: Então elas são como o que?

Aquiles: Ora, isso eu não sei. Só sei que utilizamos esses conectivos para gerar indagações elaboradas a partir de indagações básicas.

Tartaruga: Pois bem, estou satisfeito com sua resposta. Agora o que eu quero saber é se o indagador poderia fazer ao mesa a indagação elaborada: “O:[3,4,5] v ¬O:[3,4,5]”?

² p. 28

Aquiles: Mas Sr. Tartaruga, você não acha essa indagação elaborada um tanto quanto *sem sentido*? O indagador não precisa do mesa para saber que isso é sempre verdadeiro, pois isto ele pode entender por si próprio.

Tartaruga: Sim, mas o que quero saber é se se trata de uma indagação elaborada legítima.

Aquiles: Não me oponho que seja uma indagação legítima. Desde que, diferentemente das outras perguntas que dependem de uma resposta do mesa para se confirmarem ou não, indagações como a que propôs sejam indagações vazias.

Tartaruga: Já esperava por essa resposta. São indagações elaboradas desse tipo que fazem parte da *moldura* do nosso jogo. Nesse caso, meu caro amigo, desconfio que seu jogo sem nome seja governado pela *lei da projeção* , pela lógica da...

Aquiles: O que... O que isso significa?

Tartaruga: Paciência! Deixemos isso de lado, no momento estou mais interessado em encontrar um nome apropriado para o seu jogo.

Aquiles: Melhor assim. Teve alguma ideia de como podemos chamá-lo?

Tartaruga: Sim! Ocorreu-me um nome perfeito para o seu jogo. Tendo em vista que ele segue uma e somente uma lei lógica muito interessante, creio que seria apropriado chamá-lo de Jogo da Figgg....

Aquiles: Como?

Tartaruga: Pensando bem, tenho uma última pergunta. E já adianto que é bom você ter todo cuidado do mundo antes de respondê-la. É ela que vai determinar se posso ou não lhe conceder o favor de nomear seu jogo ou se ele restará para sempre um simples jogo sem nome.

Aquiles: Que suspense! Pergunte logo.

Tartaruga: O indagador poderia indagar *no* jogo: “há mais sequências de ouros do que sequências de copas”?

Aquiles: Ufa! Achei que você viria com uma de suas muitas perguntas impossíveis. Sua pergunta não passa de uma indagação elaborada *no* jogo. Portanto, se houvessem mais sequências de ouros do que sequências de copas, o mesa responderia que “sim”. Caso contrário, ele responderia que “não”.

Tartaruga: Nesse caso, meu caro amigo, acabamos de abandonar o porto seguro de nossa lei lógica singular e infelizmente não serei capaz de ajudá-lo.

Aquiles: Mas como assim? O que eu fiz de errado?

Tartaruga: Responderia sua pergunta com prazer se ainda nos restasse mais tempo, porém o sol já está se pondo. Você sabe o que eu faço quando o sol se põe?

Aquiles: O que você faz quando o sol se põe?

Tartaruga: Façamos o seguinte, trocarei o seu baralho por esse exemplar do *Tractatus*.

Talvez assim você consiga encontrar um nome apropriado para o seu jogo.

Aquiles: O que você faz quando o sol se põe?

Tartaruga: Pensando bem, acho melhor você começar a busca pelo nome do seu jogo lendo a obra de um grande velocista. Vá atrás de um exemplar de *The Philosophy of Logical Atomism* de Bertrand Russell.³

Aquiles: Mas, Sr. Tartaruga, o que você faz quando o sol se põe?

E assim se foi...

Foi-se o último raio de sol...

[[A cena vai ficando: en-volta... fica indo na caída da noite...

Em silêncio, Aquiles – ‘Só-’!

Segue sendo um ‘-zinho’ consigo mesmo –

Incompleto – lógico enquanto tal... \wedge

Muito mas muito aborrecido – ser humano.

No fardo de seu infortúnio...

– A falta calada que jaz em mãos –

Só o que vê estampado no rosto do livro

é um mui ardiloso...

mui malandro sorriso escrito:

“Vira, Aquiles, Vira!

Vira que verás no verso o dito”

³ Caro leitor, que o que vou falar em seguida – *nessa nota de rodapé* – não poderá ficar claro nessa própria nota de rodapé, mas gostaria de deixar marcado desde já que a *dissertação propriamente dita* se insere dentro dessa nota de rodapé. Isto é, embora a disposição de nossas reflexões possa sugerir o contrário, os capítulos “O Atomismo Lógico de Russell” e “O Sentimento Lógico-Filosófico de Wittgenstein no *Tractatus*” comparecem em nossa obra como o rodapé que está dentro dessa nota de rodapé. Quanto a isso, talvez seja pertinente ressaltar que “O Atomismo Lógico de Russell” é uma corrida do Aquiles muito apressado e pouco embasado; já “O Sentimento Lógico-Filosófico...” vem de um esforço continuado na busca do equilíbrio.

*Na volta que fez sem fazer...
Aquiles vira ou não vira escrito?*

*“Ei, você aí consigo mesmo,
pegue seus dedos e faça uma conta,
conte você também na ponta dos próprios dedos
você aí consigo mesmo.*

Só assim verá tudo que há pra ver...

sobre...

no conto...

– mais um outro, e somente mais outro um, Aquiles logrado –.

Isto não deveria ser isto!”]

∧

*– [[Já recolhida consigo mesma
A tartaruga segue só na sua partida...
Segue no eterno, bom e velho mesmo jogo
Desmontado uma mesa atrás da outra
As cartas da sua Paciência!]*

∧

*[Agora se juntar tudo e por a moldura em volta,
então vira o que vira...]]] –*

=

O caso, o fato!

Mas o que é o caso? O que é o fato, afinal?

Ora, trata-se de mais um processo parado na vara criminal:

O Caso do Roubo do Baralho

O acusador, Aquiles, sente-se mesmo muito lesado.

Acha que foi logrado pelo Sr. Tartaruga.

Segundo o autor do processo:

“só vejo no livro que veio o baralho que se foi”.

Assim, segundo Aquiles, configura-se propriamente o caso do roubo do baralho.

Já o Sr. Tartaruga defende que não estão configurados elementos suficientes para

que possamos chamar isso de um caso propriamente dito.

Pois, segundo o réu, trata-se apenas de uma troca simples!

Consta, nos autos do processo, em suas próprias palavras:

“o livro está pelo que foi e o baralho está pelo que veio”.

$\neg o:[5,6,7] \wedge \neg o:[6,7,8] \wedge \neg o:[7,8,9] \wedge \neg o:[8,9,10] \wedge \neg o:[9,10,J] \wedge \underline{o:[10,J,Q]} \wedge$
 $\neg o:[J,Q,K] \wedge \neg e:[A,2,3] \wedge \neg e:[2,3,4] \wedge \neg e:[3,4,5] \wedge \neg e:[4,5,6] \wedge \neg e:[5,6,7] \wedge \neg e:[6,7,8]$
 $\wedge \neg e:[7,8,9] \wedge \neg e:[8,9,10] \wedge \neg e:[9,10,J] \wedge \neg e:[10,J,Q] \wedge \neg e:[J,Q,K] \neg p:[A,2,3] \wedge$
 $\neg p:[2,3,4] \wedge \neg p:[3,4,5] \wedge \neg p:[4,5,6] \wedge \neg p:[5,6,7] \wedge \neg p:[6,7,8] \wedge \neg p:[7,8,9] \wedge \neg p:[8,9,10]$
 $\wedge \neg p:[9,10,J] \wedge \neg p:[10,J,Q] \wedge \neg p:[J,Q,K] \wedge \neg c:[A,2,3] \wedge \neg c:[2,3,4] \wedge \neg c:[3,4,5] \wedge$
 $\neg c:[4,5,6] \wedge \neg c:[5,6,7] \wedge \neg c:[6,7,8] \wedge \neg c:[7,8,9] \wedge \neg c:[8,9,10] \wedge \neg c:[9,10,J] \wedge$
 $\neg c:[10,J,Q] \wedge \neg c:[J,Q,K])) \vee (\neg o:[A,2,3] \wedge \neg o:[2,3,4] \wedge \neg o:[3,4,5] \wedge \neg o:[4,5,6] \wedge$
 $\neg o:[5,6,7] \wedge \neg o:[6,7,8] \wedge \neg o:[7,8,9] \wedge \neg o:[8,9,10] \wedge \neg o:[9,10,J] \wedge \neg o:[10,J,Q] \wedge$
 $\underline{o:[J,Q,K]} \wedge \neg e:[A,2,3] \wedge \neg e:[2,3,4] \wedge \neg e:[3,4,5] \wedge \neg e:[4,5,6] \wedge \neg e:[5,6,7] \wedge \neg e:[6,7,8]$
 $\wedge \neg e:[7,8,9] \wedge \neg e:[8,9,10] \wedge \neg e:[9,10,J] \wedge \neg e:[10,J,Q] \wedge \neg e:[J,Q,K] \neg p:[A,2,3] \wedge$
 $\neg p:[2,3,4] \wedge \neg p:[3,4,5] \wedge \neg p:[4,5,6] \wedge \neg p:[5,6,7] \wedge \neg p:[6,7,8] \wedge \neg p:[7,8,9] \wedge \neg p:[8,9,10]$
 $\wedge \neg p:[9,10,J] \wedge \neg p:[10,J,Q] \wedge \neg p:[J,Q,K] \wedge \neg c:[A,2,3] \wedge \neg c:[2,3,4] \wedge \neg c:[3,4,5] \wedge$
 $\neg c:[4,5,6] \wedge \neg c:[5,6,7] \wedge \neg c:[6,7,8] \wedge \neg c:[7,8,9] \wedge \neg c:[8,9,10] \wedge \neg c:[9,10,J] \wedge$
 $\neg c:[10,J,Q] \wedge \neg c:[J,Q,K]))$

3. O Atomismo Lógico de Russell⁴

The point of philosophy is to start with something so simple as not to seem worth stating, and to end with something so paradoxical that no one will believe it.

Russell, 2009, p. 20

Segundo Russell, a filosofia do atomismo lógico emerge de seu projeto de fundamentação da matemática em bases puramente lógicas em *The Principles of Mathematics*. Não como uma consequência, vale dizer, mas ao refletir sobre “a certain kind of logical doctrine, and on the basis of this a certain kind of metaphysics” (Russell, 2009, p. 2). A primeira coisa que deve ser notada é que a filosofia do atomismo lógico se opõe fortemente à ideia monista segundo a qual a realidade é singular e indivisível, bem como que eventuais divisões da realidade sejam ilusórias, convenientes ou meramente artificiais. Contra isso, acompanhando o senso comum, Russell defende que a realidade consiste em si mesma numa multiplicidade de coisas diferentes. Além disso, com o objetivo de descobrir o que são essas coisas, devemos realizar um processo de análise.

Embora Russell seja enfático ao afirmar que a análise em questão não deve ser confundida com a ideia de análise da matéria (que as coisas no espaço físico são compostas por moléculas que, por sua vez, são compostas por átomos que, por sua vez são compostas por partículas subatômicas...) é interessante notar que a própria possibilidade de confusão repousa na inegável semelhança entre ambas. Porém, mais

⁴ Em banca, o professor Paulo Faria apresentou uma série de dificuldades insuperáveis para nossa leitura de Russell. Em primeiro lugar, há uma crítica que diz respeito a identificação da doutrina atomismo lógico tão somente com o conjunto de conferências apresentado em 1918. Porém, conforme o professor Paulo Faria fez notar, a filosofia do atomismo lógico sofreu diversas transformações ao longo do percurso filosófico de Russell. Em segundo lugar, tendo em vista que *The Philosophy of Logical Atomism* é uma obra de transição do pensamento de Russell, segundo o professor Paulo Faria, a própria escolha de utilizá-la como ponto de comparação com o *Tractatus* de Wittgenstein foi equivocada. Como sugestão para a reparação do equívoco e manutenção da proposta comparativa entre as filosofias de Russell e Wittgenstein, ele sugeriu que fosse utilizado o artigo “On Propositions: What they are and how they mean” (1919). Outro problema grave apontado em nossa leitura, diz respeito a uma projeção da concepção wittgensteiniana de lógica para a concepção russelliana de lógica. Nesse contexto, atribuímos equivocadamente a Russell a concepção segundo a qual há uma dissociação radical entre lógica e ontologia. Como consequência imediata de tal atribuição, acabamos nos enveredando por algumas questões desnecessárias como, p. ex., o debate acerca do caráter crítico da filosofia do atomismo lógico de Russell.

importante do que ressaltar tais semelhanças é chamar atenção para aquilo que torna possível distingui-las, a saber, a filosofia do atomismo lógico não tem como pretensão realizar uma análise física da matéria, mas realizar algo como uma *análise lógica da realidade*. Com relação isso, Bostock afirma:

It basic premise is that the world contains many different things, and that to find out what these things are we need to practice what he calls ‘analysis’. The idea is that almost all familiar things are in one or another way complex, but by analysis we can find out what simpler components these complex things are put together from, and if we continue this process we should end by reaching the ultimately simple things from which all else is composed. These are the ‘atoms’, and they are called ‘logical atoms’ because they are the last residue of ‘logical analysis’, which is said to be something quite different from physical analysis. They will in fact be the ultimate particulars and the ultimate universals, that combine together to make the simplest kind of fact, i. e., the atomic facts. The whole world consists just of these. (Bostock, 2012, p. 252)

Em função disso, torna-se possível desvincular completamente do projeto do atomismo lógico qualquer traço de idealismo. Isto é, há uma ênfase especial na ideia segundo a qual aquilo que conta como um “fato atômico” ou os “átomos lógicos” dos quais os “fatos atômicos” são compostos não depende de nós, i. e., não é um engenho artificial elaborado pela mente humana para dividir a realidade em categorias, mas deve-se intrinsecamente à própria realidade. Nas palavras de Russell, “the view that you can get down in theory, if not in practice, to ultimate simples, out of which the world is built, and that those simples have a kind of reality not belonging to anything else” (Russell, 2009, p. 111). Nesse contexto, e levando em conta exclusivamente a nossa apresentação e o início da obra, poderíamos ser levados a acreditar que a proposta do atomismo lógico consiste tão somente em advogar por uma espécie de metafísica realista. Porém, segundo o próprio filósofo, esse não é exatamente o caso. Para enfatizar aquilo que deve ser priorizado acerca da filosofia do atomismo lógico evitando assim o eventual mal-entendido, alguns anos depois, em “Logical Atomism”, Russell afirma que “logic is what is fundamental in philosophy, and that schools should be characterized rather by their logic than by their metaphysics” (Russell, 2009, p. 126). Nesse caso, a própria ideia de análise lógica da realidade deve ser compreendida de um modo que exclua uma eventual interpretação indesejada. Nesse contexto, como então devemos compreender o estatuto lógico do atomismo lógico e o papel de sua metafísica realista? E mais fundamentalmente: qual exatamente o propósito e o estatuto filosófico do atomismo lógico?

3.1. Sobre Estatuto Filosófico do Atomismo Lógico

Com o objetivo de encontrar um caminho que nos permita responder tais questões fazendo justiça às palavras de Russell acerca da filosofia do atomismo lógico, começamos ressaltando a posição do filósofo acerca do estatuto lógico da linguagem corrente. Em *My Philosophical Development* (1959) Russell relata que “It was in 1918 that I first became interested in the definition of ‘meaning’ and in the relation of language to fact. Until then I had regarded language as ‘transparent’ and had never examined what makes its relation to the non-linguistic world” (Russell, 1959, p. 108). Em uma primeira leitura, poderíamos pensar que talvez a falta de transparência se devesse apenas a problemas ligados meramente à notação empregada pela linguagem corrente, i. e., em função de uma assimetria entre a forma gramatical aparente e a forma lógica real das proposições da nossa linguagem. Porém, não parece muito razoável atribuir tal posição ao autor de “On Denoting” (1905), i. e., com o problema da falta de transparência o filósofo parece apontar para algo muito mais alarmante. Agora, se o problema da falta de transparência não é apenas um problema ligado apenas à notação empregada, o que Russell tem em mente quando chama atenção para a ideia de que a linguagem corrente não é transparente?

Entendemos que há em *The Philosophy of Logical Atomism*, elementos suficientes para atribuir a Russell a posição segundo a qual a linguagem corrente é – de um ponto de vista estritamente lógico – essencialmente imperfeita (*Tese da Imperfeição*). Nesse contexto, seu entendimento é que o aspecto comunicativo do discurso corrente é essencialmente dependente de certas imperfeições, i. e., ambiguidades, vagezas, termos singulares sem referência etc. – (não como meros problemas acidentais que se devem meramente à notação gramatical empregada para expressar a linguagem corrente, mas que a própria linguagem é, pelo menos em parte, resistente à lógica). Por sua vez, estas coisas são irreconciliáveis com a transparência exigida para que uma linguagem possa ser considerada, de um ponto de vista estritamente lógico, rigorosamente perfeita. Nas palavras de Russell: “...the needs of logic are so extraordinarily different from the needs of daily life. One wants a language in both, and unfortunately it is logic that has to give way, not daily life” (Russell, 2009, p.26). Além disso, é importante ressaltar que isso não impediu Russell de empreender grandes esforços reflexivos na elaboração de uma linguagem ideal (que eventualmente chamaremos de *Russellianes*). É exatamente isso que o autor deixa

marcado na continuação da passagem supracitada: “I shall, however, assume that we have constructed a logically perfect language”. Nesse contexto, torna-se possível vincular aos questionamentos anteriores uma pergunta sobre os objetivos que levaram Russell a desenvolver a sua linguagem ideal ou o *Russellianes*.

Tendo em mente o percurso realizado, vejamos como Pears se manifesta sobre o assunto:

Logical atomism claims that everyday language may be analyzed into a better language, which will disclose the real structure of the facts with which everyday language is concerned. This language is not better in practice because it is too cumbersome to be used, but only in theory, because it yields the kind of understanding of the world that philosophers seek (Pears, 1972, p. 24).

Nessa mesma linha, Pears reforça sua posição afirmando que Russell pretende que sua doutrina sirva “as a guide to the real structure of factual discourse and of the world” (Pears, 1972, p.25). Com relação a tal interpretação, faz-se necessário apresentar não apenas uma ressalva como também um problema importante. Em primeiro lugar, se seguirmos a interpretação de Pears, poderíamos pensar que Russell estava tomado por um espírito revisionista e pretendia melhorar nossas práticas discursivas do dia-a-dia. Porém, como mencionado, Russell enfatiza que se utilizássemos a sua linguagem ideal, resultaria que um aspecto essencial deveria ser abandonado, i. e., a própria possibilidade de utilizar a linguagem corrente como um instrumento de comunicação. A interpretação de Pears nos induz a crer que o que impede que utilizemos a linguagem ideal desenvolvida por Russell é meramente a sua gigantesca extensão, mas, como mencionamos, o caso é muito mais dramático, pois se a linguagem ideal em questão fosse uma notação ideal para a nossa linguagem, os próprios propósitos aos quais a linguagem corrente se presta tornar-se-iam impossíveis. Em segundo lugar, ainda que Russell pareça estar efetivamente buscando alguma compreensão filosófica sobre a realidade, vale lembrar, como mencionado na citação de “Logical Atomism” (Russell, 2009, p. 126), o que deve ser considerado preponderante é o aspecto lógico da investigação sobre a lógica da linguagem. Porém, há de se ressaltar um certo desconforto gerado pela falta de clareza, a nosso ver, no que diz respeito ao nexos entre o desenvolvimento de uma linguagem ideal e a suposta pretensão de conhecimento metafísico sobre a própria realidade.

Tendo tal desconforto em mente e ainda com o objetivo oferecer uma resposta mais consistente aos questionamentos sobre o estatuto filosófico do atomismo lógico, tomamos emprestado, ainda que irresponsavelmente, algo do seminal estudo introdutório à tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos para o *Tractatus*. Suspeitamos que é possível considerar não somente o tratado de Wittgenstein, mas também o atomismo lógico em geral como uma filosofia marcada por uma espécie de intercâmbio e, no limite, uma fusão entre duas das mais importantes tradições da história da filosofia: a tradição lógica e a tradição crítica.⁵

Nas palavras de Lopes dos Santos “a tradição lógica define-se por situar no núcleo da reflexão filosófica o tema da estrutura essencial do discurso sobre o ser”.⁶ Ela parte da ideia segundo a qual a linguagem é, por excelência, o instrumento utilizado para descrever a realidade e sua aposta básica é que da investigação das condições lógicas de seu funcionamento é possível ‘extrair’ características da própria realidade ou, como sugere Wittgenstein, que “especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda a descrição e, portanto, a essência do mundo” (5.4711). É importante ressaltar que mesmo que a tradição lógica acabe por tecer considerações sobre a estrutura ontológica da realidade, isto não é feito de modo “direto”, mas apenas de modo “indireto” através da investigação sobre a estrutura lógica da discurso.⁷ Assim, não é o caso que tal tradição defenda simplesmente, e de modo não qualificado, que a realidade deve possuir tais e tais características, pois que a realidade possua essas tais e tais características aparece como um resultado do próprio funcionamento lógico do discurso.⁸ Por exemplo, via o argumento transcendental: se

⁵ Isto não significa que não existam diferenças marcantes entre o modo que tal fusão é realizada na obra de Russell e na obra de Wittgenstein. Como veremos, em última análise, tal distinção deve-se ao modo como cada um dos filósofos compreende o estatuto da reflexão filosófica. Em Russell a filosofia é compreendida como uma dentre as demais ciências. Nesse caso, o papel da filosofia é desenvolver teorias que visam, tanto quanto possível, “... successive approximations to the truth...” (Russell, 1945, p. 835). De modo radicalmente distinto, Wittgenstein considera que a filosofia não é uma entre as demais ciências (4.111) e que a função da filosofia não é oferecer teorias, tampouco resulta de tal atividade “proposições filosóficas”, mas consiste exclusivamente na atividade de clarificar a perfeição lógica interna da expressão dos nossos pensamentos, i. e., da linguagem (4.112, 4.114). Assim, se *A Filosofia do Atomismo Lógico* de Russell é uma obra marcada pela tradição lógico-crítica, o *Tractatus* de Wittgenstein é lógico-crítico².

⁶ Lopes dos Santos, 2001, p. 15

⁷ Nessa linha, segundo Wittgenstein, em “Notes on Logic”: “Philosophy consists of logic and metaphysics: logic is its basis.” (NB106)

⁸ Nas palavras de Lopes dos Santos: “a reflexão sobre as condições mais essenciais (lógicas) a que se supõe estar submetida toda e qualquer representação enunciativa da realidade, na medida em que identifique, entre essas condições, algumas concernentes aos objetos passíveis de tal representação, se revelará capaz de fundar não apenas teses relativas à linguagem e ao pensamento, mas também teses

o mundo não tivesse efetivamente tais e tais características, o próprio sentido proposicional seria um completo despropósito, i. e., a própria utilização do discurso como um instrumento de descrição do mundo restaria impossibilitada.

No que diz respeito à tradição crítica, compreende-se aquela que trata da questão sobre a relação entre discurso filosófico e realidade através de um questionamento sobre a própria legitimidade do discurso filosófico, a saber, é possível legitimar qualquer pretensão de conhecimento puramente filosófico acerca da realidade? Em caso afirmativo, como isso é possível e em caso negativo, por quê? A tradição crítica, na filosofia moderna, é marcada pela ideia segundo a qual boa parte daquilo que se pretende conhecer, de uma perspectiva filosófica, está para além daquilo que pode ser legitimamente conhecido, pois rigorosamente falando, a despeito de nossas pretensões de conhecimento, carecemos de qualquer critério capaz de assegurar a correção de tais reflexões. Nas palavras de Lopes dos Santos, de modo geral a filosofia pretende investigar “o essencial, o necessário, o absoluto, o incondicionado, a totalidade” (Lopes dos Santos, 2001, p. 14). Assim caracterizado o objeto do discurso filosófico, a reflexão crítica acusa tal tipo de investigação de carecer de um método suficientemente poderoso para legitimar aquilo que se pretende conhecer em função do discurso filosófico, i. e., que os resultados supostamente obtidos pelo discurso filosófico acabam perdendo-se em especulações vazias – por não observar os próprios limites a que uma investigação de tal porte deve estar submetida. Dessa perspectiva, considera-se que se o objetivo da reflexão filosófica não é meramente especular, mas obter conhecimento filosófico genuíno, então é infrutífero refletir (p. ex., sobre a estrutura da realidade) sem antes realizar uma crítica dos próprios limites aos quais uma investigação desse porte deve estar submetida, pois nossas pretensões de conhecimento filosófico são limitadas e se subordinam aos instrumentos que dispomos para obter conhecimento filosófico. Assim, a possibilidade de legitimação do conhecimento filosófico repousa, de um lado, na harmonização das pretensões de tal tipo de conhecimento com os resultados que podem ser efetivamente obtidos, de outro, na compreensão segundo a qual os resultados devem estar submetidos a um método que assegure sua legitimidade.

relativas à estrutura essencial do que, na própria realidade, pode ser pensado e representado pelo discurso.” (Lopes dos Santos, 2001, p. 16)

Tendo tais considerações em mente, podemos começar uma certa reavaliação do projeto filosófico do atomismo lógico. Nesse contexto, seguindo a tradição lógica, o atomismo lógico deve ser compreendido sobretudo como uma investigação sobre o funcionamento lógico da linguagem – sem com isso excluir seu declarado compromisso com uma metafísica de orientação realista. Nesse contexto, sua aposta básica parece ser que, à primeira vista, em função da ideia de análise lógica é possível obter, de modo filosoficamente rigoroso, algum conhecimento acerca da própria realidade. Tendo isso em mente, Bostock é do entendimento que Russell “proposes to study the nature of the world by studying the nature of a language which is designed to be an adequate reflection of it” (Bostock, 2012, p. 252). Na mesma linha, Linsky defende que o atomismo lógico está comprometido com a ideia segundo a qual há um paralelismo ou isomorfismo estrutural entre linguagem e realidade. Nas palavras do intérprete temos:

It is, of course, a characteristic thesis of logical atomism as a metaphysical doctrine that the logical analysis and metaphysical analysis coincide, that the atoms for one are the atoms for the other and that the logical analysis of facts constitutes some sort of metaphysical analysis (Linsky, 2000, p. 22).

Esse estilo de interpretação, sobretudo embasado na tradição lógica, parece encontrar enorme suporte textual. Pois, além das citações supracitadas, podemos adicionar a ideia segundo a qual a filosofia do atomismo lógico supõe “that there is an objective complexity in the world, and that it is mirrored by the complexity of propositions” (Russell, 2009, p. 25). Nesse contexto, se nos for permitido fazer uma pequena ressalva, gostaríamos de deixar marcado que embora aquilo que chamaremos de *tese do isomorfismo estrutural entre linguagem e realidade* (ou simplesmente *tese do isomorfismo estrutural*) e *tese da prerrogativa da realidade sobre a linguagem* (ou simplesmente *tese da prerrogativa*) sejam constitutivas da filosofia do atomismo lógico de Russell, não devemos perder de vista que isso está inserido no contexto de funcionamento da linguagem ideal proposta que, por sua vez, não deve ser confundida com a linguagem corrente.⁹ Embora as eminentes interpretações não tenham maiores

⁹ Faltando-nos compreensão para explicar especificamente como a tese do isomorfismo estrutural é entendida por Russell (em especial por não compreendermos a noção de ‘fato negativo’) e adiantando lições que, a rigor, só estão disponíveis no contexto do *Tractatus*, é possível explicar a tese do isomorfismo estrutural do seguinte modo: o mundo é a totalidade das configurações de objetos existentes (i. e., dos fatos no espaço lógico) e a linguagem é a totalidade das proposições formuláveis no interior da linguagem (1ss e 4.001). Para nossos propósitos duas coisas são importantes. Em

comentários sobre isso, há ainda uma segunda questão a ser considerada, a saber, ainda que as interpretações de Bostock e Linsky sejam capazes de tornar compreensível a ideia segundo a qual a filosofia do atomismo lógico insere-se no interior da tradição lógica, o mesmo não acontece no que diz respeito à inserção da obra no interior da tradição crítica, tampouco como ou se efetivamente devemos entendê-la como realizando a mencionada fusão entre a tradição lógica e a tradição crítica.

Falhando em encontrar uma explicação que nos conforte, nas interpretações mais ortodoxas da obra, tanto no que diz respeito ao questionamento sobre as pretensões de Russell para o desenvolvimento de sua linguagem ideal, quanto sobre como entender a dita fusão entre a tradição lógica e a tradição crítica no interior da obra, começamos a vislumbrar, não sem ressalvas, um certo alento na leitura heterodoxa e revisionista de Gregory Landini. Tratemos primeiro dos grandes méritos da interpretação para, num segundo momento, considerar especificamente as razões que motivam nossas ressalvas. Contrariando a tradição interpretativa, em *Russell* (2011), Landini propõe uma instigante leitura do atomismo lógico que defende que a tese central defendida pela obra não deve ser confundida, em hipótese alguma, com uma investigação metafísica acerca da estrutura última da realidade (nem mesmo via análise lógica linguagem), mas antes deve ser identificada com a ideia segundo a qual só há necessidade lógica, i. e., não há nada que seja ao mesmo tempo necessário e esteja fora do domínio daquilo que é puramente lógico. Em suas palavras:

primeiro lugar, o mundo não é algo ulterior aos fatos dos quais ele se divide. Caso contrário, acabaríamos substantivando o mundo (1.12). Em segundo lugar, o mundo não é a totalidade dos objetos, pois isso excluiria a importante consideração de que objetos não aparecem isoladamente, mas apenas em configurações de objetos (1.1). Para compreender isso, a ideia de ‘espaço lógico’ é crucial, pois, de posse dela, torna-se possível compreender que há uma certa rede de configurações possíveis de objetos e dentre as configurações possíveis, aquelas que são existentes são fatos. Similarmente, a linguagem também é compreendida em função da ideia de espaço lógico, há um espaço lógico de proposições formuláveis. Além disso, a linguagem também não deve ser confundida com os nomes que participam de proposições, caso contrário, perderíamos de vista que nomes só são nomes na exata medida em que podem fazer parte de proposições (em Russell, como veremos, isso não exclui o fato de que o significado dos nomes possa ser fixado a despeito dos contextos proposicionais, pois, segundo o filósofo, nomes são “símbolos completos”). Tampouco devemos considerar a linguagem algo ulterior às proposições formuláveis em seu interior. Dito isso, a tese da prerrogativa dita que o significado das partes inanalísáveis, que comparecem em proposições (nomes, propriedades e relações), não apenas são isomórficas com as coisas que estão por, mas também que tributam seu significado delas. Para o nosso contexto, um sistema de representação não pode funcionar sem que seja respeitada a tese do isomorfismo estrutural e um sistema de representação não pode ter orientação realista sem respeitar a tese da prerrogativa.

Russell's work in *Principia* endeavored to show that there is no uniquely mathematical notion of necessity. The necessity of mathematics is of logic. This led to a bold new scientific conception of philosophy. Russell called it "logical atomism", and its fundamental thesis is this: The only necessity is logical necessity. (Landini, 2011, p. 162)

O maior mérito da interpretação de Landini, em nossa concepção, é trazer para o centro do debate acerca do estatuto filosófico do atomismo lógico aspectos fundamentais para que se possa compreender a orientação crítica da filosofia do atomismo lógico com relação à filosofia. Nos termos do intérprete, a atitude lógico-crítica de Russell, com relação a uma série de teorias defendidas pela tradição filosófica em geral, aparece no atomismo lógico na exata medida em que tal filosofia resume-se na defesa da tese segundo a qual só há necessidade lógica. Nesse contexto, ao recusar a tese segundo a qual há uma multiplicidade de necessidades, a filosofia do atomismo lógico recusa simultaneamente qualquer consideração ontológica gerada para dar conta de uma eventual relação de necessidade não lógica que possa vir a surgir no interior de uma teoria filosófica qualquer. Contrariando tal tese, filósofos produziram teorias acerca dos mais variados temas como se houvesse uma multiplicidade de necessidades, i. e., necessidades estranhas à lógica e relativas aos seus temas específicos e, nessa medida, chamadas de não lógicas. Do mesmo modo, filósofos sentiram-se no direito de tecer considerações ontológicas baseando-se em tais necessidades não lógicas. Porém, segundo Russell, o máximo que conseguiram foi *falsificar a lógica*.

Com isso em seu horizonte, Landini considera que a essência da filosofia do atomismo lógico repousa na ideia segundo a qual se uma pretensão de conhecimento filosófico que não estiver embasada em considerações puramente lógicas, deve ser considerada ilegítima. Não porque tal tipo de conhecimento só poderia ser obtido se levássemos em conta elementos que estão para além do que pode ser estabelecido com base lógica, mas porque a própria lógica é transgredida quando questões de ordem ontológica são colocadas. Por sua vez, isso significa que, rigorosamente falando, ainda que possam ser aparentemente compreensíveis, ao falsear a lógica, sequer merecem o desonroso rótulo de 'filosofia especulativa'.

Estabelecido o mérito da interpretação de Landini, passamos a tratar das nossas ressalvas. De nossa parte, parece um tanto equivocada tratar a ideia segundo a qual só há necessidade lógica como sendo o próprio atomismo lógico. Isso, é claro, não

significa que tal ideia não esteja presente no horizonte reflexivo da obra. Porém, o papel de tal ideia, no contexto da obra, é funcionar antes como uma espécie de princípio guia ou orientação metodológica, e não como a tese central defendida pela obra. Contra Landini, em primeiro lugar, gostaríamos de lembrar que a ideia segundo a qual só há necessidade lógica é geralmente vinculada com uma consideração específica acerca do estatuto das proposições elementares, a saber, que proposições elementares devem ser logicamente independentes umas das outras. Porém, Russell parece adotar uma posição, no mínimo, insegura acerca da questão: “perhaps one atomic fact may sometimes be capable of being inferred from another, though I do not believe this to be the case” (Russell, 1912, p. 48).¹⁰ Em segundo lugar, se a interpretação de Landini estiver correta, falhamos em compreender o nexos entre a defesa da tese segundo a qual só há necessidade lógica e grande esforço empreendido no desenvolvimento da linguagem ideal veiculada pela obra. Em especial, falhamos em compreender como harmonizar a leitura de Landini com a ideia segundo a qual a linguagem corrente só se presta para os propósitos do dia-a-dia na exata medida em que é, segundo Russell, logicamente imperfeita.¹¹ Nesse contexto, se o único modo de chamar atenção para a virtude lógico-crítica da filosofia do atomismo lógico é via a interpretação defendida por Landini e tal interpretação parece tornar ociosa a própria elaboração da linguagem ideal que comparece no interior da obra, ou bem somos forçados a abandonar a ideia de que a filosofia do atomismo lógico é marcada pela fusão entre a tradição lógica e a tradição crítica, ou bem somos forçados a esvaziar a importância da elaboração da linguagem ideal como central para a compreensão do estatuto filosófico da obra.

Se não estamos enganados, há um modo de recusar o suposto dilema. Nossa hipótese é que a harmonização entre a virtude lógico-crítica da filosofia do atomismo lógico, a elaboração de uma linguagem ideal e a consideração de que a linguagem corrente é essencialmente imperfeita, faz-se manifesta, de um lado, em função das reflexões de Russell acerca daquilo que o filósofo chamou de “teoria do simbolismo”, de outro

¹⁰ Mérito de tal crítica no review de Klement ao livro de Landini, 2011, p.24-25

¹¹ Ainda que Landini estivesse correto e fosse possível estabelecer um vínculo direto entre a ideia segundo a qual só há necessidade lógica e a busca por uma linguagem ideal, seu argumento dependeria da pressuposição de que uma linguagem ideal poderia ser melhor do que a linguagem corrente. Isto é, mesmo que a ideia segundo a qual só há necessidade lógica justificasse a busca por uma linguagem ideal (na medida em que a linguagem corrente suscita a possibilidade de necessidades não-lógicas) tal ideia parece ser – por si só – insuficiente para garantir que a linguagem corrente seja considerada essencialmente imperfeita.

lado, na adoção do critério de analisabilidade da dúvida cartesiana como motor do seu projeto de análise lógica.¹² Deixando de lado questões relativas à análise e ao critério de analisabilidade da dúvida cartesiana (que trataremos mais detidamente na próxima seção), vejamos como Russell se pronuncia acerca da chamada “teoria do simbolismo”:

There is a good deal of importance to philosophy in the theory of symbolism, a good deal more than one time I thought. I think the importance is almost entirely negative, i. e., the importance lies in the fact that unless you are fairly self-conscious about symbols, unless you are fairly aware of the relation of the symbol to what it symbolizes, you find yourself attributing to the thing properties which only belong to the symbol (Russell, 2009, p. 10).

Now my own belief is that as they have occurred in philosophy, they have been entirely the outcome of a muddle about symbolism, and that when you have cleared up that muddle, you find that practically everything that has been said about existence is sheer and simple mistake, and that is all you can say about it (Russell, 2009, p. 11).

Tendo isso em mente, em primeiro lugar, suspeitamos que o propósito da filosofia do atomismo lógico é, acima de tudo, refletir sobre as condições de um simbolismo acurado.¹³ Se isso é o caso, então torna-se possível compreender que o esforço empreendido pela obra para a elaboração de uma linguagem ideal adequa-se perfeitamente aos seus propósitos. Pois há um vínculo manifesto entre a reflexão sobre o simbolismo acurado e o esforço empreendido no desenvolvimento de uma linguagem logicamente perfeita. Em segundo lugar, torna-se possível compreender que estatuto lógico-crítico da obra e a acusação segundo a qual boa parte da filosofia é ilegítima emergem fundamentalmente via suas reflexões acerca da dita teoria do simbolismo, i. e., segundo a doutrina do atomismo lógico, há uma relação íntima entre a elaboração e o desenvolvimento de uma série de questionamentos comumente

¹² Como veremos, se as proposições da linguagem demandam análise lógica, então sua forma lógica aparente não é equivalente à sua forma lógica real. Nesse caso, proposições devem ser analisadas até que sua forma lógica real seja revelada. Para que o processo de análise lógica seja realizado, faz-se necessário utilizar algum critério de análise. Caso contrário, mesmo sabendo *que* as proposições precisam de análise, não saberíamos *como* devemos analisá-las. Além disso, a informação do critério de analisabilidade deve ser condição suficiente para que compreendamos, de um lado, qual o critério de elementaridade que uma proposição deve satisfazer para ser do nível mais básico da análise e, de outro lado, qual o critério de simplicidade que uma parte da proposição deve satisfazer para ser inalisável. Nesse contexto, Russell vincula o seu projeto de análise lógica com o critério de analisabilidade epistemológico da dubitabilidade. Assim, o critério de simplicidade é: algo é simples se e somente se a questão da dúvida, i. e., aquilo que ele tem conhecimento por contato, i. e., os *sense-data*; e o critério da elementaridade é: algo é uma proposição do nível mais básico da análise se e somente se o sujeito que julga está em contato com todas as suas partes constituintes.

¹³ A presente hipótese interpretativa emergiu sobretudo das considerações tecidas por Russell na introdução do *Tractatus*. Futuramente teremos oportunidade de avaliar que, em grande medida, sua confusão acerca do projeto tractariano deve-se justamente à crença segundo a qual tanto ele quanto Wittgenstein compartilhavam tanto da pretensão da busca por um simbolismo acurado quanto da crença segundo a qual a linguagem corrente é essencialmente imperfeita.

chamados de filosóficos e a falta de compreensão ou confusão sobre o simbolismo, i. e., sobre a própria sintaxe lógica da linguagem (p. ex., quando se perde de vista que ‘existência’ não funciona como uma propriedade de objetos)¹⁴. Pois um simbolismo acurado torna manifesto que muitas questões supostamente filosóficas sequer podem ser formuladas sem incorrer numa falsificação da própria lógica, i. e., que não passam de meras transgressões ou confusões acerca simbolismo.¹⁵ Por fim, resta a questão acerca do estatuto lógico da linguagem corrente. Como mencionado, Russell afirma que a linguagem corrente é essencialmente imperfeita. Tendo isso em mente, podemos colocar a seguinte questão: devemos entender tal consideração como um ponto de partida da obra ou como uma conclusão ou resultado da obra?

Se não estamos enganados, é justamente no contexto das reflexões sobre as condições de um simbolismo acurado que emerge sua incompatibilidade com as exigências de comunicação demandadas pela linguagem corrente, i. e., a caracterização de tal incompatibilidade não depende de reflexões adicionais, mas está em relação interna com suas considerações fundamentais.¹⁶ Nas palavras de Russell:

In a logically perfect language, there will be one word and no more for every simple object, and everything that is not simple will be expressed by a combination of words, by a combination derived, of course, from the words for the simple things that enter in, one word for each simple component. A language of that sort will be completely analytic, and will show at a glance the logical structure of the facts asserted or denied. The language which is set forth in *Principia Mathematica* is intended to be a language of that sort. It is a language which has only syntax and no vocabulary whatsoever. Barring the omission of a vocabulary I maintain that is quite a nice language. It aims at being the sort of a language that, if you add a vocabulary, would be a logically perfect language. Actual languages are not logically perfect in this sense, and they cannot possibly be, if they serve the purposes of daily life. A logically perfect language, if it could be constructed, would not be intolerably prolix, but, as regards its vocabulary, would be largely private to one speaker. (Russell, 2009, pp. 25-6)

Se uma linguagem só pode ser logicamente perfeita se não servir aos propósitos práticos que se espera de uma linguagem e se a nossa linguagem serve aos propósitos práticos que se espera dela, resulta que a linguagem corrente é logicamente imperfeita. Além disso, tendo em vista que uma linguagem largamente privada surge

¹⁴ O entendimento de Russell no que concerne a existência é que, de um ponto de vista lógico, ela é “a property of a propositional function” (Russell, 2009, p. 66).

¹⁵ Quanto a isso, Russell entende “that practically all traditional metaphysics is filled with mistakes due to bad grammar, and that almost all the traditional problems of metaphysics and traditional results – supposed results – of metaphysics are due to a failure to make the kind of distinctions in what we may call philosophical grammar with which we have been concerned in these previous lectures” (Russell, 2009, p. 110).

¹⁶ Como mencionado, uma premissa fundamental para que tal resultado possa ser estabelecido vem da adoção do critério de analisabilidade da dúvida cartesiana.

como uma consequência para que uma linguagem possa ser considerada logicamente perfeita, torna-se possível compreender que a ideia segundo a qual a linguagem corrente é essencialmente imperfeita não é uma pressuposição ou um ponto de partida da obra, mas resulta das reflexões acerca das condições de um simbolismo acurado vinculadas ao critério de análise da dúvida cartesiana. Além disso, tendo em vista o rigor empregado para obter tal resultado, não é difícil conceber que Russell considerava tal resultado, ainda que fundamentalmente negativo, um típico conhecimento filosófico legítimo. Pois uma linguagem apenas pode ser perfeita se for privada, porém, se a linguagem for largamente privada, ela não pode se prestar ao propósito prático de comunicação que se espera dela.¹⁷ Nesse caso, como dito anteriormente, abrimos mão da lógica em favor da comunicação.

A título de resumo da seção, extraímos as seguintes considerações: em primeiro lugar, que *The Philosophy of Logical Atomism* tem como pretensão fundamental investigar as condições de um simbolismo acurado. Em segundo lugar, para dar conta de sua investigação Russell propõe-se a desenvolver uma linguagem ideal. Em terceiro lugar, das condições para que uma linguagem possa ser considerada logicamente perfeita resulta que a linguagem corrente é essencialmente imperfeita. Em quarto lugar, consideramos que o estatuto filosófico do atomismo lógico é essencialmente lógico-crítico. Dito isso, mesmo que se conceda que nossa interpretação captura adequadamente os aspectos fundamentais acerca do estatuto filosófico do atomismo lógico, o máximo que conseguimos estabelecer é *que* o atomismo lógico tem tais e tais características, porém pouco se fez para mostrar *como* suas pretensões são levadas a cabo e *como* seus resultados são obtidos. Em especial deixamos em aberto pelo menos duas questões que agora precisam ser consideradas: Como uma linguagem deve ser para que possamos considerá-la logicamente perfeita? E como é estabelecido que o estatuto lógico da linguagem corrente é essencialmente imperfeito? Além disso, para o que se segue da apresentação, é importante também lembrar duas teses mencionadas em nosso percurso, a saber, a chamada tese do isomorfismo estrutural e tese da prerrogativa. Além dessas, para que se compreenda a filosofia do atomismo lógico faz-se necessário adicionar mais duas teses, um postulado, uma teoria e, por fim, um critério de analisabilidade para as proposições da linguagem. Em ordem: a

¹⁷ O entendimento de Russell embora o conhecimento de universais seja compartilhado, no caso dos particulares ela é privada.

tese da lacuna entre realidade e linguagem (ou tese da lacuna), a tese da assimetria entre a forma lógica aparente e a forma lógica real da proposição (ou tese da assimetria), o postulado de determinação completa do sentido, a teoria dos tipos e o critério de analisabilidade da dubitabilidade. Dito isso, torna-se possível perguntar: o que exatamente tais coisas significam e como devemos compreendê-las no contexto do desenvolvimento da linguagem logicamente perfeita de Russell?

3.2. A Linguagem Ideal de Russell ou *Russellianes*

De uma perspectiva prática acerca da linguagem, não é incomum que nos confrontemos diariamente com fenômenos como ambiguidade, imprecisão, vagueza, indeterminação etc.. Apesar disso, nós somos capazes de utilizá-la sem maiores problemas e, de um modo ou outro, superamos tais adversidades e nos entendemos com proposições. Além disso, muito mais raramente, nos deparamos com o curioso fenômeno dos paradoxos. Nesse contexto, seguindo Quine, há uma primeira variedade de paradoxos que simplesmente parecem contrariar o senso-comum. Tal variedade subdivide-se em dois tipos: *paradoxos verídicos* são aqueles que embora pareçam paradoxais, são demonstrativamente verdadeiros; e *paradoxos falsídicos* são aqueles que, não só parecem paradoxais, mas somos capazes de demonstrar que são falsos. Diferentemente de tais variações, que não importam para a nossa dissertação, temos uma outra variedade de paradoxos com questões que não estão exatamente ligadas ao senso comum, mas consistem em enunciados que embora pareçam verdadeiros, acabam por violar noções lógicas fundamentais. Tais paradoxos recebem o nome de *antinomias*. No contexto dos paradoxos antinômicos e de uma perspectiva prática, a atitude padrão é simplesmente ignorá-los, considerando-os como desinteressantes e inofensivos casos limite da linguagem. Se isso é verdadeiro de uma perspectiva prática, de uma perspectiva lógico-filosófica, nada poderia ser mais falso.

Russell considera que, no horizonte da reflexão lógico-filosófica, a capacidade de silenciar paradoxos está em relação interna com o potencial lógico-explicativo de uma teoria lógica qualquer. Pois é em função deles que se torna possível estabelecer um padrão de medida ou critério de avaliação comparativo entre as mais diversas teorias lógicas, i. e., tanto melhor a teoria lógica quanto mais paradoxos ela é capaz de resolver. Além disso, uma das chaves para que se possa adentrar na singularidade da

reflexão russelliana e avaliar a sua dimensão lógico-crítica vem de sua compreensão acerca do estatuto filosófico dos paradoxos, a saber, paradoxos são como “puzzles” ou enigmas lógicos. Nesse contexto, em “On Denoting”, Russell afirma que:

A logical theory may be tested by its capacity for dealing with puzzles, and it is a wholesome plan, in thinking about logic, to stock the mind with as many puzzles as possible, since these serve much the same purpose as is served by experiments in physical science. (On Denoting, p. 110)

Em função do seu modo peculiar de compreender o estatuto dos paradoxos, Russell considera que uma série de paradoxos só surgem enquanto problemas genuínos que, por sua vez, demandam a elaboração de teses filosóficas substantivas, na exata medida em que falhamos em compreender a lógica. Além disso, embasados em uma teoria lógica correta, torna-se possível simplesmente ‘eliminá-los’ ou ‘dissolvê-los’.

Russellianes, enquanto um sistema de representação ideal, visa eliminar não apenas a possibilidade de proposições imprecisas, vagas e ambíguas, como também, e mais fundamentalmente, neutralizar a possibilidade de geração de qualquer paradoxo em seu interior, i. e., que seja possível formular legitimamente uma proposição paradoxal. Nesse contexto, é uma linguagem que pretende tornar inequívocas e explícitas todas as relações lógicas entre as proposições do interior do sistema de representação proposto. Para lidar com quaisquer imperfeições no interior da linguagem ideal, Russell nos convida a refletir sobre a ideia de análise lógica e nos propõe a sua teoria dos tipos (que, por sua vez, está subordinada à sua teoria do simbolismo)¹⁸. Em função da ideia de análise lógica, pretende-se eliminar a possibilidade de fenômenos como ambiguidade, vagueza e indeterminação além de alguns paradoxos que parecem violar algumas noções lógicas primitivas (p. ex., o princípio do terceiro excluído). Em função da teoria dos tipos, dentre outras coisas, Russell pretende eliminar paradoxos gerados em função da auto referência (p. ex., o Paradoxo de Epimênides e o Paradoxo de Russell), bem como tornar possível regular, de uma perspectiva metassistemática, o correto funcionamento de um determinado símbolo no interior do sistema de representação. Começemos por uma breve apresentação da versátil teoria dos tipos.

¹⁸ Nas palavras de Russell: “The different sorts of words, in fact, have different sorts of uses and must be kept always to the right use and not to the wrong use, and it is fallacies arising from putting symbols to wrong uses that lead to the contradictions concerned with types” (Russell, 2009, p. 35).

Para compreender a ideia que motiva a elaboração da teoria dos tipos, faz-se necessário uma breve apresentação do tipo de problema que ela vem para resolver, i. e., o Paradoxo de Russell. Tal paradoxo surge no contexto da teoria dos conjuntos – tal como compreendida por Frege.¹⁹ Conjuntos são coleções de elementos. Nesse contexto a teoria dos conjuntos dita que conjuntos podem ser irrestritamente classificáveis. Nesse caso, conjuntos podem ou não ser membros de si mesmos. Assim, o conjunto de todos os conjuntos com mais de um membro possui mais de um membro, portanto, pertence a si mesmo. Já o conjunto de todos os conjuntos com menos de um membro não tem menos de um membro, portanto ele não pertence a si mesmo. Tendo isso em mente, podemos considerar o conjunto de todos os conjuntos que não pertencem a si mesmos. Ele pertence ou não a si mesmo? Se ele pertence a si mesmo, então ele não pertence a si mesmo. Se ele não pertence a si mesmo, então ele pertence a si mesmo. Em função disso, Russell concluiu que se classes podem ser classificadas de modo randômico e irrestrito, então não há como evitar o paradoxo. Porém, se criarmos certas limitações à classificação ou uma certa hierarquia de classes, então é possível eliminar aquilo mesmo que torna possível a geração do indesejado paradoxo, a saber, a autorreferência. Tais limitações são estipuladas pela teoria dos tipos. Nesse contexto, podemos começar com classes formadas exclusivamente por particulares, estas serão chamadas de classes de tipo um. Posteriormente, temos classes formadas exclusivamente por classes do tipo um, estas serão chamadas de classes do tipo dois... Nesse caso, não há qualquer risco autorreferência, pois classes do tipo n nunca poderão ser membros de classes do tipo n , mas apenas do tipo $n+1$.

¹⁹ Tal paradoxo surge no interior da tentativa fregiana de levar a cabo o projeto logicista. Sua pretensão era mostrar que a aritmética pode ser sistematizada embasando-se apenas em noções puramente lógicas (algo como uma “logicização da aritmética”), i. e., traçar um caminho entre a ideia de validade lógica e a noção de demonstração matemática (visando garantir, de modo sistemático, a legitimidade de todos os nossos raciocínios matemáticos). Uma parte fundamental de tal projeto depende de uma resposta à questão: o que é número? Nesse contexto, a resposta fregiana, que comparece no monumental *Os Fundamentos da Aritmética* (1884) vale-se da ideia de que números são identificados com ‘extensões e conceitos’, i. e., tipos particulares de conjuntos. Posteriormente, em *Leis Básicas da Aritmética* (1903), obra que pretendia levar a cabo o projeto logicista, dentre os axiomas da obra (Vb) incorporava da teoria dos conjuntos para o interior do seu projeto. Após encontrar o paradoxo, Russell, que também compartilhava das pretensões logicistas, sentiu-se na obrigação de encontrar alguma alternativa capaz de neutralizá-lo.

Após ter dado conta do problema que motivou a elaboração da teoria dos tipos, Russell viu uma série de outros usos para a mesma. Em primeiro lugar, de uma noção hierarquizada de conjuntos ele utilizou a mesma estratégia para lidar com a noção de predicado. Nesse contexto, tornou-se possível compreender que questões ligadas à impredicatividade de modo geral são o resultado de violações da hierarquia dos tipos lógicos para predicados, i. e., que um predicado qualquer não pode ser aplicado a um objeto de tipo lógico incompatível com ele. P. ex., em “A nota sol é amarela”, tendo em vista que notas musicais não fazem parte do escopo de aplicação do predicado “amarelo”, resulta que tal combinação é um contrassenso. Em segundo lugar, Russell passou também a tratar de modo hierarquizado proposições. Nesse contexto, se uma proposição qualquer pretende falar de um certo conjunto de proposições, tal proposição não pode fazer parte do conjunto de proposições da qual ela trata. É justamente nesse contexto que Russell pretende dar conta do Paradoxo de Epimênides. Pois se um cretense afirma que “todos os cretenses são mentirosos”, isso pressupõe uma certa totalidade de proposições e que todas elas são asseridas falsamente (dado que mentir é falar falsamente), porém, se a própria afirmação do cretense fizer parte de tal totalidade, resulta um paradoxo. Mas dada a restrição hierarquizada de proposições, a proposição do cretense não pode fazer parte da totalidade que ela trata. Logo após apresentar o modo como Russell pretendeu ter lidado com do Paradoxo de Epimênides, ainda no contexto da concepção hierárquica de proposições Russell afirma que:

If you try to say “All propositions are either true or false”, without qualification, you are uttering nonsense, because if it were not nonsense it would have to be itself a proposition and one of those included in its own scope, and therefore the law of excluded middle as enunciated just now is a meaningless noise. (Russell, 2009, p. 103)

Quanto a isso, é interessante notar que embora pelo contexto seja possível compreender que Russell não esteja explicitamente advogando por uma concepção hierarquizada de linguagens, tal ideia parece desempenhar algum papel, ainda que de modo implícito, na passagem em questão. Pois dada a máxima geral de exclusão da autorreferência, embora não seja possível formular significativamente uma proposição *sobre* um sistema de representação L no interior de L , à primeira vista, nada impede que haja um sistema de representação meta- L capaz de falar significativamente sobre L . Ou melhor, parece que Russell tinha tudo que precisava para apresentar uma concepção hierarquizada de linguagens (linguagem objeto e metalinguagem) já no

contexto da filosofia do atomismo lógico, pois isso adequa-se perfeitamente à noção de ‘qualificação’ tal qual sugerida pela passagem. Nesse caso, p. ex., podemos considerar de modo qualificado que: a proposição sobre o sistema de representação *Russellianes* “toda proposição é ou verdadeira ou falsa” é verdadeira em meta-*Russellianes*, embora não seja significativamente formulável no interior de *Russellianes*.

Finalizada a breve apresentação da teoria dos tipos, passamos a tratar da noção de análise lógica. A primeira lição para que se possa compreender a ideia de análise lógica veiculada pela filosofia do atomismo lógico consiste em ressaltar uma certa antipatia com relação à gramática. Ou melhor, precisamos declarar solenemente que entramos em guerra contra a forma gramatical da linguagem. Em “Notes on Logic” Wittgenstein registra que “Distrust in grammar is the first requisite to philosophizing” (NB106) e, no mesmo espírito, Russell chama atenção para o fato de que “ordinary language is rooted in a certain feeling about logic, a certain feeling that our primeval ancestors had, and as long as you keep to ordinary language you find it very difficult to get away from the bias which is imposed upon you by language.”²⁰ Nesse contexto, a compreensão da lição do atomismo lógico depende, fundamentalmente, da constatação que a forma gramatical das proposições não é um guia adequado para que se possa compreender qual exatamente é a sua forma lógica real. É precisamente tal distinção que faz com que a chave de todas as portas se encontre na ideia de análise lógica. Porém, para compreender a reflexão que anima a ideia de análise lógica, faz-se necessário uma compreensão mínima da força do inimigo contra a qual ela se insurge, i. e., aquilo que chamaremos de *tese da simetria entre forma lógica e forma gramatical*. Por sua vez, para que tal tese possa ser compreendida, duas coisas são necessárias. Em primeiro lugar, mostrar que ela é um acréscimo que vem para responder questões em aberto de uma tese ainda mais fundamental (também compartilhada pela filosofia do atomismo lógico), a saber, *tese da lacuna*. Em segundo lugar, apresentar a própria tese da lacuna. Por sua vez, para tal, faz-se necessário levar em consideração o inimigo contra o qual ela se insurge, i. e., aquilo que chamaremos de *tese da ausência de lacuna entre linguagem e realidade*.

²⁰ Russell, 2009, p. 68.

Se é verdade que toda tradição tem um começo, a tradição lógica é indelevelmente marcada pelas fundantes reflexões platônicas presentes no diálogo o *Sofista*. Não por acaso, tudo começou com um paradoxo. Pois o diálogo tem como fio condutor a resolução de um paradoxo sofisticado que se fosse insolúvel condenaria a própria possibilidade de utilização da proposição como um instrumento portador de sentido. O contexto que engendra o dito paradoxo surge daquilo que chamamos *tese da ausência de lacuna entre linguagem e realidade* que se atribui a Parmênides, a saber, partindo de uma consideração ontológica sobre a realidade que “o *ser* é aquilo que é e o *não-ser* é aquilo que não é”, concluímos que, do ponto de vista da linguagem, só podemos dizer aquilo que é, pois acerca do não-ser, na medida em que não é, nada pode ser dito. Porém, se esse é o caso, então torna-se impossível compreender o que poderia ser considerado um discurso falso, pois a possibilidade de enunciação da linguagem restaria delimitada apenas acerca *das coisas que são ser*, ao passo que o discurso sobre o não-ser sequer poderia ser chamado de discurso. Além disso, seguindo essa linha de raciocínio, torna-se possível ir além e afirmar que o próprio discurso é impossível, na exata medida em que sua utilização como instrumento de descrição da realidade é completamente sem propósito.

Ao invés de tratar diretamente do paradoxo, a estratégia adotada por Platão consiste, em primeiro lugar, no abandono da tese que dá origem ao mesmo, i. e., a tese da ausência de lacuna entre linguagem e realidade e, em segundo lugar, na compreensão segundo a qual não devemos começar tecendo considerações ontológicas acerca da realidade para depois extrair consequências para o funcionamento lógico da linguagem, mas que considerações ontológicas, se necessárias, devem estar subordinadas ao próprio funcionamento lógico da linguagem. Nesse contexto, torna-se possível compreender Platão como realizando uma investigação sobre o funcionamento lógico da linguagem que tem como ponto de partida a *tese da lacuna* (ou aquilo que consideramos ser o pilar fundante e inamovível da tradição lógica). É justamente a adoção de tal tese que garante que a falsidade do discurso não seja capaz de comprometer sua significatividade.

A compreensão da cogência de tal tese parte da singela constatação de que se não houvesse qualquer assimetria entre o discurso e a realidade, ou bem o discurso seria impossível (em função do paradoxo sofisticado do falso), ou bem o discurso deveria ser

considerado um instrumento mágico, i. e., que bastaria que pensássemos algo para que esse algo fosse exatamente como pensamos. Para evitar o dilema indesejado, faz-se necessário não apenas introduzir dois termos, a saber, *nome* e *proposição*, como também duas noções primitivas, a saber, a noção *verifuncionalidade* e o *princípio de composicionalidade*. Pois, em última instância, é justamente em função de ambas que se torna possível estabelecer a distinção radical entre o comportamento lógico de nomes e proposições.

Começemos pela noção de verifuncionalidade. Tendo ela em mente, em primeiro lugar, torna-se possível reintroduzir a tese da ausência de lacuna entre realidade e linguagem restringindo-a apenas ao contexto da nomeação. Tal reinvenção consiste na *tese da não verifuncionalidade do significado*. Nomes são portadores de significado na exata medida em que contribuem para a linguagem de modo não-verifuncional. Nesse contexto, torna-se possível compreender não apenas que é impossível nomear falsamente, como também que, rigorosamente falando, também é impossível nomear verdadeiramente, pois é da essência da tese em questão que esteja desvinculada da nomeação o questionamento sobre sua verdade ou falsidade.²¹ Em segundo lugar, no que concerne à proposição, torna-se possível explicá-la introduzindo a *tese da verifuncionalidade do sentido*.²² Assim, em função disso estabelece-se que a proposição é essencialmente apta tanto para a verdade quanto para a falsidade e que não há um terceiro valor de verdade possível além desses dois. Nesse caso, temos, de um lado, a ideia segundo a qual o sentido da proposição é independente de sua verdade ou falsidade efetiva e, de outro lado, que o estabelecimento da sua verdade ou falsidade efetiva é dependente de sua *correspondência* ou não com realidade. Disso resulta que para compreender o sentido da proposição basta saber o que deve ser o caso para que ela seja considerada verdadeira e não que ela seja efetivamente verdadeira. Tendo apresentado a distinção entre nomes e proposições nos termos da noção de verifuncionalidade, que garante *que* nomes e proposições tenham

²¹ Em função disso, torna-se possível explicar que, ao perder de vista a ideia de verifuncionalidade, Parmênides acabou confundindo o comportamento lógico de uma proposição com o comportamento lógico de um nome.

²² Com relação a tal tese duas coisas são fundamentais. Em primeiro lugar, consideramos que ela consiste na associação entre o princípio de não contradição e o princípio de terceiro excluído. Em segundo lugar, no contexto da tese da lacuna, não é cabível considerar que a tese da verifuncionalidade do sentido seja equivalente à tese da bipolaridade essencial da proposição. Pois, para isso, faz-se necessário adicionar o postulado de determinação completa do sentido que, por sua vez, não faz parte da tese da lacuna.

comportamentos lógicos distintos, partimos para a explicação de *como* isso é possível. Para isso, partimos para a apresentação do princípio de composicionalidade.

Tendo em vista que o elo entre a realidade e a linguagem foi assegurado em função dos nomes e estabelecido que proposições, diferentemente dos nomes, são passíveis de verdade e falsidade, a introdução do princípio de composicionalidade se presta justamente a tornar compreensível não apenas o vínculo ou o nexos entre nomes e proposições, mas também a distinção entre o sentido e o valor de verdade da proposição.²³ Pois resulta da composicionalidade a “brecha” que torna possível estabelecer, em bases puramente lógicas, a verifuncionalidade do sentido. Afirmar que a proposição é composicional equivale, em primeiro lugar, à consideração de que ela é uma composição de nomes e, em segundo lugar, que tal composição não é uma mera lista ou conjunto de nomes, mas que os nomes na proposição estão *estruturados* de um modo peculiar. Assim, o sentido proposicional é determinado em função da articulação de suas partes constituintes, i. e., dos nomes que comparecem na proposição. Além disso, cabe ressaltar que o aspecto composicional da proposição não se faz presente no caso dos nomes, caso contrário, também deveríamos considerá-los verifuncionais. Porém, isso borraria a distinção radical entre o comportamento lógico de nomes e o comportamento lógico de proposições. Com base nisso, torna-se possível compreender que a tese da lacuna, assim como uma moeda, consiste de duas faces que se completam em oposição, a saber, de um lado, a tese da não-verifuncionalidade do significado, de outro lado, a tese da verifuncionalidade do sentido. Além disso, do princípio de composicionalidade resulta tanto que tudo aquilo que é não-verifuncional também é não-composicional quanto que tudo aquilo que é verifuncional também é composicional.

²³ Sobre isso, conforme Russell, “you can understand a proposition when you understand the words of which it is composed even though you never heard the proposition before. That seems a very humble property, but it is a property which marks it as complex and distinguishes it from words whose meaning is simple” (Russell, 2009, p. 20). Por sua vez, o mesmo não acontece com as palavras, i. e., “this characteristic, that you can understand a proposition through the understanding of its component words, is absent from the component words when those words express something simple” (Russell, 2009, p. 20). Nas palavras de Wittgenstein: “Entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira. (Pode-se, pois, entendê-la e não saber se é verdadeira). Entende-se a proposição caso se entendam suas partes constituintes” (4.024). Além disso: “É preciso que os significados dos sinais simples (das palavras) nos sejam explicados para que os entendamos. Com as proposições, porém, nós nos entendemos” (4.026).

Tendo isto em mente, é importante destacar que tudo que a tese da lacuna nos garante é *que*, em uma proposição, nomes estão *estruturados* de um modo peculiar. Porém, para que se possa oferecer uma resposta satisfatória ao paradoxo do falso, além disso, faz-se necessário responder à questão: o que exatamente significa, ao fim e ao cabo, falar algo falso? Para tal, precisamos tecer considerações adicionais que informam *como* a estrutura da proposição deve ser compreendida, i. e., qual é exatamente a estrutura lógica da proposição? Para responder tais questionamentos, a proposta platônica é traçar uma certa distinção entre o comportamento lógico dos nomes que participam das proposições. Em especial, devemos distinguir partes da proposição que funcionam como *sujeito* e partes da proposição que funcionam como *predicado*. Disto resulta a compreensão segundo a qual a forma básica da proposição é *atribuir uma certa propriedade e um certo sujeito*. Nesse caso, torna-se possível responder à questão acerca da possibilidade da falsidade embasando-se na ideia de *falsa atribuição*, i. e., falar algo falso é atribuir falsamente uma propriedade a um certo sujeito. Nesse contexto, seguindo posteriores sofisticações legadas por Aristóteles, Lopes dos Santos expõe de modo exemplar a possibilidade da falsidade como falsa atribuição:

Dados dois nomes, sujeito e predicado possíveis de um enunciado predicativo afirmativo ou negativo (“A é B”, A não é B”), abre-se uma alternativa no plano das coisas e uma no plano da enunciação. As coisas nomeadas podem existir combinadas ou separadas, pode-se enunciar que existem combinadas ou que existem separadas. O enunciado afirmativo realiza a primeira possibilidade enunciativa em detrimento da segunda, o enunciado negativo realiza a segunda em detrimento da primeira. Se a possibilidade enunciativa realizada corresponde à possibilidade realizada no plano das coisas, o enunciado é verdadeiro; caso contrário, é falso. (Lopes dos Santos, 2001, p. 22)

É precisamente nesse contexto que se torna possível introduzir a supracitada tese da simetria entre a forma lógica real e a forma gramatical aparente da proposição. Colocado desse modo, é possível defender que a forma lógica real da proposição é equivalente à sua forma gramatical. i. e., que a função sintática tal qual estabelecida pela gramática determina qual o papel lógico de uma certa palavra no interior de uma certa proposição. Mais especificamente que os nomes, que denotam particulares da realidade, sempre desempenham a função lógica de apresentar o sujeito do qual a proposição trata, i. e., que o sujeito gramatical é sempre o sujeito lógico das proposições em que eles comparecem como parte. Além disso, na medida em que proposições não são meros agregados de palavras, elas não apenas exigem que algo

desempenhe a função lógica de sujeito, mas também que algo desempenhe a função lógica de predicado. Dito isso, torna-se possível compreender que a tese da simetria é a ideia segundo a qual o único modo de falar falsamente é via falsa atribuição.

Se esse é o caso, como mostra Russell em “On Denoting”, resultam paradoxos como o paradoxo da identidade, o paradoxo do terceiro excluído e o paradoxo dos existenciais negativos. Por sua vez, tais paradoxos colocam em perigo as reflexões lógicas fundantes, acerca do funcionamento lógico da linguagem, dos quais a própria resolução do paradoxo do falso depende, a saber, a tese da lacuna. Nesse caso, ou deve haver mais de um modo de falar falsamente ou bem abandonamos a tese da lacuna e nos entregamos de vez para o paradoxo do falso. No primeiro caso, devemos abandonar a tese da simetria. No segundo caso, devemos abandonar a filosofia. Ora, se nos movemos em função da resolução de paradoxos, não podemos parar até que todos eles tenham sido resolvidos. É precisamente nesse contexto que surge a força motora da análise lógica da qual depende a defesa da tese da assimetria.

De posse da ideia de que um contraexemplo é suficiente para tornar inadequada uma teoria lógica qualquer, podemos citar o famoso problema gerado pela proposição “O atual Rei da França é calvo”. Se pressupomos a simetria entre forma lógica e forma gramatical, acabamos gerando um problema que viola a tese da lacuna, a saber, dada a forma $S \text{ é } P$, ou bem o sujeito possui ou bem não possui um dado predicado. Assim, se vamos analisar, p. ex., a proposição ‘O atual Rei da França é calvo’ como possuindo a forma ‘Fa’, ou bem ‘a’ possui o predicado ‘F’ ou bem não possui – sem uma terceira alternativa possível. Porém, se listamos o conjunto das coisas que são calvas e o conjunto das coisas que não são calvas, acabamos não encontrando ‘a’, i. e., que o sujeito gramatical ‘O atual Rei da França’ não está nem no conjunto daqueles que têm cabelo nem no conjunto dos carecas. Excluída a possibilidade de considerá-la um contrassenso, dado que é gramaticalmente bem formada (o que, por sua vez, para a tese da simetria é condição suficiente para que uma proposição tenha sentido), resulta que ou bem embora ela tenha sentido, ela é não-verifuncional, ou bem ela é apenas parcialmente verifuncional, pois viola o princípio do terceiro excluído. No primeiro caso, abandonamos a distinção radical entre o comportamento lógico de nomes e proposições. No segundo caso, abandonamos a tese da

verifuncionalidade do sentido.²⁴ Assim, a tese da simetria é “verdadeira” se e somente se a tese da lacuna for “falsa”. Ora, mas se a tese da lacuna é “falsa”, então a tese da simetria não pode ser “verdadeira”. Pois é condição de sua compreensão que a tese da lacuna seja “verdadeira”. Nesse caso, se a tese da simetria resulta em um absurdo, resta-nos defender a tese da assimetria.

Ora, se abrimos mão da tese da simetria, precisamos retomar a questão acerca da estrutura essencial da proposição. Pois, como observado, a tese da lacuna, embora necessária, não é suficiente para que se resolva o paradoxo do falso. Em primeiro lugar, a despeito da tese da simetria, podemos reintroduzir a ideia platônica de falsidade atributiva. Porém, embora ela seja necessária, certamente não é suficiente para que as dificuldades supracitadas sejam sanadas. Nesse contexto, em segundo lugar, faz-se necessário introduzir uma noção de falsidade distinta da falsidade atributiva. Por fim, precisamos adicionar um postulado suplementar à tese da verifuncionalidade do sentido. Tendo isso em mente, Russell nos convida a refletir acerca da noção de *falsidade por vacuidade* e postula a noção de *determinação completa do sentido*. O postulado dita que a verdade ou a falsidade de qualquer proposição no interior da linguagem não pode comprometer o sentido de qualquer proposição na linguagem, i. e., o sentido da proposição é independente do valor de verdade de qualquer proposição.

Tendo isso em mente, a solução de Russell, em essência, consiste em distinguir o comportamento de partes de proposições que, sendo não-verifuncionais, funcionam como nomes logicamente próprios e partes de proposições que, sendo verifuncionais, funcionam como proposições. Nesse caso, partes de proposição que funcionam como proposição são chamadas de descrições e apenas fazem parte das condições de verdade da proposição que elas participam e sua falsidade não compromete, de modo algum, a tese da verifuncionalidade do sentido. Nesse caso, ainda que a distinção entre o comportamento lógico de proposições e nomes seja integralmente aceita, o problema que dá origem à ideia de análise lógica consiste justamente na constatação de que nem sempre nomes que ocupam a posição gramatical de sujeito das proposições da linguagem têm o comportamento lógico de um nome, mas funcionam

²⁴ Conforme mencionado na nota 21 acima, a tese da verifuncionalidade do sentido é equivalente ao princípio de bivalência em conjunto com o princípio do terceiro excluído.

como descrições encobertas pela forma gramatical da proposição. Ou seja, elas não funcionam de modo não-verifuncional, i. e., denotando particulares da realidade, pois uma análise rigorosa mostrará que eles possuem estrutura verifuncional (i. e., que elas são proposições). Por sua vez, tais proposições, que estão encobertas pela forma gramatical da proposição, comparecem apenas como parte das condições de verdade da proposição e não uma de suas condições de sentido. Assim, no caso de “O atual rei da França é calvo”, embora pareça ter a simples forma de “Fa”, quando nos atentamos mais detalhadamente, têm uma forma muito mais elaborada, a saber, que $(\exists x) (((RFx \wedge (y) (RFy \rightarrow x = y)) \wedge \sim Cx)$, ou “existe um, e apenas um x que é rei da França e x é careca”. Assim, onde se supunha haver apenas um termo singular há quantificação e uma série de variáveis. Nesse caso, é possível perceber como a proposição “o atual rei da França é calvo” longe de ser uma proposição que, dando margem contra a tese da lacuna, não passa de uma proposição falsa; do que emerge a seguinte conclusão: a existência do atual rei da França não é uma condição de sentido da proposição, mas, juntamente com a unicidade (ser um e apenas um) e a satisfação do predicado (ser calvo) são suas condições de verdade.

Nesse contexto, torna-se manifesto um dos pilares do atomismo lógico em geral, a saber, a necessidade de que as proposições da linguagem sejam analisadas a fim de que sua forma lógica real seja revelada, i. e., na base do atomismo lógico está a compreensão segundo a qual devemos empreender um processo de *análise lógica* das proposições da linguagem, a fim de revelar qual a sua forma lógica real, a despeito de sua forma lógica aparente. Nas palavras de Pears, temos “the idea that nonlogical expressions may be divided into the analyzable and the unanalyzable, and the idea that they have meaning if, and only if either they or the expressions in their analyses signify existent things.” (Pears, p. 27, 1972). Assim, no limite deste processo de análise, encontraremos proposições atômicas (ou elementares) que não podem ser adiante analisadas, pois são compostas exclusivamente de partes inalisáveis ou não-verifuncionais. Assim, com relação às partes das proposições da linguagem, deve-se distinguir entre aquelas que são *alisáveis* das que são primitivas ou *não-analisáveis*. Enquanto as partes analisáveis são explicadas em função das partes não-analisáveis das quais elas são compostas, as partes não-analisáveis são explicadas como designando coisas simples da realidade.

Tendo isso em mente, embora tenha sido possível estabelecer *que* as proposições da linguagem devem ser analisadas, pouco se falou acerca de *como* efetivamente tal análise deve ser levada a cabo. Nesse contexto, além de satisfazer os requisitos gerais demandados previamente, faz-se necessário apresentar um certo *critério de analisabilidade* que torne possível explicar como o processo de análise deve ser realizado. O critério de analisabilidade é uma conjunção (ou amálgama) de dois outros critérios, a saber, de um lado, do *critério de simplicidade* demandado para que algo conte como uma parte inalisável da proposição; de outro lado, do *critério de elementaridade* que uma proposição deve satisfazer para ser considerada atômica ou elementar. A relação entre ambos se explica do seguinte modo: se todas as partes não lógicas de uma certa proposição são inalisáveis (i. e., atendem o critério de simplicidade), então tal proposição será considerada atômica ou elementar. Caso contrário, se uma proposição possui alguma parte não lógica que não atende o critério de simplicidade, então ela será uma proposição molecular. Por sua vez, as proposições moleculares deverão ser analisadas até que se chegue aos constituintes inalisáveis que as compõem.

Disso resultará que, a despeito do que é sugerido pela sua forma aparente, as proposições da linguagem requerem análise lógica. Pois, de um lado, com base no critério de elementaridade será possível gerar uma espécie de “teste” ou “desafio” insuperável para a mera forma aparente das proposições da linguagem, de outro lado, que a análise completa das mesmas terá seu fim quando for possível encontrar as proposições que sejam capazes de satisfazê-lo. O mesmo acontecerá no caso das partes das proposições da linguagem, pois em função do critério de simplicidade veiculado pelo atomismo lógico, tornar-se-á possível constatar que, a despeito das aparências, há partes das proposições da linguagem que não são capazes de satisfazê-lo. Disto resultará a moral que justifica que ambos os critérios sejam conjugados naquilo que foi chamado de critério de analisabilidade, a saber, que proposições do nível mais básico não podem ter partes que não satisfazem o critério de simplicidade oferecido pelo atomismo lógico. Nesse contexto, cabe lembrar que grande parte das nossas reflexões na seção anterior não seriam possíveis sem a assunção de que Russell está comprometido com o critério de analisabilidade da dubitabilidade. Pois sem isso perderíamos uma das premissas que embasam a conclusão segundo a qual a

linguagem corrente não pode não ser, na perspectiva Russell, logicamente imperfeita. Nesse contexto, com o objetivo de avaliar o grau de correção da nossa leitura, faz-se necessário dar conta das seguintes questões: Russell está efetivamente comprometido com algum critério de analisabilidade em sua obra? Em caso afirmativo, qual é o critério e como devemos compreendê-lo? Em caso negativo, quais as consequências para a compreensão da obra como um todo?

Colocado desse modo, nossa leitura pode ser recusada de pelo menos dois modos distintos, a saber, se a filosofia do atomismo lógico não estiver comprometida com qualquer critério de analisabilidade ou se, embora estiver comprometida com um critério de analisabilidade, tal critério não for o critério da dubitabilidade. A primeira posição, que se afasta maximamente da nossa, comparece na interpretação de Landini. A segunda posição, que se afasta parcialmente da nossa, comparece na interpretação de Pears. Começemos pela leitura de Landini.

Segundo a interpretação de Landini, não há um compromisso efetivo, por parte de Russell, com qualquer critério de analisabilidade para o seu atomismo lógico. Nesse caso, embora o intérprete concorde que há um certo critério de analisabilidade marcadamente epistemológico veiculado pela obra, tal critério deve, a rigor, ser desconsiderado, pois cumpre uma função meramente ilustrativa ou provisória. Nas palavras do intérprete, “Russell’s Logical Atomism should not be identified with any of the particular epistemological theories couched within it. It certainly is not committed to the existence of acquaintance with sense-data” (Landini, 2011, p. 164). Se não estamos enganados, tal entendimento impõe-se como um corolário da leitura segundo a qual a essência do atomismo lógico consiste na defesa da tese segundo a qual só há necessidade lógica. Em função disso, além de desvincular do cerne da filosofia do atomismo lógico toda e qualquer consideração extra lógica, Landini entende que ela não deve ser considerada como uma doutrina, mas antes como um programa de pesquisa com abordagem fragmentária.

Contra tal interpretação, consideramo-nos incapazes de adicionar considerações muito distantes daquelas que foram arroladas na seção anterior. Assim, de um lado, seria de responsabilidade de Landini justificar a hesitação de Russell no que diz respeito à adoção da compreensão segundo a qual proposições elementares são logicamente

independentes umas das outras (pois isto geralmente está vinculado com a ideia segundo a qual só há necessidade lógica), de outro lado, o intérprete deveria oferecer alguma explicação que harmonize sua leitura com as considerações de Russell acerca do estatuto logicamente imperfeito da linguagem corrente. A interpretação que sugerimos trata da primeira tensão realocando a ideia segundo a qual só há necessidade lógica, não como o cerne da obra, mas como um de seus princípios metodológicos. Com relação à segunda tensão, entendemos que se a obra adota o critério de analisabilidade da dubitabilidade, torna-se possível extrair como consequência da filosofia do atomismo lógico a incompatibilidade entre as condições para que uma linguagem possa ser logicamente perfeita e a possibilidade de perfeição lógica da linguagem corrente. Sem mais comentários acerca da posição de Landini, passamos para a interpretação de Pears acerca das questões propostas.

Conforme a interpretação de Pears, a filosofia do atomismo lógico está efetivamente comprometida com um critério de analisabilidade epistemológico para as proposições da linguagem, porém não há uma vinculação do mesmo com a noção de dubitabilidade, mas está relacionado a questões ligadas ao aprendizado do significado. Nas palavras do autor, acerca do atomismo lógico de Russell:

His theory of knowledge led him to claim that the only simple particulars that we know are sense-data, and that the only simple qualities and relations that we know are certain qualities and relations of sense-data. Their simple qualities and relations are those with which we have to achieve acquaintance in order to understand the words designating them. This fixes the character of his logical atomism. It is a version of empiricism and it uses a criterion of simplicity based on the exigencies of learning the meaning. We could not learn the meaning of the logically proper names which designate particular sense-data without acquaintance with the sense-data themselves, and we encounter the same constraint when we try to learn the meaning of certain words designating their qualities and relations. This doctrine of forced acquaintance is the foundation of Russell's logical atomism. (Pears, 1987, p. 63)

Tendo isso em mente, Pears defende que as considerações epistemológicas do atomismo lógico devem ser lidas à luz das exigências que são requeridas para que seja possível aprender o significado, i. e., identificar e re-identificar particulares. Em função disso, o intérprete considera que o atomismo lógico é uma teoria versátil que não se restringe a tratar meramente de questões ligadas à lógica e às condições para que uma linguagem possa ser considerada logicamente perfeita, mas também sobre questões de epistemologia, psicologia e filosofia da mente. Além disso, como discutido na seção anterior, Pears considera que a filosofia do atomismo lógico

defende que a linguagem corrente *pode* ser substituída, ainda que para propósitos filosóficos, por uma linguagem que revele a verdadeira estrutura lógica das proposições da nossa linguagem.

Contra a interpretação de Pears, em primeiro lugar, temos a já citada passagem de “Logical Atomism” em que Russell afirma que sua obra deve ser avaliada à luz de sua teoria lógica e não de sua metafísica (Russell, 2009, p. 126). Se isso é o caso para a metafísica, não parece inadequado expandir isso também para questões ligadas ao aprendizado do significado.²⁵ Em segundo lugar, falhamos em compreender o nexos entre o desenvolvimento de *Russellianes* e a pretensão de utilizá-lo como um substituto para a linguagem corrente, pois se fizéssemos isso, a linguagem corrente restaria impossibilitada para aquilo mesmo que se presta, i. e., que possamos nos comunicar uns com os outros. Por fim, e relacionado ao ponto anterior, Pears é silencioso acerca da questão da privacidade que, por sua vez, não parece uma engrenagem ociosa no interior da obra.

É com o objetivo de superar tais tensões que entendemos que o critério de analisabilidade da filosofia do atomismo lógico é elaborado em torno da noção de *dubitabilidade*. Nesse contexto, seguimos a lição de White que atribui a Russell, em função de características específicas da sua Teoria do Juízo (que nos escapam ao olhar), “to assume the simple objects to be sense-data, and the logically proper names to be the words ‘this’ and ‘that’ used to refer to them: here we had escaped the sphere of what could be doubted” (White, 1974, p. 20). Além do conforto nas palavras de White, podemos citar pelo menos uma passagem crucial para que se justifique o compromisso da filosofia do atomismo lógico com o critério de analisabilidade da *dubitabilidade*:

The things we have got to take as premises in any kind of work of analysis are the things which appear to *us* undeniable—to us here and now, as we are—and I think on the whole that the sort of method adopted by Descartes is right: that you should set to work to doubt things and retain

²⁵ Além disso, poderíamos mencionar uma passagem que Russell trata do papel do “lógico enquanto tal”: “It remains to be investigated what particulars you can find in the world, if any. The whole question of what particulars you actually find in the real world is a purely empirical on which does not interest the logicians as such. The logicians as such never gives instances, because it is one of the tests of a logical proposition that you need not know anything whatsoever about the real world in order to understand it” (Russell, 2009, p. 27).

only what you cannot doubt because of its clearness and distinctness, not because you are sure not to be induced into error, for there does not exist a method which will safeguard you against the possibility of error. (Russell, 2009, p. 6)

Disso resulta que algo é considerado simples apenas se não for possível levantar dúvidas sobre sua existência. É nesse contexto, e não como um caminho para que seja possível explicar questões relativas ao aprendizado do significado, Russell nos oferece a distinção entre conhecimento por *contato* e conhecimento por *descrição*. Se for exigido que o sujeito esteja em contato imediato com algo para que este algo possa ser conhecido, diz-se que o sujeito que o conhece está em contato com o mesmo.²⁶ Disto resulta que o conhecimento por contato nunca é do tipo proposicional ou que depende de *verdades* acerca do objeto (se há um conceito de ‘verdade’ vinculado ao conhecimento por contato, ele certamente é do tipo ‘objetual’ ou *de re*, i. e., ter contato com um objeto é saber que ele é ‘de verdade’, mas não que ele é ‘verdadeiro’). A rigor, nenhuma verdade é exigida para que o sujeito *S* tenha contato com o objeto *O*. Contrariamente, se for possível compreender algo sem que isto dependa de um contato imediato com um certo objeto (ou da própria existência do mesmo), então temos meramente um conhecimento por descrição (ou *de dicto*). Nas palavras de Russell, especificamente sobre as descrições definidas:

I shall say that an object is 'known by description' when we know that it is '*the so-and-so*', i.e. when we know that there is one object, and no more, having a certain property; and it will generally be implied that we do not have knowledge of the same object by acquaintance. (Russell, 1952, p. 156)

Disso resulta que todo conhecimento por descrição é sempre um conhecimento proposicional ou de certas verdades. Pois, p. ex., saber que a descrição definida ‘o homem da máscara de ferro’ tem apenas uma instância equivale a saber que a proposição “há um, e apenas um, homem que atende pela descrição ‘o homem da máscara de ferro’” é verdadeira e, para tal, não é – de modo algum – necessário estar (ou ter estado) em contato com tal homem. Nesse caso, levando em consideração que a única coisa que escapa do horizonte da dúvida são os dados recebidos pelos sentidos ou *sense-data*, os únicos simples genuínos são coisas que conhecemos pelo *contato*

²⁶ Nas palavras de Russell: “A name, in the narrow logical sense of a word whose meaning is a particular, can only be applied to a particular with which the speaker is acquainted, because you cannot name anything you are not acquainted with” (Russell, 2009, p. 29).

direto que mantemos com elas e proposições elementares serão apenas aquelas compostas exclusivamente com constituintes das quais temos contato.

Em função do critério de elementaridade epistemológico, torna-se possível compreender que proposições completamente analisadas serão chamadas de proposições atômicas, sendo aquelas em que sujeito que julga está em contato imediato com tais constituintes que, por sua vez, são considerados os *sense-data* de particulares, as propriedades simples de tais particulares e as relações simples que eles mantêm uns com os outros. Assim, resulta o critério de analisabilidade epistemológico que coloca todo o fardo do sentido proposicional, em última instância, no contato com suas partes inalisáveis constituintes: “every proposition which we can understand must be composed wholly of constituents with which we are acquainted” (Russell, 1912, p. 58). Nesse caso, como resultado imediato de tais considerações, torna-se possível compreender que na base da nomeação russelliana sempre haverá um certo *ato de ostensão* que batiza um certo particular com um certo nome. Tal nome é considerado, do ponto de vista da teoria dos tipos um símbolo completo, i. e., como uma espécie de “etiqueta” que é anexada a um certo particular e sempre que o nome for utilizado em uma proposição seu significado será o próprio particular denotado, i. e., que o particular ele mesmo é um constituinte da proposição.²⁷ Em função disso, Russell considera que em sua linguagem ideal os únicos particulares nomeados são aqueles fornecidos por pronomes demonstrativos, em suas palavras: “The only words one does use as names in the logical sense are words like “this” or “that”. One can use “this” as a name to stand for a particular with which one is acquainted at the moment.” (Russell, 2009, p. 29).

Além disso, graças às considerações epistemológicas de Russell, torna-se possível compreender aquilo que pode ser chamado de um processo de ‘redução ontológica

²⁷ Sobre a independência entre a nomeação e a compreensão das proposições em que o nome pode fazer parte, Russell escreve que “When you have acquaintance of with a particular, you understand that particular itself quite fully, independently of the fact that there are a great many propositions about it that you do not know, but propositions concerning the particular are not to be known in order that you may know what the particular itself is. It is rather the other way round. In order to understand a proposition in which the name of a particular occurs, you must already be acquainted with that particular [...]. I think you also realize that you cannot take the view that the understanding of the name of the particular presupposes knowledge of all the propositions concerning that particular...” (Russell, 2009, p. 32-33).

dos seres'. Nesse contexto, a despeito de seu comportamento gramatical ou superficial de sujeito das proposições em que participam, “the names that we commonly use, like “Socrates”, are really abbreviations for descriptions” (Russell, 2009, p.29). Em primeiro lugar, porque compreender a contribuição de nomes gramaticais como “Sócrates”, para as proposições em que ele pode ser parte, não depende da existência de algo denotado pelo nome em sentido gramatical, mas apenas para a sua verdade (digamos, mesmo que “Sócrates” tenha sido um personagem inventado por Platão, isto não tornaria proposições como “Sócrates existe” ou “Sócrates foi o mestre de Platão” contrassensos, mas apenas falsas). Em segundo lugar, se ‘Sócrates’ funcionasse como um nome logicamente próprio, uma proposição como ‘Sócrates existe’ seria um contrassenso, pois, como visto, a questão sobre a existência ou inexistência não surge para os particulares dos quais temos contato direto e que são denotados por nomes logicamente próprios. Além disso, é importante perceber que tais considerações, a respeito dos nomes próprios em sentido gramatical, não se limitam exclusivamente aos mesmos, pois um momento de reflexão mostrará que, com base nas mesmas razões, ela também deve ser aplicada à grande maioria dos substantivos empregados na linguagem como mesa, cadeira, Picadilly e assim por diante. Nos termos de Russell, eles são chamados de ‘ficções lógicas’. i. e., expressões que abreviam descrições que algo deve satisfazer a fim de que possa ser considerado uma instância do mesmo e nos termos Russellianos da teoria dos tipos, todos são considerados “símbolos incompletos”, i. e., que só podem ser compreendidos no contexto das proposições que podem comparecer.²⁸

Para finalizar, gostaríamos de citar uma interessante reflexão que comparece no final da obra de Russell. Nas palavras do filósofo: “I would say this too, ..., for those who like symbolic constructions, that sort of world is a very delightful one” (Russell, 2009, p.125). Dito isso, somos do entendimento que ela captura a essência do que Russell pretendeu ter realizado em sua filosofia do atomismo lógico e, segundo nossa

²⁸ Com relação a distinção entre nomes e predicados Russell escreve: “to understand a name you must be acquainted with the particular of which it is a name, and you must know that it is the name of that particular. You do not, that is to say have any suggestion of the form of a proposition, whereas in understanding a predicate you do. To understand ‘red’ for instance, is to understand what is meant by saying that a thing is red. You have to bring in the form of a proposition. You do not have to know, concerning any particular ‘this’, that ‘this is red’ but you have to know what is the meaning of saying that anything is red. You have to understand what one would call ‘being red’”. (Russell, 2009, p. 34)

compreensão, o cerne daquilo que o filósofo considera ser a tarefa do lógico enquanto tal, a saber: ser um lógico é ser algo como um construtor – o artífice de uma linguagem ideal. Além disso, se partindo de coisas tão simples que sequer valem o tempo gasto para enuncia-las encontramos coisas tão paradoxais que ninguém seria capaz de acreditar, isso só significa que estamos caminhando pelas estradas da filosofia.

3.3 Considerações Finais

A título de resumo do capítulo, na primeira seção apresentamos *The Philosophy of Logical Atomism* como uma obra que pretende, acima de tudo, investigar quais as condições de um simbolismo acurado e consideramos que para dar conta de tais pretensões Russell desenvolveu uma linguagem ideal o *Russellianes*. Além disso, tendo em vista que uma das condições para que um simbolismo possa ser acurado é estar comprometido com o critério de analisabilidade da dubitabilidade, consideramos que Russell pretendeu ter extraído, como uma conclusão, que a linguagem corrente é essencialmente imperfeita, o que chamamos de *tese da imperfeição constitutiva da linguagem corrente* (ou simplesmente *tese da imperfeição*). Por fim, consideramos que o estatuto filosófico do atomismo lógico é essencialmente lógico-crítico. Em função de tais considerações, divergimos da leitura de Pears em dois aspectos importantes: Pears não faz qualquer menção ao caráter crítico da obra; em segundo lugar, Pears dá a entender que Russell pretendia desenvolver uma linguagem que tornasse mais claras as relações lógicas entre as proposições da linguagem corrente. Com relação à leitura de Landini, embora tenhamos aceitado que a ideia segundo a qual só há necessidade lógica se faz presente na obra, consideramos que ela não deve ser identificada como a essência do atomismo lógico, mas apenas um preceito metodológico norteador da mesma. Por fim, contra Bostock e Linsky (e Pears), defendemos que embora Russell esteja fazendo pronunciamentos acerca da realidade que a linguagem espelha (tese do isomorfismo estrutural e tese da prerrogativa), tais considerações devem ser entendidas no contexto do desenvolvimento de sua linguagem ideal e, acima de tudo, que Russell não considerava a si mesmo um metafísico, mas sobretudo um lógico.

Na segunda seção, após estabelecidas as pretensões e o estatuto filosófico da filosofia do atomismo lógico, passamos à questão sobre como elas compõem na obra. Para tal, passamos tratar da linguagem ideal desenvolvida por Russell tomando como fio condutor a ideia resolução/dissolução de paradoxos lógicos (em especial, o paradoxo do falso, o paradoxo de Russell e o paradoxo do terceiro excluído). Pois, seguindo Russell, consideramos que a capacidade de resolver/dissolver paradoxos lógicos está em relação interna com o potencial lógico-explicativo de uma teoria lógica qualquer, i. e., se uma teoria lógica resolve/dissolve paradoxos que uma outra teoria não é capaz, então a primeira teoria lógica é melhor que a segunda. Para tal duas coisas foram apresentadas, em primeiro lugar, o compromisso de Russell com a sua versátil teoria dos tipos, em segundo lugar, o compromisso de Russell com a ideia de análise lógica. De tal investigação resultou que Russell considera que uma linguagem é ideal se e somente se está comprometida não apenas com a tese do isomorfismo e com a tese da prerrogativa, como também com a tese da lacuna, a tese da assimetria e o postulado de determinação completa do sentido. Além disso, contra Pears e Landini, seguimos White no que diz respeito ao compromisso com o critério de analisabilidade da dubitabilidade que, por sua vez, informa como exatamente devemos compreender as considerações epistemológicas veiculadas pela obra. De tais reflexões resultou o estabelecimento da tese da imperfeição da linguagem como uma das principais conclusões da obra (e não como uma pressuposição ou ponto de partida da mesma). Por fim, para o que se segue, também vale lembrar que, em da subordinação de sua epistemologia ao critério de analisabilidade da dubitabilidade, Russell entende a nomeação como um ato de ostensão privado e que um nome funciona como uma espécie de etiqueta (um símbolo completo) para um objeto.

Dito isso, o capítulo 6 tem por objetivo realizar uma análise comparativa entre *The Philosophy of Logical Atomism* de Russell e o *Tractatus* de Wittgenstein. Em especial, avaliaremos qual a relação entre as obras com base no seguinte: *tese do isomorfismo estrutural entre realidade e linguagem, tese da prerrogativa da realidade sobre a linguagem, tese da lacuna entre linguagem e realidade, tese da assimetria entre forma lógica aparente e forma lógica real da linguagem, postulado de determinação completa do sentido, critério de analisabilidade da dubitabilidade, teoria dos tipos e tese da imperfeição lógica constitutiva da linguagem corrente.* Nesse contexto, nos perguntamos: tais teses aparecem no *Tractatus*? Se alguma

delas se manifesta no *Tractatus* como ela o faz? Se alguma delas não se manifesta, por quê?

Mas antes descanse um pouco com um enigma lógico-poético. Pois...

[a] filosofia nós deveríamos, na verdade, poetizar.

Wittgenstein, *Werkausgabe Band I*²⁹

É que a poesia expressa o universal.

Aristóteles, *Poética*

4. Umas Imagens, Outras Montagens

²⁹ Esta tradução foi sugerida por Janyne Satler em “Leituras literárias de Wittgenstein” (2014, p. 128).

Há minha cabeça.

Há uma luz.

Há uma moldura.

Há uma sombra de cabeça [da minha cabeça].

Têm umas janelas apagadas no prédio ao lado.

Tem uma janela na sombra da minha cabeça.

--[A luz liga [dentro da janela]]--

Tem uma janela acesa na sombra da minha cabeça.

[A luz apaga [dentro da janela]]

Tem a sombra de uma moldura emoldurando a

[janela apagada que tem dentro da]

Sombra da minha cabeça.

Tem uma imagem [sobre a moldura]

Da sombra da minha cabeça

Na imagem da sombra da minha cabeça

=

Tem uma imagem da sombra da

minha cabeça:

A imagem [sobre a

Moldura] da sombra da minha cabeça.

Consegue visualizar, quer outra dica ou preciso mostrar as fotos?

5. Aquiles e a Tartaruga em: A Moldura no Mito da Caverna

*Meses antes de terem a conversa que resultou no fatídico caso do roubo do baralho,
Aquiles e a Tartaruga estão na beira do lago.
Enquanto Aquiles toca notas soltas no violão
rabiscando uma ou outra palavra
no seu papiro de composição;
a Tartaruga contempla o horizonte*

Aquiles: Sr. Tartaruga. Ocorreu-me que nunca compusemos uma música juntos. O que você acha de compor uma música comigo?

Tartaruga: Não saberia como começar! Por acaso você conhece o famoso mito da caverna de Platão?

Aquiles: É aquele que o homem consegue se livrar dos grilhões e das sombras e depois de sair da caverna consegue contemplar pela primeira vez a harmoniosa exuberância da realidade?

Tartaruga: Pois bem! E supondo que agora mesmo estamos, você e eu, no fundo dessa caverna e tudo que vemos aqui não passam de meras sombras projetadas na parede.

Aquiles: Que seja! Vejo a sombra de um violão e logo em seguida a sombra de um papiro e uma caneta.

Tartaruga: A ideia é fazer uma música?

Aquiles: Pois então! Se estamos no fundo da caverna e tudo que vemos não passam de sombras, nada melhor do que uma música para superar do nosso drama.

Tartaruga: Não deixa de ser uma saída criativa, porém como vamos fazer essa música se a sombra das cordas do violão não produz som e a sombra da caneta não serve para escrever palavra alguma na sombra do papiro?

Aquiles: Confesso que estou mais preocupado com esses grilhões.

Tartaruga: Pois então, também seria bom adicionar que nossas bocas estão amordaçadas.

Aquiles: Isso tudo foi uma armação indireta para que ficássemos em silêncio?

Tartaruga: Muito pelo contrário! Façamos o seguinte, para evitar qualquer malentendido, suponhamos que não soubéssemos que estamos amordaçados e agrilhoados, tampouco de nossa condição no interior da caverna. Digamos que tudo se passa como se estivéssemos tendo essa conversa exatamente aqui onde estamos.

Aquiles: Ótimo! Então posso começar a fazer a música?

Tartaruga: Ou digamos que por ventura você acabe de se desfazer da mordança e dos grilhões. Digamos que você acabe de perceber que essa nossa realidade não passa de sombras que são projetadas na parede por aqueles carregadores...

Aquiles: Gostei! Lembrei que tem uma fogueira. Agora posso pegar esta caneta, o papiro e o violão e fazer uma música?

Tartaruga: Ou digamos que você vê um certo raio de luz... digamos que você vê um caminho...

Aquiles: Assim não vale. Agora você me pegou pelo calcanhar! Largo tudo e vou correndo até o fim do caminho e depois sou ofuscado pela verdade verdadeira, né? Está aí um bom local para fazer a minha composição.

Tartaruga: Pois é! E o que faltou?

Aquiles: Faltou o violão que tive que largar às pressas.

Tartaruga: Então?

Aquiles: Volto correndo para buscar.

Tartaruga: E logo que pega o violão você olha para o lado e me vê olhando pras sombras que passam, uma atrás da outra, cá no fundo da parede.

Aquiles: Você quer me fazer chorar? É claro que eu volto para libertá-lo.

Tartaruga: Começa tirando os grilhões ou a mordança?

Aquiles: A mordança. Não que eu não confie em você, mas é que sei como termina a história, prefiro alertá-lo sem correr o risco de ser crucificado.

Tartaruga: Você não parece mais você mesmo caro amigo, você-você mesmo diria que faz tudo de uma única vez.

Aquiles: É que estou seguindo nossa história, se eu vi a verdade verdadeira, sei de coisas que jamais poderia saber.

Tartaruga: Que bom! Então você está encarnado no personagem. Agora suponhamos que você tira a minha mordança e fala para mim que tudo não passam de sombras.

Aquiles: Sim! Caro Sr. Tartaruga, temo informá-lo que tudo que vê não passam de sombras projetadas no fundo da parede. Nada do que você viu até hoje é o que parece...

Tartaruga: Se é o caso, então você está dizendo que as coisas não funcionam como parecem funcionar?

Aquiles: Sim! Vê esse violão?

Tartaruga: Perfeitamente. Ele não serve para violar?

Aquiles: Não! Se você vê uma caneta, ela não serve para escrever. Se você vê um papiro, ele não serve para tomar notas.

Tartaruga: E aquela moldura?

Aquiles: Não passa de uma sombra, como todas as outras coisas, ela não serve para emoldurar.

Tartaruga: Então a sombra de uma moldura não serve para emoldurar?

Aquiles: Não! As sombras das coisas não servem para qualquer coisa.

Tartaruga: Então a sombra da moldura não emoldura?

Aquiles: O que você não entende é que mesmo que você esteja vendo uma moldura, em realidade trata-se apenas da sombra de uma moldura.

Tartaruga: E a sombra da moldura não emoldura?

Aquiles: É que na verdade é tudo uma armação. As sombras das coisas apenas parecem ter a função das coisas que elas estão por. Sombras são completamente disfuncionais!!!

Tartaruga: Que estranho! Se tudo não passa de uma armação e a moldura não passa da sombra de uma moldura, porque ela não pode deixar de emoldurar?

Aquiles: Não vejo lógica alguma naquilo que você diz!

Tartaruga: Acho melhor você ir fazer a sua composição. Deixemos esses velhos mitos de lado.

6. O Sentimento Lógico-Filosófico de Wittgenstein no *Tractatus*

Dear Russell, [...] I'm afraid you haven't really got hold of my main contention, to which the whole business of logical prop[osition]s is only a corollary. The main point is the theory of what can be expressed (gesagt) by prop[osition]s – i. e., by language – (and, which comes to be the same, what can be thought) and what can not be expressed by prop[osition]s, but only shown (gezeigt); which, I believe, is the cardinal problem of philosophy.

Wittgenstein's Letter to Bertrand Russell,
Cassino, 19.8.19

Como indicado pelo título e qualificado pelo prefácio da obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus* é uma ambiciosa e desconcertante obra de lógica filosófica cujo eixo temático gira em torno do funcionamento lógico da linguagem. Nas pouco menos de cem páginas de aforismos numerados que constituem seu corpo, veicula-se uma compreensão muito sofisticada da relação entre filosofia, lógica, linguagem e realidade. Segundo muitos filósofos, intérpretes e comentadores (inclusive o próprio autor em sua obra posterior) resulta do *Tractatus* uma concepção do funcionamento lógico da linguagem que é não apenas insatisfatória, como também bizarra e inacreditável e, no limite, deve ser descartada por não ser capaz de elucidar adequadamente aquilo que se propõe.³⁰ Porém, a despeito disso, é uma obra que merece muita atenção não apenas em função de sua beleza, elegância e engenhosidade, mas também por nos legar diversos *insights* importantes sobre os tópicos que aborda. O presente capítulo tem como objetivo avaliar a relação entre o 'propósito' do livro tal qual apresentado no prefácio (i. e., traçar ou fixar *na linguagem* um limite para a expressão dos pensamentos), o 'sentimento lógico-filosófico' manifestado por Wittgenstein em 4.1213 (a saber, a ideia segundo qual a concepção correta da lógica da nossa linguagem está vinculada ao uso de uma notação em que tudo esteja conforme) e, por fim, o "profundo e importante *insight*" expresso na primeira entrada de seu *Notebooks* (1914-1916) e veiculado no *Tractatus* em 5.473 (i. e., a consideração de que *a lógica deve cuidar de si mesma*). Dito isso, para recolocar nossos objetivos de modo mais conciso, tomaremos como chave de leitura do *Tractatus* um registro de 26.4.15 em *Notebooks*: "We must recognize *how* language takes care of itself" (NB43). Dentro dessa perspectiva, se não estamos enganados, o *Tractatus* é o resultado da reflexão continuada e, por fim, da resposta de

³⁰ Quanto a isso, Anscombe relata: "Wittgenstein used to say that the *Tractatus* was not all wrong: it was not like a bag of junk professing to be a clock, but like a clock that did not tell you the right time" (Anscombe, 1971, p. 78). O que nos leva a crer que o autor do *Tractatus*, em momento posterior, entende que há uma inadequação entre as suas pretensões na obra e os resultados que decorrem dela.

Wittgenstein para a questão: *como* a linguagem cuida de si mesma? Nesse contexto, tendo em vista que toda pergunta da forma “como...?” é sempre posterior à consideração de “que...”, o objetivo da primeira metade do capítulo resume-se na avaliação das razões que levaram Wittgenstein a concluir *que* a linguagem deve cuidar de si mesma. De posse de tais considerações, na segunda metade do capítulo nos perguntaremos como isso é possível.

6.1 Da Busca pela Notação Ideal ou o Ponto Cego na Introdução de Russell

Após manifestar que *o pensamento é a proposição com sentido* (4) e que *a totalidade das proposições é a linguagem* (4.001), Wittgenstein registra:

4.002 O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo sentido, sem fazer ideia de como e do que cada palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem os sons particulares.

A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele.

É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem.

Quanto a isso surge uma série de questões. Dentre elas chamamos atenção para as seguintes: se não temos dificuldade em expressar pensamentos e um pequeno exercício reflexivo basta para compreender que isso não poderia acontecer se não seguissemos certos padrões lógicos, o que nos impede de extrair a lógica da linguagem de imediato? Se a linguagem corrente é tão complicada quanto o organismo humano e um organismo possui diversos órgãos que cumprem diversas funções e, além disso, não é raridade alguma encontrar casos disfuncionais, seria acertado considerar que, de uma perspectiva lógica, a linguagem contém uma multiplicidade de lógicas?³¹ Além disso, Wittgenstein está, assim como Russell, comprometido a com tese da imperfeição? Por fim, a ideia de ‘extrair a lógica da linguagem’ deve ser lida à luz do projeto russelliano, i. e., vincula-se à ideia de desenvolver uma linguagem ideal?

Um caminho para responder tais questionamentos vem da continuação do aforismo supracitado:

³¹ Só trataremos de tal questão na seção “como a lógica da linguagem cuida de si mesma ou a lógica da figuração”.

4.002 [...] A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi construída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo.

Disso resulta que enquanto um traje a linguagem não captura de modo preciso a forma lógica real dos pensamentos que veste. Porém, a despeito disso, tal inadequação não coloca a perigo ou compromete as finalidades práticas para as quais a linguagem foi construída. Com efeito, se vincularmos a isso a ideia de que “toda a filosofia é crítica da linguagem” (4.0031), temos que a despeito de não comprometer o uso pedestre da linguagem para expressar pensamentos, a forma aparente das proposições, de algum modo, acaba por turvá-los ou obscurecê-los. Além disso, se nos atentarmos para os aforismos 3.23 e 3.24, torna-se possível atribuir ao autor do *Tractatus* um compromisso manifesto tanto com a tese da assimetria quanto com o postulado de determinação completa do sentido.³²

Tendo isso em mente, torna-se manifesto um certo suporte textual necessário para se atribuir ao autor do *Tractatus*, de um lado, o compromisso com a ideia segundo a qual há algo de ilógico na linguagem corrente e que, de outro lado, imbuído dos mesmos propósitos que animam o projeto filosófico de Russell, devemos empreender esforços no desenvolvimento de uma linguagem ideal, não para revisar nossas práticas cotidianas, mas com propósitos inteiramente filosóficos. Porém, embora tais considerações sejam necessárias para que seja possível estabelecer um vínculo muito forte entre o *Tractatus* e *The Philosophy of Logical Atomism*, podemos nos perguntar tanto se são suficientes quanto se, em realidade, capturam adequadamente as reflexões manifestadas no *Tractatus* pelo seu autor.

Se não estamos enganados, as considerações que comparecem na introdução do *Tractatus*, escrita por Russell, sugerem que, no geral, o projeto filosófico do *Tractatus* é muito similar ao projeto filosófico apresentado por ele em *The Philosophy of*

³² Embora o debate sobre o estatuto dos aforismos do *Tractatus* esteja fora do escopo de nossas atribuições e nos falte uma compreensão adequada do mesmo para que possamos nos aventurar na turvada profundidade das águas desse debate, faz-se necessário mencionar que para satisfazer as considerações apresentadas em 4.111 e 4.112 e demarcar uma certa diferença entre a defesa de teses filosóficas em sentido russelliano (ou científico) e teses filosóficas em sentido wittgensteiniano (elucidativo), consideraremos que no contexto do *Tractatus*, embora teses não sejam afirmadas, ditas ou defendidas, elas comparecem enquanto manifestações, i. e., teses se manifestam no *Tractatus*.

Logical Atomism. Pois, em primeiro lugar, ambos compartilham das mesmas pretensões, i. e., investigar as condições de um *simbolismo acurado*.³³ Além disso, em segundo lugar, Russell considera que Wittgenstein também toma para si a tarefa de desenvolver uma linguagem ideal com finalidades filosóficas. Quanto a isso, Russell afirma:

Importam ao Sr. Wittgenstein as condições de uma linguagem logicamente perfeita – não que alguma linguagem seja logicamente perfeita, ou que nos acreditemos capazes de construir, aqui e agora, uma linguagem logicamente perfeita, mas toda a função da linguagem é ter significado, e ela só cumpre essa função na medida em que se aproxima da linguagem ideal que postulamos. (p. 114)

Não é preciso procurar nos relatos furiosos de Wittgenstein, tampouco recorrer aos escritos dos diversos comentadores para reconhecer que as reflexões veiculadas na introdução ao *Tractatus* não só não se sustentam, mas também que ferem, de modo gritante, tanto a letra quanto espírito da obra: “De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão, logicamente, assim como estão, em perfeita ordem” (5.5563). Com efeito, diferentemente de Russell – que pensa que a linguagem corrente é repleta de imperfeições, vagezas e ambiguidades e que, no contexto filosófico, cumpre ao lógico desenvolver uma linguagem ideal (mesmo com severas restrições, p. ex., a privacidade) –, Wittgenstein está interessado nas condições de uma linguagem perfeita na exata medida em que tais condições são as condições que comparecem na nossa linguagem corrente.³⁴

Segundo Michael Beaney, a diferença mais importante entre Russell (e também Frege)³⁵ e Wittgenstein está no modo com ambos os filósofos compreendem a relação entre lógica e linguagem:

³³ Em linhas gerais, como visto ao longo do capítulo sobre o atomismo lógico de Russell, quais as condições que um simbolismo verifuncionalmente orientado deve satisfazer para que não dê margem para ambiguidade, vageza e indeterminação? Como compreender a sintaxe lógica da linguagem para, de um lado, tornar impossível que formulemos legitimamente contrassensos ou paradoxos e que, de outro lado, os próprios sinais empregados explicitem o seu comportamento simbólico e as relações lógicas entre as proposições no interior do simbolismo?

³⁴ Quanto a isso, cabe mencionar que Frank Ramsey, em 1923, foi o primeiro a apontar tal ponto cego na interpretação de Russell. Após considerar que “...it is possible that he is not an infallible guide to Mr. Wittgenstein’s meaning” e apresentar parte do trecho supracitado da introdução, Ramsey afirma que o autor do *Tractatus*, em realidade, “seems to maintain that his doctrine apply to ordinary languages in spite of the appearance of the contrary” (Ramsey, 1931, p.270).

³⁵ Embora pouco tenhamos falado sobre Frege estamos cientes do papel revolucionário que ele desempenha para o estudo da lógica. Em função do advento de Frege, tornou-se possível colocar apropriadamente muitas reflexões sobre a lógica (filosofia da lógica). Nesse contexto, ainda que Frege

mereça muito mais do que um singelo parêntese ou uma breve nota de rodapé, sem deixar de cometer uma grande injustiça, entendemos que algum comentário é melhor que o silêncio. Nesse contexto, a propósito da questão acerca do estatuto lógico da linguagem corrente e dos motivos para o desenvolvimento de uma linguagem ideal, no início do prefácio da *Conceitografia* (1979), Frege relata que para seus propósitos específicos (mostrar que a matemática pode ser completamente fundamentada, i. e., defender a ideia segundo a qual as demonstrações matemáticas podem ser fundamentadas valendo-se apenas de noções puramente lógicas), não apenas a linguagem corrente se mostrava insatisfatória, como também a própria lógica como fora estudada até então. Com o objetivo de tornar a lógica um instrumento suficientemente poderoso para seus propósitos, ele sentiu-se na obrigação de elaborar sua “linguagem formular” que deu o nome de *Begriffsschrift*. Se é verdade que de Aristóteles até Boole (1949), o lógico enquanto tal tem por objetivo encontrar e formalizar padrões de argumentos válidos, após o advento revolucionário de Frege, mais do que buscar padrões de argumento válido, o lógico enquanto tal passa a desenvolver sistemas formais (verifuncionalmente orientados), com enorme potencial expressivo. Nesse contexto, a *Conceitografia* de Frege é revolucionária em muitos aspectos, pois em função dela tornou-se possível não apenas sistematizar, de modo integrado, todas as formas válidas de argumentos previstas por seus antecessores, como também unificar aquilo que é hoje conhecido como cálculo proposicional e cálculo de predicados. Com o objetivo de elucidar o papel da sua linguagem formular, Frege oferece a famosa analogia entre ela por oposição à linguagem corrente e, respectivamente, entre o microscópio e o olho: “Este último, pela extensão de sua aplicabilidade e pela versatilidade de sua adaptação às mais diversas circunstâncias, é em muito superior ao microscópio. Contudo, como um instrumento óptico, o olho possui, por certo, muitos inconvenientes, que passam comumente desapercibidos por força de seu estreito relacionamento com a nossa vida mental. De fato, se um objetivo científico exigir grande acuidade de resolução, o olho se mostra insuficiente. Por outro lado, o microscópio se afigura perfeitamente adequado para tais fins, embora seja por isso mesmo inadequado para outros” (Frege, 2009, p.46). Disso resulta que embora a linguagem corrente sirva de modo satisfatório para os propósitos práticos que comumente se atribuem a ela, Frege entende que se estamos lidando com uma série de questões que, em virtude do alto grau de abstração, demandam mais atenção e cuidado – como questões de natureza filosófica ou em todas aquelas que se exige um método inequívoco de prova –, quanto melhor for construída a linguagem formular mais seguros e bem fundamentados serão os nossos resultados. Quanto a isso, Hacker entende que a *Conceitografia* é “a specialized instrument for specialized proof-theoretic purposes in logic and mathematics. Here it is necessary to employ a language which, unlike natural language, accurately represents the structure of thoughts, their constituents and the entities their constituents presents” (Hacker, 1996, p.20). Assim, mesmo que não se preste a contribuir de um modo significativo para as finalidades práticas que a linguagem corrente se presta, de um ponto de vista filosófico, Frege considera que sua *Conceitografia* é um “valioso instrumento para os filósofos”, na medida em que torna possível evitar uma série de equívocos e enganos “que surgem quase que inevitavelmente, em decorrência de utilizar a linguagem corrente para expressar as relações entre os conceitos” (Frege, 2009, p.48). Ainda que no contexto da *Conceitografia* não haja uma resposta inequívoca acerca do estatuto lógico da linguagem corrente, em “Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia” (1882) Frege deixa clara sua posição com relação a tal questionamento. Frege começa o artigo insinuando que a imperfeição lógica da linguagem corrente deve-se ao fato de precisarmos *utilizar sinais sensíveis para pensar*. A seguir menciona de passagem os problemas com certas ambiguidades. Além disso, em um momento posterior, afirma que “a linguagem não é regida por leis lógicas, de maneira que a mera observância da gramática seja suficiente para garantir a correção formal do curso do pensamento” (Frege, 2009, p.61). Porém, ainda que todos esses problemas possam vir a ser sanados no contexto de uma linguagem formular, Frege entende que há, num sentido crucial e determinante, uma incompatibilidade irreconciliável entre uma linguagem formular e a linguagem corrente, a saber, “As deficiências que assinalamos têm sua causa em uma certa maleabilidade e instabilidade da linguagem corrente, que são aliás a condição de sua capacidade de evoluir e de seus inúmeros recursos. Sob esse aspecto, a linguagem pode ser comparada à mão, que não obstante a adaptabilidade às mais diferentes tarefas é, ainda assim, insuficiente. Produzimos mãos artificiais, instrumentos elaborados para fins específicos e que operam com uma precisão que a mão não lograria. Como é possível tal precisão? Graças à rigidez, a inflexibilidade dos componentes, cuja ausência torna a mão tão versátil. De modo similar, a linguagem por palavras tem as mesmas limitações: necessitamos de um sistema de sinais (*Ganzes von Zeichen*), carente de toda ambiguidade, e cuja forma rigorosamente lógica não deixe escapar o conteúdo” (Frege, 2009, p.62). Disso resulta que, segundo Frege, de um ponto de vista lógico-filosófico, a imprecisão e a imperfeição da linguagem corrente são ao mesmo tempo a condição sem a qual o próprio dinamismo e a mutabilidade, que dão ânimo e vida à

The most significant difference between Wittgenstein, on the one hand, and Frege and Russell, on the other hand, lay in their view of the relationship between logic and language. According to Frege and Russell, ordinary language was logically deficient in various ways, and at least for scientific purposes, needed to be replaced by a logical language. (Beaney, 2008, p. 2)

E após citar 5.5563, o intérprete continua: “He was indeed concerned with the conditions for a logically perfect language, but these were at the same time the conditions for our ordinary language to express the senses it does”. Nesse contexto, considera-se que a posição de Wittgenstein com relação ao estatuto lógico da linguagem corrente é oposta à posição de Russell (e também de Frege). Com efeito, torna-se possível compreender que, ao recusar a tese da imperfeição, Wittgenstein manifesta o compromisso com a *tese da perfeição constitutiva da linguagem corrente* (ou *tese da perfeição*). Porém, se esse é o caso, abrem-se duas possibilidades: ou bem consideramos que o *Tractatus* é uma obra incoerente, na medida em que se compromete simultaneamente com a tese da perfeição, a tese da assimetria e o postulado de determinação completa do sentido, ou bem há um modo de harmonizá-las. Nesse caso, a sua incompatibilidade é apenas aparente. Dito isso, tendo em vista que a segunda possibilidade é muito mais caridosa e atraente, tornamo-nos responsáveis por mostrar como isso é possível. Nesse caso, como então devemos interpretar a ideia segundo a qual *toda a filosofia é ‘crítica da linguagem’* (4.0031)? Como é possível sustentar simultaneamente a tese da perfeição, de um lado, a tese da assimetria e o postulado de determinação completa do sentido, de outro lado?

Para compatibilizar tais teses (e o postulado) que, à primeira vista, parecem irreconciliáveis, começamos com um trecho de uma carta para C. K. Ogden em que Wittgenstein elucida o aforismo 5.5563:

By this I meant to say that the propositions of our ordinary language are not in any way logically *less correct* or less exact or *more confused* than propositions written down, say, in Russell’s symbolism or any other “Begriffsschrift”. (Only it is easier for us to gather their logical form when they are expressed in an appropriate symbolism). (Wittgenstein, 1974, p. 50)

linguagem corrente, seriam impossíveis, i. e., se a linguagem corrente fosse um mero cálculo, governado por regras logicamente bem delimitadas, então – na exata medida da rigidez que seria demandada – ela acabaria sendo inflexivelmente estática. Nesse contexto, consideramos que tanto Frege quanto Russell, a despeito de suas peculiaridades, comprometem-se com a tese da imperfeição.

Em função disso, torna-se possível compreender que embora a forma aparente não revele a forma real da proposição, isso não compromete de modo algum a precisão completamente determinada das proposições da linguagem corrente. Ou melhor, se fosse requerido explicitar a forma lógica das proposições da linguagem corrente para que pudéssemos nos comunicar com elas, nos faltaria saliva para afirmar que “o livro está sobre a mesa”.³⁶ Nesse caso, se Wittgenstein não pretende estar desenvolvendo uma linguagem ideal, então como entender a noção de ‘simbolismo apropriado’? Além disso, se um ‘simbolismo apropriado’ não se presta para o uso pedestre da linguagem, então qual é o seu propósito?

Com relação à primeira questão, Beaney afirma que Wittgenstein estava advogando por uma *Notação Ideal*, i. e., “a notation that made clear the logical form of every proposition” (Beaney, 2008, p.2). Seguindo tal linha de interpretação, torna-se possível compreender que diferentemente de Russell que, além de defender a tese da imperfeição, sentiu-se compelido a desenvolver uma linguagem ideal, Wittgenstein, imbuído da tese da perfeição, estava, em realidade, em busca de uma notação lógica que pudesse capturar adequadamente o funcionamento logicamente perfeito da linguagem corrente.³⁷ Nesse contexto, Wittgenstein escreve:

3.323 Na linguagem corrente, acontece com muita frequência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois, a símbolos diferentes – ou que duas palavras que designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo.

Assim, a palavra “é” aparece como cópula, como sinal de igualdade e como expressão da existência; “existir”, como verbo intransitivo, tanto quanto “ir”; “idêntico”, como adjetivo; falamos de *algo*, mas também de acontecer *algo*. [...]

³⁶ Em 19.9.14 Wittgenstein registra “A proposition like “this chair is brown” seems to say something enormously complicated, for if we wanted to express this proposition in such a way that nobody could raise objections to it on ground of ambiguity, it would have to be infinitely long” (NB5). Além disso, em um fragmento do registro de 20.6.15, Wittgenstein coloca-se aquilo que considera ser “An EXTREMELY important question”, a saber, “If the proposition “The book is lying on the table”, does this really have a completely clear sense?”, na continuação da passagem ele responde “But the sense must be clear, for after all we mean *something* by the proposition, and as much as we *certainly* mean must surely be clear”. Algumas linhas depois Wittgenstein generaliza a questão: “Is it or is it not possible that to talking of a proposition’s having more or less sense?” e logo na sequência responde incisivamente: “It seems clear that what we MEAN must always be “sharp”” (NB68). Disso resulta que o sentido das proposições na linguagem corrente é afiado como uma navalha e não dá qualquer margem para pontos cegos de indeterminação.

³⁷ Nesse contexto, o que está em questão é uma reavaliação, por parte de Wittgenstein, sobre da função do lógico enquanto tal. Em especial, a passagem da compreensão de que o lógico deve construir uma linguagem ideal, para a compreensão segundo a qual cumpre ao lógico desenvolver uma notação que capture adequadamente o funcionamento lógico da linguagem.

3.324 Assim nascem facilmente as confusões mais fundamentais (de que toda a filosofia está repleta).

3.325 Para evitar esses equívocos, devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes. Uma notação, portanto, que obedeça à gramática *lógica* – à sintaxe lógica.

(A ideografia de Frege e Russell é uma tal notação, que não chega, todavia, a excluir todos os erros.)

Em função de tais aforismos, encontramos-nos em posição de apontar, ao menos, um caminho de resposta para segunda questão proposta, sobre o propósito de um simbolismo apropriado. Pois se uma compreensão apurada do funcionamento logicamente perfeito da linguagem corrente não se faz necessária para que seja aptamente utilizada de modo pedestre, o mesmo não acontece no contexto da reflexão filosófica. Nesse contexto, há de se notar uma certa semelhança entre as reflexões de Russell e Wittgenstein. Pois ambos não apenas adotam uma postura lógico-crítica com relação à filosofia tradicional como, também, o fazem via “teoria do simbolismo”, i. e., ao perder de vista o comportamento lógico da linguagem, filósofos acabam falsificando a própria lógica em suas pretensas reflexões.³⁸ Porém, embora seja conveniente chamar atenção para os cruzamentos, não podemos perder de vista que não estamos trilhando a mesma estrada. Com efeito, para os nossos propósitos, ainda mais importante do que compreender as semelhanças entre as reflexões de Russell e Wittgenstein, é tornar compreensível o sutil abismo gerado em função de algumas de suas diferenças. Quanto a isso, duas delas já foram apontadas: a recusa da tese da imperfeição e a pretensão de desenvolver uma notação lógica perspicua para a linguagem corrente (e não uma linguagem ideal). Porém, mesmo que isso seja necessário para que se compreenda a distância entre *The Philosophy of Logical Atomism* e o *Tractatus*, há um longo caminho a ser percorrido para que possamos fincar a bandeira em terrenos suficientes. Em especial, o máximo que podemos extrair de nossa apresentação é que além de adotar a tese da assimetria e o princípio de determinação completa do sentido, ao recusar a tese da imperfeição, Wittgenstein adota a tese da perfeição.³⁹ Entretanto, se é verdade que via *Russellianes* já temos alguma noção de como a tese da assimetria e o postulado de determinação completa

³⁸ 4.003

³⁹ Supondo que não há uma terceira alternativa possível.

do sentido poderiam funcionar, estamos às cegas com relação à tese da perfeição.⁴⁰ Com o objetivo de elucidá-la, podemos começar nos perguntando se o compromisso de Wittgenstein com tal tese é um ponto de partida pressuposto pela obra ou se ela é obtida como um resultado. Quanto a isso, somos da compreensão que a tese da perfeição não é um ponto de partida, mas comparece como resultado das reflexões do autor do *Tractatus*. Nesse caso, cumpre-nos apresentar quais as “premissas” que justificam Wittgenstein a adotar a tese da perfeição.

Um dos pontos de partida para que se possa compreender a tese da perfeição consiste em considerar que ela não é equivalente ao famoso *slogan* que comparece tanto na primeira linha dos *Notebooks* e reaparece em 5.473, a saber: “A lógica deve cuidar de si mesma” (NB2 e 5.473). Em função disso, entendemos que a ideia segundo a qual a lógica cuida de si mesma (*Princípio de Pureza da Lógica* ou apenas *Princípio de Pureza*), não é apenas um dos pontos de partida adotados pelo autor do *Tractatus* como, também, parte da justificativa para a adoção da tese da perfeição. Além disso, é em função da adoção de tal princípio que torna-se possível compreender não apenas algumas das diferenças fundamentais entre a teoria do simbolismo de Russell e a teoria do simbolismo de Wittgenstein como, também, parte do que está envolvido na compreensão correta do que significa a tarefa que o autor colocou para si mesmo em sua obra, i. e., “fixar os limites da linguagem”. Tendo isso tudo em mente, a próxima seção tem como objetivo compreender em que consiste o princípio de pureza.

6.2 Que a Lógica da Linguagem Cuida de Si ou o Ponto Cego na Leitura de Pears

Se não resta dúvidas, e é verdade que os intérpretes do *Tractatus* compartilham consensualmente da posição segundo a qual o princípio de pureza desempenha um papel destacado no interior da obra, o mesmo não acontece quando a questão passa do

⁴⁰ Mesmo que Wittgenstein manifeste seu compromisso com a tese da assimetria, é importante deixar marcado que comparações entre o modo que comparece em Wittgenstein e o modo como comparece em Russell devem feitas com alguma cautela. Por enquanto, basta mencionar que, num fragmento de uma carta para Russel de 1913, Wittgenstein escreve que: “...your Theory of Descriptions is *quite undoubtedly* right, even if the individual primitive signs in it are quite different from what you believe” (NB129).

‘que’ ao ‘como’, i. e., se procuramos nos intérpretes algum esclarecimento acerca de como compreender o princípio de pureza na economia geral da obra, torna-se possível encontrar pelo menos mais de uma posição. O problema é que justamente em função do papel destacado que é desempenhado por tal princípio, mesmo pequenas variações na sua interpretação acabam gerando leituras radicalmente distintas da obra como um todo. Dito isso, importa-nos destacar, num primeiro momento, dois pontos de consenso entre os intérpretes para, em seguida, apresentar um importante ponto em que há divergência.

O primeiro consenso para o qual gostaríamos de chamar atenção consiste em duas coisas: de um lado, na compreensão de que o início da carreira filosófica de Wittgenstein é indelevelmente marcado pelas suas reflexões acerca de como compreender o caráter peculiar da necessidade das proposições lógicas; de outro lado, na compreensão de que, no contexto do *Tractatus*, elas comparecem na atividade de traçar os limites da linguagem a título de “armação do mundo”. Com relação à primeira parte do consenso, em uma carta para Russell de 22.06.12, Wittgenstein afirma que “Logic must turn out to be a *totally* different kind than any other science” (NB120). Na mesma linha, no *Tractatus* encontramos escrito que “A explicação correta das proposições lógicas deve conferir-lhes uma posição peculiar entre todas as proposições” (6.112 e NB107). Quanto a isso, Wittgenstein considera que, em primeiro lugar, diferentemente das proposições com sentido, em que a verdade ou falsidade efetiva sempre depende de comparação com a realidade, as proposições lógicas são sempre verdadeiras ou sempre falsas de modo absolutamente independente dos fatos. Além disso, há em Wittgenstein um repúdio completo não apenas da ideia segundo a qual há alguma hierarquia legítima entre verdades lógicas como, também, de qualquer exigência de recursos ulteriores às próprias proposições lógicas para que possa se estabelecer que tratam-se de proposições lógicas (p. ex., leis lógicas, regras de inferência ou auto-evidência).⁴¹ Com efeito, as reflexões de Wittgenstein o levaram

⁴¹ Parte do legado fregiano, consiste na elaboração de um sistema axiomático aos moldes do sistema geométrico euclidiano. Nesse contexto, Frege mostra que com base em um número limitado de axiomas, utilizando apenas dois conectivos lógicos primitivos (‘implicação’ e ‘negação’) e uma única regra de inferência (o *modus ponens*), torna-se possível derivar um número ilimitado de teoremas. Interessantemente, Russell e Whitehead em *Principia Mathematica*, mostram que é possível obter os mesmos resultados com outro conjunto de axiomas e utilizando outros conectivos lógicos primitivos (‘disjunção’ e ‘negação’). Isso gerou em Wittgenstein uma série de perplexidades: como compreender o próprio estatuto dos axiomas, teoremas, conectivos lógicos e regras de inferência. Por exemplo, como compreender a relação entre os teoremas e os axiomas que supostamente os embasam? Os teoremas

a compreender que proposições lógicas não passam de tautologias e contradições, i. e., fórmulas sem sentido que, embora legítimas no interior de um sistema de representação, na medida em que são vazias de conteúdo, não dizem qualquer coisa sobre o mundo.

Se não estamos enganados, é no contexto dessas reflexões que, em um fragmento de carta enviada para Russell em 1913, Wittgenstein escreve: “...The great question is now: How should a notation be constructed, which make every tautology recognizable as a tautology *in one and the same way*? This is the fundamental

dependem, em algum sentido relevante, dos axiomas? Há uma hierarquia legítima entre verdades lógicas? Para compreender o ponto crítico, podemos começar com as ideias contidas em um famoso diálogo entre Aquiles e a Tartaruga, escrito por Lewis Carroll, onde a Tartaruga pede a Aquiles para convencê-la da validade do *modus ponens*. Embora a Tartaruga aceite a hipótese e que as premissas são verdadeiras ela não aceita que a conclusão se segue das premissas. A proposta de Aquiles para convencer a Tartaruga é adicionar a regra de inferência como uma premissa adicional no interior do argumento. Porém, nesse caso, o ceticismo da Tartaruga se sustenta *ad infinitum*, pois a Tartaruga perversamente demanda uma nova premissa adicional para cada premissa adicionada por Aquiles. Dito isso, se Russell tivesse oportunidade de comparecer na cena, ele poria fim ao regresso indesejado com a seguinte afirmação: “The principles of deduction gives the general rule according to which the inference is made, but is not itself a premise in the inference. If we treated it as a premise, we should need either it or some other general rule to enable us to infer the desired conclusion, and thus we should gradually acquire an increasing accumulation of premisses without even being able to make any inference” (Russell, 1963, p. 106). Nesse caso, torna-se possível evitar o ceticismo da Tartaruga distinguindo radicalmente o comportamento lógico de premissas e regras de inferência. Enquanto premissas aparecem em argumentos, as regras de inferência não aparecem no argumento como premissas adicionais, mas são como leis gerais que tornam possível ou validam a inferência. Porém, contra tal solução, se a Tartaruga estivesse de posse do *Tractatus*, poderia pressioná-la afirmando: “Se p se segue de q , posso inferir p de q ; deduzir p de q . O modo de inferência há de ser derivado das duas premissas por elas mesmas. Só elas próprias podem justificar a inferência. “Leis de inferência”, às quais – como em Frege e Russell – cumpra justificar as inferências, não têm sentido e seriam supérfluas” (5.132). Nesse caso, a Tartaruga não estaria recolocando o problema do regresso ao infinito, mas denunciando a luta de Russell contra moinhos de vento. Em 5.123 Wittgenstein escreve “Se um deus cria um mundo em que certas proposições são verdadeiras, com isso já está também criando um mundo em que todas as suas consequências procedem”. Quanto a isso, o ponto é que as relações lógicas que as proposições mantêm são propriedades que lhe são internas, i. e., “a proposição afirma toda proposição que dela se segue” (5.124). Sobre esse ponto, Erick Nelson afirma: “logical relations are a part of the structure of the proposition. If it is not obvious that one proposition follows from another, then it is a failure of the symbolism. The logician’s job is to symbolize the structure of propositions as perspicuously as possible. If one proposition follows from another, this relation does not come about by being connected in another proposition; rather, “these relations are internal, and exist as soon as, and by the very fact that the propositions exist” (§5.131)”. (Nelson, 2016, p. 4)

problem of logic” (NB129). Quanto a isso, somos da compreensão de que Pears captura o ponto, de modo cirúrgico, com as seguintes palavras:

...the work that went into the *Tractatus* did not begin as an attempt to fix the limits of language. That was later development, which gave the book its final shape. The original problem was posed by logic. He was searching for a theory of meaning which would explain the necessary truth of logical formulae (Pears, 1987, p. 20).

Assim, torna-se possível compreender que as questões ligadas ao estatuto peculiar das proposições lógicas têm um papel destacado no início da carreira filosófica de Wittgenstein e surgem não apenas em tempo anterior como também desvinculadas de qualquer pretensão de traçar os limites da linguagem. Tendo isso em mente, torna-se possível passar para a segunda parte do primeiro consenso. Ao considerar as proposições lógicas sem sentido, restou a Wittgenstein a responsabilidade de encontrar um modo de “conectar” as proposições lógicas com a realidade. Parte disso comparece em um registro de 2.8.16 em que Wittgenstein escreve “My work has extended from the foundations of logic to the nature of the world” (NB79). Dois anos antes, nas primeiras linhas de “Notes Dictated to G. E. Moore in Norway” temos a introdução da ideia segundo a qual embora proposições lógicas não digam qualquer coisa sobre o mundo, isso não significa que elas não *mostrem* algo sobre a linguagem e o mundo. Quanto a isso, Wittgenstein dita:

LOGICAL so-called propositions *shew* [the] logical properties of language and therefore of [the] universe, but say nothing. [cf. 6.12]
This means that by merely looking at them you can *see* these properties; whereas, in a proposition proper, you cannot see what is true by looking at it. [cf. 6.113]

Quanto a isso, cabe mencionar que começamos a tocar naquilo que comparece na epígrafe do presente capítulo como sendo *o problema fundamental da filosofia*, a saber, aquilo que pode ser *dito* na linguagem e aquilo que o funcionamento da linguagem *mostra*. Além disso, torna-se possível compreender o papel destacado das proposições lógicas na atividade de traçar os limites da linguagem, pois elas manifestam as propriedades compartilhadas entre a linguagem e o mundo. Nas palavras de Wittgenstein, elas representam a “armação do mundo”:

6.124 As proposições lógicas descrevem a armação do mundo, ou melhor, representam-na. Não “tratam” de nada. Pressupõem que nomes tenham significado e proposições elementares tenham sentido: e essa é sua ligação com o mundo.⁴²

Dito isso, podemos passar para o segundo consenso entre os comentadores da obra. Poderíamos pensar, à primeira vista, que o *Tractatus* apresenta razões que autorizam ou justificam a adoção do princípio de pureza. Ainda perseguindo tal concepção, se vincularmos isso com o supracitado questionamento sobre o funcionamento lógico da nossa linguagem e a pretensão de traçar um limite para a mesma, temos que ao traçar os limites de funcionamento lógico da nossa linguagem emerge, como um resultado, o pretendido princípio de pureza da lógica. Nesse caso, não seria inadequado afirmar que o funcionamento lógico da linguagem é o próprio eixo no qual giram as engrenagens do *Tractatus*. Contra tal linha de argumentação, há um consenso geral entre os intérpretes que o princípio de pureza não comparece como um resultado, mas surge como uma pressuposição adotada pela obra.⁴³ Pois se o princípio de pureza fosse um resultado obtido pela obra, suas próprias engrenagens restariam um tanto quanto desajustadas e nos faltariam elementos necessários à compreensão do funcionamento lógico da linguagem tal qual apresentado pela obra (em especial a explicação da essência da proposição em função da noção de *bipolaridade*). A propósito da ideia segundo a qual o princípio de pureza é um pressuposto do *Tractatus*, McGinn afirma:

For Wittgenstein, the idea that logic is the essential framework to all thought goes along with the idea that there is a perfect logical order in the propositions of ordinary language: where there is sense (propositions with true-false poles), there is logic; and where is logic, there must be perfect logical order. These ideas do not, for Wittgenstein, have the status of theoretical claims,

⁴² No restante do aforismo temos: “É claro que algo sobre o mundo deve ser denunciado por serem tautologias certas ligações de símbolos – que têm essencialmente um caráter determinado. É isso que é decisivo. Dissemos que muito nos símbolos que usamos seria arbitrário, muito não seria. Na lógica, só o que não é arbitrário exprime: isso quer dizer, porém, que na lógica *nós* não exprimimos, com a ajuda dos sinais, o que queremos, mas o que enuncia na lógica é a própria natureza dos sinais necessários por natureza: se conhecemos a sintaxe lógica de uma notação qualquer, já estão dadas então todas as proposições da lógica”. Quanto a isso, parte da próxima seção terá como objetivo tornar tais palavras compreensíveis.

⁴³ Cabe notar que em escritos posteriores Wittgenstein ataca severamente o projeto filosófico do *Tractatus*. Dentre as acusações, há uma em especial que critica o *Tractatus* por pretender clarificar a lógica da nossa linguagem com uma certa ideia pré-concebida sobre como a lógica da linguagem deve ser. Quanto a isso, ao refletir sobre seu projeto anterior Wittgenstein comenta em IF 107 que *quanto mais exatamente consideramos a linguagem de fato, tanto maior torna-se o conflito entre ela e nossas exigências. (A pureza cristalina da lógica não se entregou a mim, mas foi uma exigência)*. Nesse contexto, encontra-se fora do escopo de nossas atribuições entrar em questões relativas ao mérito da crítica, tecer considerações acerca das mudanças na compreensão do próprio fenômeno da linguagem tal qual realizada por Wittgenstein em seus escritos posteriores, tampouco refletir sobre como e em que medida isso é avassalador para o projeto do *Tractatus* como um todo.

that is to say, he does not put them forward as hypotheses that explain how our language works. They rather have the status of preconceptions of how a language in which thoughts are expressed must be. These preconceptions colour Wittgenstein's idea of his fundamental task and determine how he undertakes the work of clarification that he believes it calls for. It is only within the context of this idealized picture of a proposition and of logic that Wittgenstein could conceive the central task of clarification in the way that he does. (McGinn, 2006, p. 76)

Tendo isso em mente, torna-se possível compreender que há um consenso geral entre os comentadores que no *Tractatus*, de um lado, as proposições lógicas comparecem como a armação do mundo traçada pela obra e, de outro lado, tal ideia surge como um pressuposto para que possamos compreender a ideia de “traçar os limites da linguagem”.⁴⁴ Porém, como mencionamos anteriormente, a paz não reina completa no debate em questão. Para compreender o que está envolvido na discórdia que nos importa, podemos começar apresentando a posição de Pears sobre como compreender o princípio de pureza. Nesse contexto, após citar o slogan de 5.473, Pears escreve:

In other words, logic is a self-contained system which can be validated only from within. Its formulae, therefore, must be completely different from factual sentences, which have to measure up to something outside themselves, the contingent layout of the world (Pears, 1987, p. 21).

Com efeito, temos que o princípio de pureza é *equivalente* à ideia segundo a qual as proposições lógicas são tautologias e contradições. Mais adiante, Pears coloca a questão “How are the necessary truths of logic established?” e, na linha seguinte responde “The answer given in the *Tractatus* was ‘by testing for tautology’”. Em seguida, Pears levanta uma questão muito peculiar: “Do we have to speak a language that generates tautologies?” é no contexto da resposta da *questão peculiar* de Pears que encontramos uma das marcas da sua leitura realista, a saber, “the ultimate structure of reality forces us to speak a language that generates tautologies” (Pears, 1987, p. 28). Assim, segundo o intérprete, torna-se manifesto um vínculo direto entre o princípio de pureza e a tese da prerrogativa. Quanto a isso, poderíamos perguntar para o intérprete se é o princípio de pureza que se escora na tese da prerrogativa ou se é a tese da prerrogativa que se escora no princípio de pureza. Independentemente de qualquer eventual resposta do intérprete, não resta dúvidas que ele entende que a tese da prerrogativa é a resposta para a sua questão peculiar.

⁴⁴ Para simplificar as coisas, consideramos que a tarefa de “traçar os limites da linguagem” é equivalente a ideia de filosofia como clarificação (Prefácio e 4.112).

Quanto à linha de argumentação do intérprete como um todo, o que nos causa hesitação mais do que a resposta realista para a questão peculiar (e também mais do que a questão peculiar em si mesma) é a dificuldade em harmonizar a ideia segundo a qual o princípio de pureza é equivalente à compreensão de que as proposições lógicas são tautologias e contradições e o fragmento de carta que comparece na epígrafe do capítulo. Pois Wittgenstein manifesta explicitamente que a questão das proposições da lógica é apenas um corolário do “problema fundamental da filosofia”. Contra nossa hesitação, Pears poderia destacar que o princípio de pureza não é equivalente ao “problema fundamental da filosofia”, mas apenas uma parte importante dele. Supondo que é essa a resposta de Pears contra nossa hesitação, chamaremos tal resposta tanto de compromisso com o princípio de pureza fraco, quanto de um compromisso com um princípio de pureza contaminado (pela tese da prerrogativa). Dito isso, colocamos a seguinte questão: como devemos compreender o princípio de pureza para que ele seja forte e puro?

Com relação à atribuição da característica ‘ser puro’ ao princípio de pureza, dadas as nossas estipulações, consideramos que só há uma resposta disponível: “ser puro” é estar comprometido com a *tese da ausência de prerrogativa entre linguagem e realidade* (ou *Tese da Ausência de Prerrogativa*), i. e., que a questão sobre a prioridade entre realidade e linguagem não desempenha qualquer papel relevante, seja na compreensão do princípio de pureza, seja na compreensão da tese da perfeição (que, conforme estipulado, o princípio de pureza é uma das ‘premissas’). Com relação à atribuição da característica, “ser forte”, consideramos que só há uma resposta disponível: “ser forte” é vincular o princípio de pureza ao “problema fundamental da filosofia”. Para o que nos importa no momento, consideraremos como dado que o princípio de pureza é puro e avaliaremos como compreendê-lo para que ele seja também forte. Na última seção do capítulo, trataremos especificamente da questão acerca da relação entre o princípio de pureza e a tese prerrogativa (da prerrogativa inversa e da tese da ausência de prerrogativa). Dito isso, consideremos a interpretação de Proops que, segundo o vocabulário estipulado, defende que há no *Tractatus* o compromisso com um princípio de pureza forte e puro:

In approaching this passage we should keep in mind that in Wittgenstein’s writings ‘logic’ has a broad range of meanings, stretching from ‘a deductive calculus’ at one end of the spectrum, to foundational *inquiry* into the nature of language and what *we* would call ‘logic’, at the other. The

implication of 5.473 is that of logic to look after itself is for *language*, by its very nature, to render a certain kind of mistake impossible. (Proops, 2001, p. 3)

Em especial, o que encontramos na interpretação de Proops que não consta na interpretação de Pears é uma vinculação entre o princípio de pureza e a teoria do simbolismo do *Tractatus*. Nesse contexto, três coisas são importantes: em primeiro lugar, ter em mãos um fragmento de NB43 como chave de leitura do princípio de pureza, a saber, “We must recognize *how* language takes care of itself”; em segundo lugar, vincular ao princípio de pureza, em particular, não a resposta para a pergunta *como* a linguagem..., mas como resposta à pergunta *que*; em terceiro lugar, utilizar o princípio de pureza para recusar a teoria dos tipos e, conseqüentemente, qualquer possibilidade de traçar os limites da linguagem de uma perspectiva privilegiada. Dito isso, passamos à questão: como compreender a vinculação entre a teoria do simbolismo do *Tractatus* e o princípio de pureza forte e puro?

Uma das portas de entrada para que se compreenda o princípio de pureza e, conseqüentemente o *Tractatus* vêm do problema apontado por Wittgenstein acerca da necessidade de uma teoria dos tipos, tal qual modelada por Russell, como mantenedora do bom ordenamento da sintaxe lógica da linguagem. Em uma carta para Russell de 5.9.13 Wittgenstein atribui à teoria dos tipos um caráter bestial: “I am sitting here in a little place inside a beautiful fiord and thinking about the beastly theory of types” (NB123). Em linhas gerais, Wittgenstein ressalta que o próprio emprego de uma teoria dos tipos, para evitar violações da sintaxe lógica, tem como resultado uma violação da sintaxe lógica. Pois se precisamos de uma teoria dos tipos para garantir, p. ex., que “A classe dos homens é um homem” é um contrassenso, não há como evitar que a proposição que estipula que “‘a classe dos homens é um homem’ é um contrassenso’ seja ela mesma um contrassenso. Quanto a isso, White afirma:

It appears that any attempt to state the theory of types in the way Russell has done results in producing sentences that are condemned by the theory itself to be nonsensical. It is though Russell is attempting to stand outside language and the world and look down on them from above, deciding where the boundary between sense and nonsense lay by seeing where language did, or did not, fit into the world. (White, 2006, p. 10)

Tendo isso em mente, vale lembrar que no capítulo sobre o atomismo lógico de Russell apresentamos a teoria dos tipos como subordinada à teoria do simbolismo de

Russell. Tal teoria foi desenvolvida primariamente com o propósito de evitar o Paradoxo de Russell. Nesse caso, se não devemos recorrer a uma teoria dos tipos para evitar tal paradoxo, tampouco para evitar a formação de proposições aparentemente bem formadas que violam a sintaxe lógica da linguagem, como devemos compreender a teoria do simbolismo para que casos indesejados possam vir a ocorrer? Como os limites da linguagem podem ser fixados sem valermos-nos de uma perspectiva privilegiada acima da linguagem?

É possível identificar, em carta para Russell de 16.01.13, o início da solução de Wittgenstein para tais questionamentos:

...[E]very theory of types must be rendered superfluous by a proper theory of symbolism: For instance if I analyse the proposition Socrates is mortal into Socrates, mortality and $(\exists x, y) \in I(x, y)$ I want a theory of types to tell me that ‘mortality is Socrates’ is nonsensical, because if I treat ‘mortality’ as a proper name (as I did) there is nothing to prevent me [from making] the substitution the wrong way round. *But* if I analyse (as I do now) into Socrates and $(\exists x). x$ is mortal or generally into x and $(\exists x) \phi x$ it becomes impossible to substitute the wrong way round because the two symbols are now of a different *kind* themselves. What I am *most* certain of is not however the correctness of my present way of analysis, but of the fact that all theory of types must be done away with by a theory of symbolism showing that what seem to be *different kinds of things* are symbolized by different kinds of symbols which *cannot* possibly be substituted in one another’s places. (NB122)

A ideia inicial de Wittgenstein para dar conta do problema que identificou na teoria dos tipos vincula-se à ideia de que em um simbolismo acurado uma teoria dos tipos torna-se ociosa ou “supérflua” na exata medida em que os sinais empregados pelo simbolismo devem ser capazes de denunciar como eles simbolizam, i. e., devemos empregar sinais distintos para comportamentos lógicos distintos. Assim, aquilo mesmo que a teoria dos tipos vem para assegurar se *manifesta* com o emprego de um simbolismo em que sinais distintos marcam modos de simbolização distintos. Quanto a isso, torna-se possível compreender a vinculação entre o princípio de pureza forte e puro e “o problema fundamental da filosofia”, i. e., com a distinção entre aquilo que pode ser *dito* na linguagem, por oposição ao que se *mostra* na linguagem. Além disso, torna-se tangível a ideia segundo a qual os limites para a linguagem devem ser traçados no interior da mesma e não de uma perspectiva privilegiada assim como o faz Russell. Quanto a isso, White afirma:

Wittgenstein concluded that one had to remain resolutely *within* language and that there could not be such thing as a *Theory of Types*: that what a Theory of Types attempted to say could not

be *said* at all, but was something that was *shown* by the way language worked (White, 2006, p. 10).

Em função disso, torna-se possível explicitar a vinculação entre o “problema fundamental da filosofia”, o princípio de pureza, a teoria do simbolismo e atividade de traçar os limites da linguagem. Porém, se esse é o caso, então torna-se possível chamar atenção para mais um dos pontos cegos da introdução de Russell para o *Tractatus*:

O que provoca hesitação é o fato de que o Sr. Wittgenstein, no final das contas, consegue dizer uma porção de coisas sobre o que não pode ser dito, sugerindo assim a um leitor cético que possivelmente haja uma escapatória através de uma hierarquia de linguagens ou alguma outra saída. (p. 127)

Essas dificuldades fazem vir-me à mente uma possibilidade como esta: que toda linguagem tenha, como diz o Sr. Wittgenstein, uma estrutura sobre a qual, na linguagem, nada pode ser dito, mas que possa haver outra linguagem que trate da estrutura da primeira linguagem e tenha ela própria, uma nova estrutura, e que possa não haver limite para essa hierarquia de linguagens. (p. 127-128)

Diferentemente de Russell e também da atribuição que ele faz a Wittgenstein, o autor do *Tractatus* não quer ser entendido como um despótico legislador que estipula – numa privilegiada meta-perspectiva –, de um lado, o que tem sentido e pode ser pensado e, de outro lado, o que é contrassenso e não pode ser pensado, mas antes como alguém que traça os limites para a expressão dos pensamentos no interior da própria linguagem corrente, i. e., com base na lógica da linguagem que se *mostra* naquilo que é legitimamente formulável, (e, se algo não é legitimamente formulável, então não passa de um mero contrassenso).⁴⁵ É com isso em mente que, após dissolver rapidamente o paradoxo de Russell em 3.33ss, em 3.334 Wittgenstein chama atenção para a ideia de que “as regras da sintaxe lógica devem evidenciar-se por si próprias, bastando apenas que se saiba como cada sinal designa”.⁴⁶ Com efeito, torna-se possível compreender que o ponto cego de Russell, como um todo, manifesta-se com a denúncia do caráter ilusório de sua empreitada lógica. Pois se é verdade que imbuído daquilo que considera ser o espírito do lógico enquanto tal – um heroico construtor de linguagens ideais, o cientista dos tipos lógicos ou o Aquiles designado para tratar de abstratos enigmas lógico-paradoxais –, Russell encontrou

⁴⁵ 5.4733

⁴⁶ Seguindo a tradução de Pears e McGuinness temos que “evidenciar-se por si próprias” é equivalente a “must go without saying”, i. e., “The rules of logical syntax must go without saying, once we know how each individual sign signifies” (3.334).

elementos para embasar a tese da imperfeição, Wittgenstein – investido do princípio de pureza forte e puro – vêm para denunciar o cego heroísmo da batalha de Russell contra moinhos de vento. Quanto a isso, caminhamos ao lado de Proops:

The perceived – or, rather, *imagined* – threat against which language is supposed to guard itself is the formation of what we might call ‘intrinsically illegitimate symbols’, that is to say, meaningless combinations of meaningful signs. Wittgenstein’s thought is that if – *per impossible* – language *could* contain such signs, it would be ‘taken care of’ by a theory that furnished principled reasons for counting some combination of meaningful signs as legitimate, other not. The burden of the above passage is that this is precisely the wrong way to conceive of language, and that once we form the right conception, we will come to see that no caretaking theory is, or could be, necessary after all. (Proops, 2001, pp. 3-4)

Lembrando que se um pensamento é uma proposição com sentido (4) e a totalidade das proposições é a linguagem (4.01) e dado que não nos importamos com qualquer coisa diferente do que é estritamente lógico, podemos nos perguntar, assim como fez Russell, quais as propriedades lógicas da linguagem? Ou melhor, poderíamos significativamente oferecer qualquer resposta para esse tipo de questão? Poderíamos pensar as propriedades lógicas do pensamento sem pressupor tais propriedades? Se pudéssemos pensar os pressupostos lógicos do pensamento, deveríamos simultaneamente ser capazes de pensar tais pressupostos sem pressupô-los. Nesse caso, deveríamos ser capazes de pensar illogicamente. Porém, já em “Notes Dictated to G. E. Moore in Norway” (1914), Wittgenstein considera:

It is impossible to *say* what these properties are, because in order to do so, you would need a language, which hadn’t got the properties in question, and it is impossible that this should be a *proper* language. Impossible to construct [an] illogical language.

In order that you should have a language which can express or *say* everything that *can* be said, this language must have certain properties; and when this is the case, *that* it has them can no longer be said in that language or *any* language.

An illogical language would be one in which, e. g., you could put an *event* into a hole. (NB108)

Nesse contexto, se estamos imbuídos do princípio de pureza forte e puro, temos que além de não ser possível sequer é requerido que nos coloquemos em uma perspectiva privilegiada para compreender que a lógica da linguagem está em perfeita ordem. Com efeito, torna-se possível compreender algo do sentimento lógico-filosófico do autor do *Tractatus*, i. e., “estaremos de posse de uma concepção logicamente correta uma vez que tudo esteja conforme em nossa notação” (4.1213). Pois se não há qualquer imperfeição na linguagem e tampouco podemos nos colocar em uma meta-perspectiva para abordá-la, cumpre ao lógico enquanto tal a atividade de traçar os

limites da linguagem, via teoria do simbolismo, desenvolvendo uma notação lógica capaz de mostrar que a lógica da linguagem cuida de si mesma. Além disso, se esse é o caso, torna-se possível compreender que a interpretação de Pears, mesmo sendo capaz de capturar um importante corolário do princípio de pureza, perde de vista que parte integrante do mesmo consiste na denúncia, ou melhor, na solução encontrada pelo autor do *Tractatus* para abandonar a cega e desesperançada luta de Russell contra moinhos de vento.

Em todo caso, mesmo que seja correto vincular o princípio de pureza ao “problema fundamental da filosofia” e, nesse caso, torná-lo forte o suficiente para garantir que a lógica da linguagem cuide de si mesma, se queremos elucidar a tese da perfeição, embora tenhamos caminhado por estradas necessárias, não podemos parar por aqui. Pois, conforme combinado, nosso destino só termina quando estivermos fincado nossa bandeira na suficiência. Em especial, falta-nos elucidar *como* a linguagem cuida de si mesma. É nesse contexto que se faz necessário retomar uma questão deixada em aberto, a propósito de 4.002, nos idos da primeira seção: há um único padrão lógico na linguagem corrente ou ela consiste numa multiplicidade de padrões lógicos?

6.3 Como a Lógica da Linguagem Cuida de si Mesma

Com o objetivo de mostrar como, segundo o autor do *Tractatus*, a linguagem cuida de si mesma, podemos começar buscando orientação nas palavras de G. E. M. Anscombe. Segundo a intérprete, a principal tese da obra consiste na ideia segundo a qual “A proposição é uma figuração da realidade” (4.01) ou, em suas palavras: “Its clear enough... that the principal theme of the book is the connection between language, or thought, and reality. The main thesis about this is that sentences, ..., are pictures of facts”. (Anscombe, 1971, p.19). De nossos resultados preliminares tornou-se possível atribuir ao autor do *Tractatus* o compromisso com a ideia segundo a qual a linguagem corrente está em perfeita ordem lógica (tese da perfeição). Além disso, em função do princípio de pureza puro e forte, tornou-se possível compreender *que* a lógica da linguagem cuida de si mesma. Agora, se vincularmos a isso a ideia de que a proposição é uma figuração da realidade, torna-se possível compreender que a linguagem segue um único padrão lógico. Assim, ainda que seja humanamente

impossível extrair do traje gramatical, de modo imediato, a sua forma lógica real, Wittgenstein acredita ter conseguido não apenas evitar as armadilhas advindas do traje enganoso que veste o pensamento como, também, encontrar o padrão lógico essencial que a linguagem manifesta. No limite de tais reflexões temos a ideia segundo a qual a linguagem corrente funciona única e exclusivamente com base na *lei da projeção* ou na *lógica da afiguração* (4.002, 4.01ss). Tendo isso em mente, torna-se inevitável perguntar duas coisas: em que consiste a lógica da afiguração ou a lei da projeção? Como isso comparece na elucidação do funcionamento da linguagem?

Num primeiro momento, consideraremos a explicação para a chamada lógica da afiguração apenas no contexto do conjunto de aforismos que vai de 2.1 até 2.225, para em seguida apresentar como tal padrão se manifesta, segundo o autor do *Tractatus*, no funcionamento lógico da linguagem como um todo. Em 2.1, Wittgenstein escreve: “figuramos os fatos” e, em seguida, que “a figuração é um modelo da realidade” (2.12). Enquanto modelo, uma figuração é geralmente entendida como uma réplica ou representação visual de uma certa *situação da realidade* (digamos uma fotografia, uma maquete ou um desenho da disposição dos móveis em uma sala).⁴⁷ Por uma situação da realidade, entende-se uma certa quantidade de objetos *estruturados* de um modo determinado, p. ex., o fato de que há uma faca sobre a mesa. Nesse contexto, para que uma figuração possa modelar tal situação basta que as partes indecomponíveis das quais a situação é *composta* estejam *correlacionadas* com as partes indecomponíveis das quais a figuração, utilizada para representá-la, é composta (2.13).⁴⁸ Assim, no caso da situação ‘a faca está sobre a mesa’, se ‘faca’ estiver correlacionada com ‘saleiro’ e ‘mesa’ estiver correlacionada com ‘mão’, torna-se possível representar a situação em questão com o *fato* de que o saleiro está sobre a mão (2.14). De tal consideração, resta manifesto um ponto crucial para que se compreenda as reflexões de Wittgenstein, a saber, a figuração é, ela mesma, um fato (2.141). Porém, se é possível representar um fato valendo-se de outro fato e para tal basta que os elementos de ambos estejam correlacionados (i. e., é não apenas uma condição necessária como, também é uma condição suficiente), cumpre-nos qualificar

⁴⁷ Para elucidar a noção de figuração, começaremos com uma situação efetiva. Na sequência das elucidações tornar-se-á compreensível que a efetividade do afigurado é irrelevante para que se compreenda a figuração.

⁴⁸ Nesse contexto específico, se nos perguntamos o que conta como uma parte indecomponível da situação e uma parte indecomponível da figuração, responderemos simplesmente que se trata dos elementos da situação (p. ex., faca e mesa) e dos elementos da figuração (p. ex., saleiro e mão).

o estatuto de tal correlação para que ela seja suficientemente “poderosa” para garantir aquilo que se espera dela. Quanto a isso, torna-se possível perguntar: como compreender o estatuto da correlação entre os elementos da figuração e os elementos do afigurado?

Ora, se uma correlação sem qualificações é insuficiente para garantir que os elementos que comparecem na figuração sejam *mesmo* “substitutos” dos elementos que comparecem no afigurado, e há um modo de qualificá-la para que ela se torne suficiente, evita-se qualquer eventual inconveniente quando atentamos para a ideia segundo a qual os elementos de ambos estão em *correlação isomórfica*. Com efeito, para ressaltar a virtude isomórfica da correlação, Wittgenstein introduz as noções de *estrutura da figuração* e *forma de afiguração*. A conexão entre as partes da figuração é chamada de *estrutura da figuração*, enquanto que a possibilidade de que as partes da figuração estejam estruturadas do mesmo modo que os objetos, na situação que ela pretende representar, é chamada de *forma de afiguração* (2.15). Portanto, se isso é tudo que precisamos para que um fato seja uma figuração, podemos nos perguntar como a forma da afiguração ‘participa’ da ou ‘comparece’ na figuração.

É no contexto da resposta para tal questionamento, i. e., das reflexões de Wittgenstein acerca da contribuição da forma de afiguração para a afiguração que o autor manifesta pela primeira vez na obra aquilo que, conforme a carta citada na epígrafe do presente capítulo, foi chamado de *o problema fundamental da filosofia*, i. e., aquilo que pode ser *dito* na linguagem e aquilo que o funcionamento da linguagem *mostra*. Para o contexto específico, basta ressaltar que embora seja uma condição para a conexão entre a figuração e o afigurado, a forma de afiguração não deve ser considerada um elemento adicional da afiguração, mas é apenas a *possibilidade* de que os elementos da figuração e os objetos da situação afigurada estejam em correlação isomórfica. Segundo Wittgenstein, a forma de afiguração é algo que a figuração *exibe* ou que se mostra com a própria possibilidade da conexão entre figuração e afigurado (2.172). Quanto a isso, White afirma:

Wittgenstein is insisting on a conception of pictures according to which it is an *intrinsic* property of a picture that it *is* a picture, and *what* it is a picture of. It must be possible to tell that a picture, and what it is a picture of, from the picture itself without reference to anything outside (White, 2006, p. 43).

Tendo isso em mente, compreende-se que a possibilidade da figuração é uma característica que não depende de qualquer coisa além dela mesma, i. e., é uma propriedade *interna* da figuração. Com efeito, torna-se possível elucidar a lógica da figuração com base na noção de correlação isomórfica. Assim, compreende-se que, de um lado, a existência da situação afigurada é irrelevante para que se compreenda a figuração (2.22), de outro lado, para que seja possível saber se a figuração é correta ou incorreta, ela deve ser comparada com a realidade (2.223). Além disso, elimina-se sumariamente qualquer temor com relação a eventuais e indesejadas “possibilidades impossíveis”, i. e., que uma figuração pudesse vir a afigurar uma situação que *não poderia* se dar (Child, 2013, p.42).⁴⁹ Dito isso, se é verdade que as reflexões acerca da lógica da figuração restam elucidadas e adotamos o princípio de pureza forte e puro, cumpre-nos perguntar: isso por si só é suficiente para que possamos compreender como a lógica da linguagem cuida de si mesma?

Ora, se a proposição, enquanto figuração, “é um modelo da realidade tal como pensamos que seja” (4.01), assim como toda e qualquer figuração, as partes indecomponíveis da proposição estão em correlação isomórfica com as partes indecomponíveis das configurações ou estados de coisas. Nesse contexto, nada além da própria proposição é requerido para compreender aquilo que ela representa, i. e., basta que os objetos indecomponíveis possam estar configurados na realidade do mesmo modo que as partes indecomponíveis estão combinadas na proposição, sendo irrelevante que haja efetivamente uma tal situação que a proposição *diz* ser efetiva (3.14-3.21). Portanto, enquanto figurações, proposições não podem, de modo algum, representar sua *forma de afiguração* ou *forma lógica*, mas isto é algo que elas devem *mostrar* (2.172).⁵⁰ Sobre isto, Pears afirma:

One thing that the picture of the room cannot do is to presents a view of the geometry that made its view of the room possible. The parallel limitation for the sentence is that

⁴⁹ Em registro de 15.10.14 temos: “In the proposition we – so to speak – arrange things *experimentally*, as they do *not* have to be in reality; but we cannot make any *unlogical* arrangement, for in order to do that we should have to be able to get outside logic *in language*” (NB13).

⁵⁰ Em 2.171 temos: “A figuração pode afigurar toda realidade cuja forma ela tenha. A figuração espacial, tudo que seja espacial; a colorida, tudo que seja colorida, etc.” e em 2.182 temos “toda figuração é *também* uma figuração lógica. (No entanto, nem toda figuração é, p. ex., uma figuração espacial).”

the possibility of its saying what it does say depends on the actuality of other things which it cannot say (Pears, 1987, p. 70).⁵¹

Na mesma linha, segundo White temos: “In order to say anything about reality, language must share a common form with reality; but for that very reason, it presupposes but cannot say that reality has that form” (White, 2006, p. 76). Assim, na base daquilo que a proposição diz, está aquilo que é condição para que ela seja capaz de dizer, i. e., tudo aquilo que é pressuposto para que a proposição seja capaz de descrever a realidade:

4.12 A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica.
Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo.

4.121 A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição.
O que se espelha na proposição, esta não pode representar.
O que *se* exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela.
A proposição *mostra* a forma lógica da realidade.
Ela a exhibe.

Levando isso em consideração, podemos começar retomando algumas das teses apresentadas no capítulo anterior. Em primeiro lugar, temos a manifestação do compromisso de Wittgenstein com a tese do isomorfismo estrutural, i. e., linguagem e mundo compartilham a mesma forma lógica. Em segundo lugar, se levarmos em consideração que a figuração e o afigurado se conectam em função de sua forma lógica compartilhada que, por sua vez, é a possibilidade da representação e não um elemento adicional que se agrega a ela, torna-se possível reintroduzir também a tese da lacuna.⁵² Porém, se não estamos enganados, valendo-se das reflexões acerca da lei da projeção ou da lógica da afiguração, Wittgenstein não apenas adota tal tese como, também, agrega a ela uma nova consideração, a saber, a forma lógica da proposição não faz parte dos elementos da proposição, mas é apenas a possibilidade de correlação

⁵¹ Em 3.032 Wittgenstein escreve “representar na linguagem algo que “contradiga as leis lógicas” é tão pouco possível quanto representar na geometria, por meio de suas coordenadas, uma figura que contradiga as leis do espaço; ou dar as coordenadas de um ponto que não exista”.

⁵² Lembrando que tal tese veio para dar conta do paradoxo do falso e que, em função dela, torna-se possível compreender que a distinção radical entre nomes e proposições depende da adoção de apenas duas noções lógicas primitivas, a saber, a verificacionalidade e a composicionalidade. Com efeito, obtivemos que, de um lado, nomes têm significado na medida participam de modo não-verifuncional e não-composicionais para compor, de outro lado, proposições que têm sentido na medida em que são verificacionais e composicionais. Disso resulta a independência do sentido da proposição com relação ao seu próprio valor de verdade e a noção de verdade por correspondência.

isomórfica entre os nomes em proposições e os objetos em estados de coisas. Nesse contexto, torna-se possível compreender a manifestação do compromisso de Wittgenstein com aquilo que chamaremos de *Tese da Lacuna Revisada*. Em terceiro lugar, como mencionado na primeira seção, Wittgenstein também adota a tese da assimetria e o postulado de determinação completa do sentido. Porém, quanto a isso, também mencionamos que há de se ter algum cuidado em aproximar sem qualificações o modo como ambos são adotados por Wittgenstein e Russell – em especial, em função das especificidades do critério de analisabilidade adotado por Wittgenstein. Tendo isso em mente, para que possamos compreender o modo como tais elementos comparecem no *Tractatus*, nossa estratégia inicial é pressupor a tese da simetria. Como veremos, da vinculação entre o princípio de pureza forte e puro, a lógica da figuração, a tese do isomorfismo estrutural, a tese da lacuna revisada com a tese da simetria, resulta um conjunto inconsistente de compromissos. Feito isso, estaremos em posição compreender melhor o que está em jogo na recusa da tese da simetria no contexto do *Tractatus*.

Supondo a tese da simetria, i. e., excluindo qualquer necessidade de análise lógica das proposições para que se revele a sua forma lógica real, um momento de reflexão parece suficiente para concluir que há algo muito errado com toda linha de argumentação do autor do *Tractatus*. Quanto a isso, logo após vincular o funcionamento lógico da proposição com a lógica da figuração, Wittgenstein chama atenção para o caráter contraintuitivo de suas reflexões: “À primeira vista, a proposição – como vem impressa no papel, por exemplo – não parece ser uma figuração da realidade de que trata” (4.011). Assim, embora a reflexão sobre a lógica da figuração possa valer por si mesma, ela parece estar em desarmonia com a forma gramatical das proposições. Quanto a isso, Pears pondera: “*if a sentence is like an ordinary picture, for example, a painting of a room and its contents, then we ought to be able to pick up from its words alone everything that it is telling us about the room*” (Pears, 1987, p.70). Porém, se adotamos a tese da simetria, temos que, p. ex., no caso da proposição ‘a faca está sobre a mesa’, se não existir faca alguma, então não será possível correlacionar nada com a palavra ‘faca’ na proposição em questão. Nesse caso, não parece um exagero defender que o sentido da proposição depende da verdade de uma outra proposição que afirma a existência da faca (digamos: ‘o cabo está combinado com a lâmina’) o que, por sua vez, parece colocar em xeque as

reflexões de Wittgenstein sobre o funcionamento lógico da linguagem. Com efeito, contra Wittgenstein temos que, diferentemente de figurações – em que é possível perceber diretamente na superfície da figuração, quais são as suas partes constituintes e aquilo que é afigurado por sua combinação –, o sentido de uma proposição sempre dependerá da verdade de outras proposições que afirmam a existência efetiva de suas partes constituintes. Além disso, do abandono da ideia de que a proposição é uma figuração, a própria ideia de que a lógica da linguagem cuida de si mesma também parece um tanto quanto forçada (princípio de pureza forte e puro). Pois se o sentido da proposição ‘a faca está sobre a mesa’ depende da verdade da proposição ‘o cabo está combinado com a lâmina’, segue-se que as relações lógicas entre proposições são elas mesmas contingentes, pois ter ou não certas relações lógicas depende de questões ligadas à verdade de certas proposições. Nesse caso, se é verdade que de nossa adesão à tese da simetria resulta a desarmonia completa das reflexões de Wittgenstein acerca da lógica da linguagem, tudo começa a se harmonizar quando manifestamos nosso compromisso com a tese da assimetria. Quanto a isso podemos nos perguntar: como compreender a noção de análise lógica e o critério de analisabilidade adotados pelo autor do *Tractatus*? Como tais elementos se harmonizam com a tese do isomorfismo estrutural, a tese da lacuna revisada, o princípio de pureza forte e puro e a lógica da figuração?

Com relação a tal questionamento, podemos começar lembrando que no capítulo sobre o atomismo lógico de Russell, a título de considerações gerais acerca da noção de análise lógica, ressaltamos que para que algo conte como um critério de análise este deve, de um lado, oferecer um critério de simplicidade e, de outro lado, um critério de elementaridade. Também vimos que Russell adota o critério epistemológico da dubitabilidade. Nesse caso, o critério de simplicidade é o contato com as partes inalisáveis das proposições e o critério de elementaridade é que a proposição seja composta exclusivamente de partes que temos conhecimento por contato. Mencionamos também que alguns ajustes deverão ser feitos para que possamos compreender como a noção de análise lógica comparece no *Tractatus*. Cabe-nos agora ressaltar os contrastes entre o projeto de análise lógica de ambos os

filósofos.⁵³ Para tal, podemos recorrer a uma distinção, de um lado, entre ‘partes simples’ de configurações, i. e., *objetos* (2.01) e ‘partes complexas’ de configurações, i. e., *complexos*; de outro lado, entre ‘partes simples’ de proposições, i. e., *nomes* e ‘partes complexas’ de proposições, i. e., *descrições*. Dito isso, com base em 2.0201 e 3.24,⁵⁴ torna-se possível compreender não apenas que se uma descrição que participa de uma proposição está em relação interna com a proposição original e se não estiver conforme a realidade, isso não torna a proposição original falsa, mas apenas um contrassenso.⁵⁵ Além disso, na medida em que descrições possuem estrutura composicional e dado o postulado de determinação completa do sentido (3.23), elas são – para todos os efeitos – também consideradas proposições que, por sua vez, no limite, serão compostas por partes que não funcionam – em absoluto – como proposições, mas apenas denotando objetos que, como estipulado, são desprovidos de estrutura composicional, i. e., nomes que estão em correlação isomórfica com objetos.⁵⁶ Disto resulta que proposições do nível mais básico não poderão conter partes que sejam elas mesmas composicionais, i. e., que funcionem como proposição, mas apenas partes que funcionem por denotação. Caso contrário, como vimos momentos atrás, seríamos obrigados a depender de questões contingentes para compreender se uma proposição tem ou não sentido (i. e., da verdade de proposições).

⁵³ Cabe mencionar que parte da diferença se deve à recusa de Wittgenstein a necessidade de uma teoria do juízo. Embora não tenhamos tratado devidamente da teoria do juízo de Russell, vale ressaltar que a noção de figuração torna completamente irrelevante a necessidade de uma teoria do juízo (5.542).

⁵⁴ Em 2.0201 temos: “Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desse complexo e nas proposições que os descrevem completamente”. Em 3.24 Wittgenstein escreve: “A proposição que trata do complexo está em relação interna com a proposição que trata da parte constituinte desse complexo. O complexo só pode ser dado por meio de sua descrição, e ela será ou não conforme. A proposição que se fala de um complexo será, caso ele não exista, não um contrassenso, mas simplesmente falsa”.

⁵⁵ Quanto a isso, White afirma: “how the world is cannot prevent the model from presenting us with a possible situation, and so how the world is can make our model wrong, not prevent it from showing how the world would be if it were right” (White, 1974, p.19).

⁵⁶ Nas palavras de Pears: *There is a total demand made by the picture on the world, everything that has to be the case if its true, and there is a similar total demand made by the sentence on the world. But if either the picture or the sentence is going to be true, it must already have a sense. Therefore, we ought to be able to draw a line through their total demands separating the sense-conditions from the truth-conditions* (Pears, 1987, p. 70-71). Assim, dado que a posição faz um recorte de uma porção determinada da realidade de modo que reste apenas duas possibilidades para ela: o ‘sim’ e o ‘não’, além disso a proposição posiciona-se afirmando que ‘sim’ ou que ‘não’. Ao fazer tal recorte, a proposição apresenta simultaneamente todas suas condições de verdade e de falsidade. Assim, uma proposição expressa *tudo* aquilo que deve acontecer na realidade para que ela seja verdadeira, e caso alguma dessas condições não seja satisfeita, ela será falsa (4.021-4.024). Assim, temos, de um lado, tudo aquilo que deve ser satisfeito para que a proposição seja verdadeira, e isto é o que a proposição diz; de outro lado, tudo aquilo que é condição de sentido da proposição, e isto é aquilo que ela não diz e, a rigor: é o que é exibido por ela (4.021, 4.022).

Isso, por sua vez, nos obrigaria a abandonar, dentre outras coisas, o princípio de pureza forte e puro (e, no limite, a tese da perfeição).⁵⁷

Com isso em mente, se vincularmos a ideia de análise lógica ao princípio de pureza forte e puro, temos que, diferentemente de Russell, o critério de analisabilidade oferecido por Wittgenstein não depende de quaisquer considerações de ordem epistemológica, mas que trata-se de um critério de análise puramente lógico, a saber, o *critério de analisabilidade da conceptibilidade*.⁵⁸ Com efeito, no que diz respeito ao critério de simplicidade, algo é considerado uma parte inalisável do discurso se, e somente se, designar um *objeto* que, por sua vez, é algo completamente *desprovido de estrutura composicional* e não, como no caso de Russell, em função do critério de simplicidade epistemológico do contato. No caso do critério de elementaridade, considera-se que Wittgenstein exige que, para que algo conte como uma proposição do nível mais básico da análise, *não pode haver qualquer conexão necessária entre proposições elementares*, i. e., algo é uma proposição elementar se, e somente se, ela é logicamente independente de todas as outras proposições elementares (4.211), e não, como no caso de Russell, que tenhamos contato com todos os constituintes das proposições. Além disso, temos que o critério de elementaridade só é assegurado em função do critério de simplicidade vinculado às partes inalisáveis da proposição. Pois as proposições elementares só podem ser logicamente independentes na medida

⁵⁷ Assim, a possibilidade de que a proposição ‘a faca está sobre a mesa’ diga o que diz não depende apenas de coisas que ela não é capaz de dizer, mas, também, que nenhuma outra proposição seria capaz de dizer com legitimidade, pois, como visto, segundo o *Tractatus*, as condições de sentido não podem ser colocadas em palavras, mas se mostram na linguagem.

⁵⁸ Quanto a isso, cabe deixar marcado que estamos comprometidos com a ideia segundo a qual o critério de analisabilidade da conceptibilidade é um dos corolários do princípio de pureza puro e forte (em junto com a exclusão da meta-perspectiva, as proposições lógicas como armação do mundo e a tese da ausência de prerrogativa). Sem ter segurança para afirmar se esta é a interpretação de White, não resta dúvidas que seguimos a sua lição acerca da distinção entre o critério de análise da conceptibilidade e o critério de análise da dubitabilidade. Após apresentar a proposição ‘Martin Luther wrote a commentary on Genesis’ e ressaltar que, seguindo a teoria das descrições, ela pode ser falsa de mais de um modo, p. ex., caso ‘Martin Luther did not write a commentary on Genesis’, caso Martin Luther possa não existir, White chama atenção para dois modos possíveis de compreender ‘the possibility of the non-existence of Luther’. No caso de Russell, temos: ‘it is possible that there was no such person as Luther’. No caso de Wittgenstein temos, ‘It is conceivable that Martin Luther should never have existed’. Já especificamente com relação ao critério de análise da conceptibilidade, White afirma: “Epistemological considerations play no part at all in Wittgenstein’s thoughts, in fact it is crucial to understanding Wittgenstein’s position to see him as treating as completely irrelevant that we know a certain possibility not to obtain when we determine the sense of a proposition which can only be true if that possibility does not obtain: our knowing that it does not obtain does not alter a jot the fact that the proposition implies that it does not” (White, 1974, p.20)

em que as suas partes constituintes denotam objetos desprovidos de estrutura composicional.

De tais considerações resulta o seguinte argumento:⁵⁹ se numa análise completa de uma proposição *p* fosse possível ‘encontrar’ um objeto complexo nomeado, então seu sentido dependeria da verdade da proposição *q* que não faz parte da análise da proposição *p* e que afirma a existência do complexo. Tal objeto complexo não poderia ser nomeado a menos que a proposição que afirma sua existência fosse verdadeira. Porém, *o sentido da proposição não pode depender da verdade de outra proposição que afirma a existência de um complexo*. Nesse caso, perderíamos num só golpe, tanto a ideia de *que* a lógica da linguagem cuida de si mesma (i. e., o princípio de pureza forte e puro), quanto a ideia que vem para elucidar como a lógica a linguagem cuida de si mesma (i. e., seu funcionamento com base na lógica da figuração). Portanto, para salvaguardar o estatuto logicamente perfeito da linguagem (tese da perfeição), basta compreender que em uma proposição completamente analisada nunca constará um complexo nomeado, mas apenas nomes para objetos desprovidos de estrutura composicional, i. e., cuja a questão acerca da existência ou inexistência não surge (3.202, 3.26).⁶⁰ Assim, se no curso da análise de uma proposição nos deparamos com

⁵⁹ Quanto ao argumento oferecido por Wittgenstein, White afirma: “It has a form of a *reduction ad absurdum* argument, where the existence of simple objects forming the substance of the world is established from an argument to show that without such simple objects it would be impossible to picture the world at all” (White, 2006, p.38). Além disso, White considera que o argumento de 2.02-2.0212 (necessidade de que o mundo tenha uma substância) e o argumento de 3.23-3.24 (necessidade de que o sentido seja completamente determinado), embora tenham os mesmos objetivos, i. e., estabelecer que os objetos que aparecem em proposições elementares são desprovidos de estrutura composicional, a rigor, tratam-se de argumentos distintos que não em perfeito compasso (White, 2006, p.39-40). Por outro lado, Pears não vê qualquer tensão entre ambos e chama tal argumento de *argumento reduutivo*. Segundo o intérprete o objetivo do argumento é reduzir ao absurdo a ideia de que objetos do nível mais básico da análise possam ser complexos. Para tal, ele adota como premissas o seguinte: lógica da figuração, postulado de determinação completa do sentido e princípio de correlação isomórfica (Pears, 1987, p.66). Além disso, o intérprete toma como ponto de partida a lógica da figuração. Nas palavras do intérprete: “Wittgenstein’s argument... starts from the evidently that ‘we picture facts to ourselves’” (Pears, 1987, p.70). De nossa parte, falhamos em compreender os detalhes específicos da argumentação de White e compreendemos que falta algo no argumento de Pears (nossa suspeita é que o que falta no argumento de Pears é uma mera consequência de sua interpretação do princípio de pureza como sendo equivalente a ideia de que proposições lógicas são tautologias). Dito isso, para simplificar nossa explicação, vinculamos ambos os argumentos (2.02-2.0212 e 3.23-3.24) ao princípio de pureza forte e puro e a lógica da figuração. Assim, a lógica da linguagem cuida de si mesma seguindo a lei da projeção se, e somente se, o sentido das proposições é completamente determinado e o mundo tem uma substância. Além disso, de nossas estipulações anteriores, tanto a ideia de que a lógica da linguagem cuida de si mesma quanto o modo como a linguagem cuida de si mesma, segundo o autor do *Tractatus*, vêm para embasar a tese da perfeição. Assim, se perdemos qualquer uma das premissas, também perdemos o resultado que elas vêm para embasar.

⁶⁰ Quanto à desvinculação da questão da existência ou inexistência no contexto dos objetos nomeados, seguimos a lição de White: “It is natural to think of Wittgenstein’s objects as ‘existing necessarily’, but

um “nome” para um objeto complexo, isto será apenas um indício de que a proposição ainda não foi completamente analisada.⁶¹ Nesse caso, o processo de análise deve continuar até que se chegue a proposições chamadas de elementares que descrevem a proposição completamente e todas elas serão condições de verdade da proposição e não condições do seu sentido (5.124). Nesses termos, uma proposição elementar consistirá exclusivamente de uma concatenação de nomes (4.22), cuja sua marca distintiva é a total independência com relação a todas as proposições do mesmo nível (4.211), i. e., que a verdade ou falsidade de *uma proposição elementar não pode ser deduzida de outra* (5.134). Com isso é possível compreender que, de um lado, proposições elementares – que estão na base da linguagem – são função de verdade de si mesmas, i. e., que sua verdade ou falsidade depende exclusivamente da existência ou inexistência do estado de coisas afirmado por elas e, de outro, que proposições na linguagem – ditas não-elementares ou moleculares – são função de verdade de suas proposições elementares constituintes (5). Nesse contexto, tanto a exigência de que nomes simples estejam correlacionados com objetos simples quanto o isomorfismo entre as possibilidades combinatórias de tais nomes em proposições elementares e dos objetos que eles nomeiam em estados de coisas, surgem não apenas como um requisito: i. *do* caráter completamente determinado do sentido (3.23); ii. *do* caráter autoexplicativo da proposição (4.02 e 4.021);⁶² iii. *do* caráter produtivo da linguagem (4.03),⁶³ Mas, também, e mais fundamentalmente vêm como um requisito *para*: iv. a própria perfeição do estatuto lógico da linguagem (a tese da perfeição).⁶⁴ Pois se no limite da análise não fosse possível encontrar proposições compostas exclusivamente de nomes simples que estão por objetos simples da realidade, coisas desprovidas de estrutura composicional que constituem a chamada *substância* do mundo (2.021),

that way of putting matters falsifies Wittgenstein’s intentions. It is better to say that they *unquestionably* exist, meaning thereby that we can attach no sense to the question whether or not they exist” (White, 2006, p.44).

⁶¹ Pears, 1987, p. 66

⁶² Em favor da vinculação da lógica da figuração como elucidativa do sentido proposicional, Wittgenstein chama atenção para sua capacidade de dar conta do caráter autoexplicativo da proposição: “A proposição é uma figuração da realidade: pois sei qual é a situação por ela representada, se entendo a proposição. E entendo a proposição sem que seu sentido me tenha sido explicado” (4.02).

⁶³ Isto é, basta compreender o significado dos elementos primitivos da linguagem (i. e., as possibilidades combinatórias dos nomes em proposições) para que sejamos capazes de compreender e formular toda e qualquer proposição na linguagem, a despeito de nunca termos concebido tal e tal proposição anteriormente, i. e., valendo-nos de ‘velhas expressões’ somos capazes de comunicar ‘novos sentidos’.

⁶⁴ O requisito ‘iv.’ seria tradicionalmente considerado “garantir a compreensibilidade das proposições”. Porém, para o que nos importa, isso é considerado equivalente a ideia segundo a qual o estatuto da linguagem corrente é logicamente perfeito.

então o sentido das proposições da linguagem corrente sempre dependeria da verdade de outras proposições (2.0211). Nesse caso, segundo Wittgenstein: “seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa)” (2.0212).

Em função disso em 4.0312, Wittgenstein escreve “a possibilidade da proposição repousa no princípio de substituição de objetos por sinais”. O que equivale à compreensão segundo a qual a significatividade das proposições depende de que no último nível da análise lógica das proposições na linguagem os nomes das proposições elementares estejam em correlação isomórfica com objetos em configurações possíveis, i. e., *o nome significa o objeto*.⁶⁵ Quanto a isso, inspirando-nos numa lição de Robert J. Fogelin,⁶⁶ torna-se possível compreender que do mesmo modo que os objetos são simples (2.01), eternos (2.024), imutáveis (2.027), suas possibilidades combinatórias em estados de coisas são imanentes (2.011, 2.012, 2.0121, 2.0123, 4.123) e que não podem aparecer isoladamente, mas apenas em estados de coisas (2.0122). Temos também que, respectivamente, a análise lógica deve ter um fim (2.0211-2.0212), que não é possível falhar na referência (de 2.024 e 3.203), que não há risco de mudança de significado (de 2.027 e 3.203), que as possibilidades combinatórias dos nomes em proposições são internas aos mesmos (de 2.012 e 3.203) e que os nomes só têm significado no contexto das proposições que pode ser parte (3.3).⁶⁷

⁶⁵ 3.203 O nome substitui, na proposição, o objeto. 3.221. Os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar *sobre* ele, não posso *enunciá-los*. Uma proposição só pode dizer *como* uma coisa é, não o *que* ela é.

⁶⁶ Nas palavras do intérprete temos: “Tractarian objects, for example, being eternal, secure language against the possibility of meaning failure that the possibility of reference failure supposedly carries with. Being unchanging, they prevent arbitrary meaning shift. Being simple, they provide the stopping place for analysis. Et cetera.” (Fogelin, 1996, p. 41).

⁶⁷ Na sequência do aforismo 4.0312 Wittgenstein escreve que sua “ideia fundamental” é *que as “constantes lógicas” não substituem; que a lógica dos fatos não se deixa substituir*. Em essência, tal “ideia fundamental” é que o funcionamento lógico das constantes lógicas, conectivos e quantificadores, não é denotar objetos, mas que são marcas de *operações* sobre proposições elementares. Pois uma proposição elementar afirma a existência de um estado de coisas específico que pode ou bem ser o caso ou bem não ser o caso e, dado que uma proposição molecular é, em seu caso mais simples, uma proposição elementar associada a constantes lógicas, ela “herda” das proposições elementares que a compõe a capacidade de poder ou bem ser o caso ou bem não ser o caso. Quanto a isso, poderia ser objetado que estamos diante de um típico caso de herança problemática. A razão seria simples: a proposição “chove ou não chove” é um contraexemplo evidente. Quanto a isto, longe de ser um contraexemplo à explicação do *Tractatus*, isto é geralmente apresentado como um dos grandes *insights* lógico-filosóficos da obra. Pois é uma característica de qualquer notação de orientação verificacional, suficientemente poderosa para capturar a sintaxe lógica da nossa linguagem, que possamos montar, por meio de operações com constantes lógicas, proposições moleculares degeneradas, i. e., tautologias e contradições. Casos em que a verdade ou falsidade não dependem de como estão as coisas, mas dos próprios sinais empregados na proposição. Porém, na medida em que não dizem como as coisas estão,

Disto resulta uma compreensão *bipolar* do sentido da proposição, pois seu sentido não é apenas independente de sua verdade ou falsidade efetiva (dado o aspecto composicional do discurso (3.141) e a diferença de comportamento lógico entre nome e proposição (3.144)), mas também independente da verdade de qualquer proposição (dada a assimilação de complexos a descrições (3.24)). Assim, as proposições do discurso corrente devem ser analisadas até que a sua estrutura *verifuncional* seja completamente revelada. Elas são consideradas como *função de verdade* de todas as proposições que fazem parte de sua análise e não podem ser função de verdade de proposições mais simples (5). Sendo chamadas, na medida em que representam a existência de um estado de coisas possível, proposições elementares. Tais proposições, na medida em que também precisam ser comparadas com o mundo para que se estabeleça a sua verdade ou falsidade efetiva, são consideradas como concatenações de nomes que, por sua vez, *mostram* suas possibilidades combinatórias com outros nomes e não possuem estrutura *verifuncional*.⁶⁸ Além disso, as *constantes lógicas* não servem para denotar objetos, mas apenas marcam *operações* sobre proposições elementares, i. e., servem para montar proposições não-elementares (4.0312). Assim, torna-se possível compreender aquilo que Wittgenstein chama de *forma proposicional geral* ou *a essência da proposição*, a saber: *as coisas estão assim, e que haja uma forma proposicional geral*, segundo o autor do *Tractatus*, *é demonstrado por não poder haver proposição alguma cuja forma não tivesse sido possível antever* (4.5, 5.471).

Da compreensão da forma geral da proposição resta finalizada, no essencial, a atividade proposta pelo autor do *Tractatus*, i. e., traçar os limites da linguagem. Assim, em primeiro lugar, *tudo que se pode enunciar se pode enunciar claramente* (4.116) na forma *as coisas estão assim*, i. e., proposições que podem ser ou bem verdadeiras ou falsas, que descrevem a existência ou a inexistência de estados de coisas possíveis; em segundo lugar, proposições da lógica (tautologias e contradições) são consideradas *sem sentido*, casos previstos pela forma geral da proposição que, por

são consideradas *sem sentido*, i. e., não dividem a realidade e, portanto, que sua verdade ou falsidade se mostra nos sinais tão somente (4.2111).

⁶⁸ Por ser exclusivamente uma combinação de nomes garante-se a independência das proposições elementares com relação a todas as proposições do mesmo nível (4.211), i. e., que a verdade ou falsidade de *uma proposição elementar não pode ser deduzida de outra* (5.134).

não precisarem ser comparadas para que se possa estabelecer seu valor de verdade, não descrevem como as coisas estão no mundo, mas apenas *mostram* a armação do mundo e os limites do simbolismo; finalmente, tudo aquilo que não é previsto pela forma geral da proposição, *que estiver para além do limite*, tal qual anunciado no prefácio, *será simplesmente um contrassenso*.⁶⁹ Isto, é claro, não poderia não valer igualmente para as proposições do *Tractatus* que, à primeira vista, parecem estar traçando os limites da linguagem valendo-se de uma meta-perspectiva. Com efeito, em 6.54 o autor escreve em sua obra:

Minhas proposições elucidam da seguinte maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por elas.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.

Assim, dado *que* a linguagem cuida de si mesma (em função do princípio de pureza forte e puro) e dado *como* a linguagem cuida de si mesma (em função da lógica da figuração), depreende-se que não há qualquer coisa *sobre* o seu funcionamento lógico que poderia ser colocada em palavras, pois é *na* linguagem que o seu funcionamento lógico se *mostra*. Nesse caso, se não estamos enganados, torna-se possível compreender que a essência do sentimento lógico-filosófico do autor do *Tractatus* encontra-se em últimas palavras: “we must pass over in silence” (4.1213 e 7).

Se todo o percurso que realizamos em nosso capítulo está conforme, resta finalizada a nossa jornada. Assim, da conjunção entre o princípio de pureza forte e puro (com seus quatro corolários: exclusão da meta-perspectiva, proposições lógicas como armação do mundo, critério de analisabilidade puro e tese da ausência de prerrogativa), a lógica da figuração (que dá o tom da tese do isomorfismo estrutural, da tese da lacuna revisada, da tese da assimetria e do postulado de determinação completa do sentido), temos como resultado a tese da perfeição. Nesse caso, faz-se necessário lembrar que na segunda seção consideramos como ‘dado’ que o princípio de pureza é forte, i. e., parte dele depende do compromisso com a tese da ausência de prerrogativa. Porém, isso não se afigura como um ponto pacífico entre os intérpretes da obra. Pois, de um

⁶⁹ Disto resulta a força máxima da aptidão lógico-crítica do *Tractatus*. Pois proposições filosóficas, na medida em que pretendem se colocar para fora dos limites da forma geral da proposição, não são consideradas falsas, mas contrassensos. Para explicitar melhor o ponto, caberia alguma consideração acerca do método correto em filosofia tal qual apresentado em 6.53. Porém tal consideração foge do escopo de nossas reflexões na presente dissertação.

lado, leituras como a de Pears atribuem ao autor do *Tractatus* o compromisso com a tese da prerrogativa e, de outro lado, leituras como a de Ishiguro e McGuinness atribuem ao autor do *Tractatus* o compromisso com a tese da prerrogativa inversa. Dito isso, se não estamos enganados, a questão acerca da prerrogativa é, no essencial, equivalente à questão acerca do estatuto da nomeação no *Tractatus*, i. e., se há ou não alguma prioridade entre mundo e linguagem no que diz respeito à correlação isomórfica. Com efeito, colocamo-nos a seguinte questão: o autor do *Tractatus* está comprometido com alguma teoria robusta da nomeação? Se ele está, como devemos compreendê-la? Se ele não está, isso traz algum problema para a própria compreensibilidade da noção de correlação isomórfica no interior da obra?

6.4 A Questão da Prerrogativa e Teoria do Significado

Segundo entendemos, boa parte das reflexões da literatura secundária sobre a prerrogativa, no contexto do *Tractatus*, gira em torno do estatuto da nomeação.⁷⁰ Sob

⁷⁰ A rigor, a questão acerca da prerrogativa também envolve o questionamento acerca do estatuto dos aforismos metafísico da obra (1-2.063). Nesse contexto, o ponto é saber se o *Tractatus* veicula algum compromisso de ordem metafísica em sua obra ou se suas reflexões acerca do funcionamento lógico da linguagem são realizadas a despeito de considerações de ordem metafísica. Parte constitutiva desse debate consiste na vinculação dos mesmos com a ideia de método correto em filosofia (6.53). O problema é gerado em função da incompatibilidade entre o método correto em filosofia e os aforismos que parecem tratar acerca da estrutura da realidade. Quanto a isso, valendo-se do princípio de pureza fraco, da distinção entre dizer e mostrar, vinculada uma teoria robusta realista do significado (tese da prerrogativa), Pears escreve: “In the *Tractatus* the beginning of language is the naming of objects. Objects are set in a fixed grid of possible states of affairs, which is no way dependent on any contribution made by our minds” (Pears, 1987, p. 9). O que, por sua vez, garante que a estrutura lógica da nossa linguagem seja *parasitária* – como que de fora para dentro – da estrutura mesma da realidade, i. e., “logic reveals the structure imposed on all factual discourse by the ultimate structure of reality” (Pears, 1987, p. 27). Porém, como a forma lógica que a linguagem *importa* do mundo não pode ser colocada em palavras, tal relação de dependência é algo que se *mostra* no próprio discurso corrente, é algo que faz parte das *verdades inefáveis* veiculadas pela obra. Nas palavras de Pears: “The opening ontology is not something that we are supposed to discount because it is an attempt to say things that can only be shown. On the contrary, here, as elsewhere in the *Tractatus*, the strict impossibility of formulating a thesis in factual language is, if anything, a sign of its importance” (Pears, 1987, p. 112). Contra tal linha de interpretação, segundo McGuinness, mesmo que possa parecer que o *Tractatus* pretende extrair consequências metafísicas com base em suas reflexões sobre o sentido proposicional, “it was not Wittgenstein’s intention to base a metaphysics upon logic or the nature of our language” (McGuinness, 1981, p. 62). Assim, o objetivo do *Tractatus*, não é derivar condições metafísicas do funcionamento lógico da linguagem. Contra tal ideia o intérprete afirma que se esse fosse o caso, Wittgenstein estaria se comprometendo com algo que vem a condenar na própria obra. Por sua vez, isso criaria uma tensão irreconciliável entre o método filosófico praticado pela obra e o método pregado por ela (6.53). Pois se a elucidação do sentido proposicional depende de considerações de ordem metafísica, mesmo que tais considerações sejam extraídas como condições de possibilidade do discurso, é inegável que a metafísica desempenha um papel substantivo na explicação do funcionamento lógico da proposição. Porém, um dos alvos do *Tractatus* parece ser justamente a possibilidade de qualquer discurso ou tese substantiva no que diz respeito à metafísica. Nesse caso, ou bem deve-se assumir que há uma desarmonia entre o método praticado pela obra e o método correto

esse ponto de vista, seu principal questionamento seria sobretudo saber se a obra veicula ou não uma *teoria robusta do significado*. Quanto a isto, abrem-se três possibilidades de interpretação: a tese da prerrogativa comparece no *Tractatus* (leitura realista de Pears), a tese da prerrogativa inversa comparece (leitura anti-realista de Ishiguro e McGuinness) ou a tese da ausência de relevância da prerrogativa comparece (leitura deflacionária de McGinn e White). Dito isso, nas seções anteriores, comprometemo-nos explicitamente com uma leitura do *Tractatus* que adota a tese da ausência da prerrogativa. Nossa principal razão para isso foi

em filosofia, tal qual apresentado em 6.53, ou bem deve-se encontrar alguma explicação alternativa para o papel dos aforismos ontológicos no interior do *Tractatus*. Com o objetivo de manter uma certa harmonia entre o método praticado e o método pregado pelo *Tractatus*, McGuinness defende que Wittgenstein “is doing logic and basing philosophy on it” (McGuinness, 1981, p. 63). Nesse contexto, a atividade de fixar os limites da linguagem e elucidar o funcionamento lógico da linguagem devem ser consideradas a despeito de considerações efetivamente metafísicas. Porém segundo McGuinness: “yet occasionally he speaks of philosophy or logic as if it were a science with its own range of data or facts” (McGuinness, 1981, p. 63). Para exemplificar um desses casos, em 2.0121 temos que “a lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus”. Nesses casos, embora possa parecer que Wittgenstein está se comprometendo com enunciados filosóficos substantivos, McGuinness defende que: “[...] there we have a transferred and strictly illegitimate use of the word “fact”, and that similarly the whole ontology is a transferred and illegitimate use of words like *bestehen*. It is a kind of ontological myth that he wants to give us to show us the nature of language. As it is well-know, one of the chief results of the view of language so attained is the rejection of all such myths” (McGuinness, 1981, p. 63). Assim, com o objetivo de manter uma certa harmonia entre o método praticado e o método correto em filosofia tal qual apresentado pela obra, McGuinness defende que o papel da ontologia do *Tractatus* é apenas auxiliar o leitor em seu esforço de elucidar o funcionamento lógico da linguagem. Assim, após ter realizado tal percurso e ter obtido a compreensão correta da lógica da nossa linguagem, torna-se possível compreender que os aforismos ontológicos da obra não passavam de um mito utilizado para auxiliar a explicação do sentido proposicional e, como consequência, abandona-se qualquer pretensão de ordem metafísica que eles poderiam, à primeira vista, sugerir. Para tornar possível a compreensão de que os aforismos ontológicos da obra não passam de um mito e que após compreendido seu caráter mitológico torna-se possível desvincular deles qualquer peso metafísico, McGuinness vale-se, de um lado, da distinção entre dizer e mostrar e, de outro lado, de uma teoria robusta anti-realista do significado. Se a referência é uma noção intensional no *Tractatus*, então torna-se possível defender que os aforismos ontológicos não servem para se reportar a objetos com naturezas independentes e irreduzíveis, mas apenas que “an object in the *Tractatus* which is the reference of a name or simple sign can be viewed as simply the truth-value potential of a certain expression” (McGuinness, 1981, p.65) ou ainda que “the semantic role of the supposedly possible simple sign or name is that of being combined with other simple signs or names to produce a proposition having a truth-value” (McGuinness, 1981, p.65). Nesse caso, Wittgenstein está apenas mostrando com seus aforismos o funcionamento lógico intrínseco da própria linguagem (princípio de pureza forte e contaminado) na base de uma teoria robusta anti-realista do significado (tese da prerrogativa inversa). Uma terceira alternativa, adotada por McGinn, surge com base na ideia de autonomia da linguagem. Nesse contexto, além de vincular o *Tractatus* com o compromisso com o princípio de pureza forte, ao desvincular do *Tractatus* qualquer compromisso com uma teoria robusta do significado, torna-se possível compreender que a linguagem cuida de si mesma com base em uma teoria enxuta do significado (princípio de pureza forte e puro).

considerar que sem o compromisso com tal tese o princípio de pureza não poderia ser puro, mas dependeria de desnecessárias contaminações de ordem realista ou anti-realista. Com efeito, questões específicas acerca da teoria dos nomes como, p. ex., o que dota um sinal de significado ou como a referência é fixada não se fazem presentes na obra. Ou seja, a questão sobre a direção da correlação isomórfica encontra-se, a rigor, fora do escopo da obra. Nesse caso, o compromisso com a tese da ausência de prerrogativa é equivalente à ideia segundo a qual, se há alguma teoria do significado no *Tractatus*, então ela é uma *teoria enxuta do significado*. Pois, segundo tal leitura, o máximo que conseguimos obter do *Tractatus*, no que concerne ao debate acerca da nomeação, é que nomes e objetos devem estar em correlação isomórfica, i. e., os nomes em proposições devem ser isomórficos com as possibilidades dos objetos que eles denotam em configurações e *ponto final*. Aliás, se não estamos enganados, há um inegável ponto de convergência entre todas as interpretações consideradas, a saber, todos os intérpretes relacionados compartilham da ideia segundo a qual a correlação isomórfica desempenha um papel destacado no projeto de clarificação do sentido proposicional. Porém, se há no *Tractatus* qualquer coisa próxima de uma teoria dos nomes, tal qual defendido por leituras realistas e anti-realistas, então a mera noção de correlação isomórfica é insuficiente. Com efeito, faz-se necessário atribuir ao autor do *Tractatus* o compromisso com uma teoria robusta do significado. Nesse contexto, embora realistas e anti-realistas ofereçam respostas opostas, ambos compartilham da ideia segundo a qual o autor do *Tractatus*, além de apresentar uma teoria do sentido, também aborda questões como o que dota o nome de significado ou como a referência é fixada.

Alguns dos aforismos centrais para a *suposta* teoria robusta do significado são 3.3 (como compreender o papel da noção de uso no *Tractatus*?); 3.263 (como compreender a noção de elucidação do significado no *Tractatus*?);⁷¹ 2.024 (como

⁷¹ Tal questão não será contemplada em nossa dissertação. Porém, a despeito de uma exegese mais aprofundada do aforismo em questão, cabe mencionar pelo menos que, em primeiro lugar, este é o único aforismo do *Tractatus* que toca na questão da explicação do significado dos nomes; em segundo lugar, que a noção de *elucidação* não aponta para qualquer necessidade de haver algum contato imediato com os objetos denotados por eles. Além disso, 3.263 parece ser completamente neutro no que diz respeito à questão da prerrogativa, i. e., não se percebe qualquer indício que ajude, seja uma interpretação realista, seja uma interpretação anti-realista. Se não estamos enganados, a noção abstrata de ‘elucidação’ consiste apenas na enunciação de proposições em que os nomes são mencionados, i. e., afim de explicar o significado de um inanalísável para alguém, a única coisa a ser feita é formular

compreender a ideia segundo a qual o objeto é independente do que é o caso?);⁷² e, 5.524 (Wittgenstein está comprometido com a tese da correlação isomórfica simultânea e integrada ou com tese da correlação isomórfica assíncrona e fragmentária?)⁷³. Dito isso, restringiremos nossas reflexões apenas àquilo que concerne ao aforismo 3.3.

Que o princípio do contexto desempenhe algum papel no interior do *Tractatus* é algo dificilmente questionável.⁷⁴ Porém, quando nos perguntamos qual exatamente o papel

proposições que mencionam os nomes, até que esse alguém eventualmente compreenda como tal e tal nome é utilizado.

⁷² Tal questão também não será contemplada em nossa dissertação. Porém, cabe mencionar que se vincularmos 2.024 com 2.013 e 4.211 temos resultados surpreendentes e altamente contraintuitivos. Em função do critério de elementaridade das proposições, i. e., independência entre proposições do nível mais básico da análise, torna-se difícil não aceitar que objetos possam estar desconfigurados. O aforismo 2.013 parece apontar justamente para tal possibilidade. Pois se objetos não pudessem estar desconfigurados, a própria ideia de que proposições elementares são logicamente independentes estaria em apuros. Por exemplo, digamos que a substância do mundo tenha apenas três objetos $S=(a,b,c)$. Além disso, suponhamos que todos os objetos possam se combinar com todos os objetos simultaneamente e a ordem da combinação seja irrelevante, assim temos o seguinte Espaço Lógico= (ab, ac, bc, abc) . Nesse caso, se objetos não podem não estar em configurações, então da falsidade das proposições ‘ab’ e ‘abc’, segue-se ‘ac’. Porém, isso viola o requisito de independência entre proposições elementares. Além disso, ainda no nosso exemplo, o rigor nos obrigaria a concluir que da independência total entre as proposições elementares torna-se concebível a possibilidade limite em que todas as proposições elementares sejam falsas, i. e., o caso em que não há sequer mundo. Caso contrário, não seria possível garantir uma independência total entre as proposições elementares. De qualquer modo, trata-se de um debate muito importante e que merece mais atenção do que vemos na literatura secundária. Para um debate mais detalhado sobre isso ver: “The impossible bottom line” de Lloyd Reinhardt, “Unconfigured Tractarian Objects” de James Page e “Possibility and logical space in the *Tractatus*” de María Cerezo.

⁷³ Quanto a essa questão, embora não contemplada em nossas reflexões na presente dissertação, cabe mencionar que no debate da literatura secundária ela comparece, de um lado, como a possibilidade de os nomes sejam compreendidos de-baixo-para-cima, i. e., de modo fragmentário e um a um (como que peças de ‘lego’ ou tijolos independentes em uma construção) e, de outro lado, como a possibilidade de-cima-para-baixo, i. e., de modo integrado (como se nomes no *Tractatus* fossem assemelhados aos termos que comparecem em uma teoria científica em que não é possível compreender, p ex., o significado do termo “quark” sem simultaneamente compreender toda a teoria da qual o termo participa). Quanto a isso, cabe mencionar que, tanto uma leitura realista quanto uma leitura anti-realista são, em princípio, compatíveis com ambas as possibilidades. De nossa parte, consideramos altamente improvável que a leitura de-baixo-para-cima possa estar correta. Nossa justificativa é que não há como separar a compreensão das possibilidades combinatórias de um certo nome da compreensão simultânea de suas impossibilidades combinatórias. Assim, se compreendemos o significado de um nome, então compreendemos o significado de todos os nomes, o que é a mesma coisa que compreender o sentido de todas as proposições na linguagem. Para uma exposição introdutória do tema ver: *Wittgenstein* de Willian Child, p.49-51.

⁷⁴ Nos *Fundamentos da Aritmética* Frege trata sobre o problema epistemológico sobre como conhecemos os números. A ideia de Frege para solucionar é recorrer ao chamado princípio do contexto (60-62), i. e., que nós conhecemos os números recorrendo aos contextos proposicionais em que números aparecem de modo significativo. Se compreendemos as proposições em que os números fazem parte, i. e., quais são suas condições de verdade, então compreendemos as referências das palavras que denotam números. Assim, quando compreendemos uma proposição em que o número 2 está contido, simultaneamente torna-se possível compreender a referência do número 2. Tendo isto em mente, valendo-se do princípio do contexto fregeano torna-se possível resolver o problema epistemológico sobre como aprendemos, sem recorrer a qualquer relação causal, objetos abstratos tais

que tal princípio desempenha na obra, percebe-se que é matéria de grande disputa entre os comentadores. Em 3.3 Wittgenstein escreve: “*Apenas proposições têm sentido: apenas no contexto da proposição os nomes têm significado*”. Se a primeira parte do aforismo parece uma reação direta à compreensão de Frege sobre a distinção entre sentido e referência, – barrando, de um lado, a possibilidade de que proposições possam ter alguma referência e, de outro lado, que nomes possam ter algum sentido – ,⁷⁵ o mesmo não acontece com o resto do aforismo, pois não é de todo claro como devemos interpretar a segunda parte do mesmo.

Parte da dificuldade deve-se a saber se o princípio do contexto tem, no *Tractatus*, um papel meramente epistemológico ou se ele também apresenta considerações de ordem semântica. No primeiro caso, 3.3 deve ser lido de tal modo a obrigar que o conhecimento da referência se dê apenas em contextos proposicionais, i. e., o acesso aos objetos é via contextos proposicionais em que o objeto é mencionado pelo nome. No segundo caso, se 3.3 também importa para considerações semânticas, além de conhecer a referência nos contextos proposicionais, ela mesma é fixada via contextos proposicionais, i. e., um nome é dotado de significado apenas em função dos contextos proposicionais em que pode aparecer significativamente. Dito isso, é fundamental, para a compreensão de nossas reflexões sobre o debate da nomeação no *Tractatus*, que não encontramos elementos suficientes em 3.3 para que por si só sejamos capazes tanto de descartar quanto de atribuir ao *Tractatus* uma teoria robusta do significado. Isso vale tanto para uma interpretação anti-realista, quanto para uma interpretação realista. Pois uma leitura imparcial do aforismo não oferece elementos suficientes para endossar ou excluir tanto uma leitura exclusivamente epistemológica do mesmo quanto uma leitura semântica. Além disso, cabe ressaltar que ambas as posições *pressupõem* que o *Tractatus* precisa conter uma teoria robusta do significado, porém nenhuma delas oferece argumentos convincentes que justifiquem a

como os números naturais. Pois ao compreender quais as condições de verdade e falsidade de proposições em que números estão contidos, devemos compreender aquilo que tais números se referem.

⁷⁵ Resumidamente: para Frege tanto nomes quanto proposições têm sentido e referência, contrariamente Wittgenstein defende que proposições têm apenas sentido e que nomes tem apenas referência. Em “Notes on Logic” Wittgenstein afirma: “Frege said “propositions are names”; Russell said “propositions correspond to complexes”. Both are false; and especially false is the statement “propositions are names of complexes” (NB97).

própria necessidade de que haja qualquer teoria robusta do significado.⁷⁶ A despeito disso, ambas as interpretações acreditam estar em posição de atribuir ao *Tractatus* uma ou outra visão sobre a relação entre mundo e linguagem via a questão da nomeação. Para tal, ambos se aproveitam da ambiguidade (semântico e epistemológico) na formulação de Wittgenstein do princípio do contexto em 3.3.

Tendo isso em mente e ignorando momentaneamente a questão sobre se há efetivamente a necessidade de atribuir ao autor do *Tractatus* o compromisso com uma teoria robusta do significado, torna-se possível defender, de um lado, uma leitura fraca do princípio do contexto de acordo com a qual embora só possamos conhecer o referente em função dos contextos proposicionais, de um ponto de vista semântico a fixação da referência é feita de modo alternativo. De outro lado, é possível defender uma leitura forte do princípio do contexto. Nesse caso, além de conhecer o referente em função dos contextos proposicionais, a referência também é fixada em função de tais contextos. Dito isso, é certo que a interpretação de Pears se vale de uma leitura fraca do princípio do contexto, pois ele defende que o significado dos nomes é tributário da natureza independente dos objetos. Contrariamente, Ishiguro e McGuinness defendem uma leitura forte do princípio do contexto, pois segundo tais comentadores não basta que o referente seja conhecido apenas em contextos proposicionais, mas também que a própria referência seja fixada em tais contextos.

Outro modo de colocar a questão vem da associação entre o princípio do contexto e a noção de uso. Num primeiro momento, poderíamos defender que a única noção de uso presente no *Tractatus* é equivalente à ocorrência dos nomes em contextos proposicionais. Assim, usar um nome é ‘colocá-lo’ em proposições das quais ele pode fazer parte. Porém, 3.3 parece demandar mais, pois isto não excluiria que pudéssemos atribuir algum significado aos nomes a despeito de qualquer contexto proposicional

⁷⁶ Quanto a isso, podemos lembrar que Pears se vale de uma resposta realista para a sua estranha pergunta: “Why do we have to speak a language that generates tautologies?”. Porém, ainda que aceitemos a pertinência da pergunta proposta por Pears, se não estamos enganados, em função de nosso percurso é possível oferecer uma resposta ‘trivial’ para ela: nós falamos uma linguagem que gera tautologias porque a linguagem é governada pela lógica da figuração. Para isso, a linguagem não precisa ser parasitária de uma rede fixa de objetos com possibilidades independentes, tampouco o mundo precisa ser dependente das possibilidades combinatórias de nomes em proposições com sentido, mas basta a correlação isomórfica entre ambas. Adicionar elementos estrangeiros e onerosos não apenas obscurece como também atrapalha a compreensão do projeto filosófico do *Tractatus* e a sua pretensão de elucidar o sentido proposicional.

no qual ele pode aparecer, i. e., que nomes pudessem ter significado fora do contexto proposicional. Assim, ao recorrer à noção de uso, temos que além dos nomes serem utilizados para montar proposições com sentido, este é o único modo significativo para eles, i. e., que nomes só são nomes propriamente ditos quando aparecem em contextos proposicionais. Portanto, segundo 3.3 é infrutífero e impossível tentar compreender o significado dos nomes a despeito das proposições em que o nome pode fazer parte. Com efeito, descarta-se a possibilidade de aproximar os nomes em sentido wittgensteiniano com os nomes em sentido russelliano. Pois se é verdade que os nomes para Russell são como etiquetas para particulares (i. e., são símbolos completos), então 3.3 exclui sumariamente tal possibilidade. Nesse contexto, o significado do nome é equivalente à sua contribuição para o estabelecimento do sentido das proposições em que ele participa, i. e., todas as proposições em que um dado nome contribui para a descrição de um estado de coisas possível da realidade, i. e., uma figura que pode ser verdadeira ou falsa. Quanto a isto, White afirma:

If we wish to give an account of meaning, what we wish to understand is what it is to use language to say or think something meaningfully. [...] the basic form of the account of the meaning of a word should be to explain the contribution that that word makes to the significance of sentences in which it occurs: if we know the meaning of every sentence in which a given word occurs, then we know all that there is to know about the meaning of that word. (White, 2006, p. 62)

Porém, mesmo que os nomes só possam ser utilizados significativamente em contextos proposicionais, 3.3 não parece indicar exatamente como proceder com respeito à própria relação de nomeação, i. e., ele não parece ser claro o suficiente sobre como a referência é *fixada*, i. e., o texto não é claro acerca do que dota um nome de significado. Quanto a essas questões, se não estamos enganados, White adota a posição segundo a qual o *Tractatus* não veicula qualquer teoria robusta do significado, mas apenas uma teoria enxuta do significado: “If, however, we know how to use the word in propositions with understanding, then we know all that there is to know about the meaning and reference of the name” (White, 2006, p.63).⁷⁷ Porém, se pressupusermos que há uma teoria robusta do significado sendo veiculada no *Tractatus*, faz-se necessário dar conta da questão: há algum papel na relação de

⁷⁷ Outro ponto relevante da interpretação de White com relação a tal debate vem de sua posição ‘deflacionária’ com relação a querela ‘realismo x anti-realismo’ no *Tractatus*: “if I have understood him aright, is to argue that in the end, the two alternatives canvassed are unreal, and that the very raising of these questions represents an unwitting on the reader’s part to make ‘logic transgress the limits of the world’ – an impossible attempt that can only result in speaking nonsense” (White, 2006, pp. 27-28).

nomeação a despeito de qualquer questão relativa ao uso em contextos proposicionais ou a própria relação de nomeação sempre é mediada pelo uso que fazemos dos nomes no interior do nosso sistema de representação?

No primeiro caso, seguindo a interpretação de Pears, considera-se que os contextos proposicionais em que o nome pode aparecer servem apenas para *qualificar* a correlação entre nome e objeto. Embora não seja claro como exatamente tal qualificação deva funcionar, é certo que, segundo tal linha de interpretação, em primeiro lugar, a mera correlação entre nome e objeto é insuficiente para dotar um sinal de significado, pois isto por si só não seria capaz de garantir que um sinal qualquer só seja considerado um nome na exata medida em que respeite as possibilidades combinatórias do objeto que ele nomeia (i. e., a correlação deve ser isomórfica). Em segundo lugar, a natureza do objeto tem prioridade sobre o nome e é o que determina os contextos proposicionais em que o nome pode ocorrer significativamente. Assim, tal noção de uso equivale basicamente à compreensão de que os nomes devem respeitar *as possibilidades combinatórias reais do objeto* que ele representa e caso as possibilidades do objeto sejam violadas, então a correlação entre nome e objeto é *quebrada* e o nome na proposição não será representativo do objeto. Nas palavras de Pears:

The thing, with its independent nature, is the dominant partner in the association, and if the name does not remain faithful to the possibilities inherent in the thing, the association is annulled. So representation (*Vertretung*) requires an initial correlation followed by faithfulness to possibilities intrinsic to the thing with which the initial correlation was made. (Pears, 1987, p. 75)

Desse modo, compreende-se que a correlação entre nome e objeto é fixada primeiro e a despeito dos contextos proposicionais em que o nome pode aparecer, porém, com a ressalva de que se o nome não for utilizado de modo a respeitar as possibilidades do objeto nomeado, a correlação é cancelada.⁷⁸ Assim, é correto afirmar que tal posição torna a correlação entre nome e objeto uma parte constitutiva e irreduzível da explicação do sentido proposicional, além de considerar que o significado dos nomes é completamente parasitário da natureza real do objeto pelo qual ele está. Desse

⁷⁸ Em função disto, Pears entende que Wittgenstein se afasta de uma concepção russelliana da nomeação. Nomes não funcionam exatamente como etiquetas para objetos, pois o mero ato de ‘etiquetar’ não garantiria que o nome só possa ser utilizado significativamente em proposições na exata medida em que respeita as possibilidades combinatórias do objeto que ele nomeia.

modo, não é difícil compreender que Pears endossa uma formulação fraca do princípio do contexto, i. e., embora o princípio do contexto seja fundamental para que um certo nome seja utilizado em proposições com sentido, ele não serve – de modo algum – para fixar a referência ou dotar um certo nome de significado. Nesse contexto, torna-se possível compreender que Pears atribui ao *Tractatus* uma concepção *referencialista* acerca do significado dos nomes.⁷⁹

Diferentemente de Pears, Ishiguro e McGuinness defendem que a correlação é estabelecida pelo uso e não por referência a objetos com uma natureza irreduzível e independente da contribuição semântica dos nomes para o sentido das proposições em que eles podem participar. Pois é exclusivamente a contribuição semântica que garante o significado do nome, i. e., a própria correlação entre nome e objeto é dependente dos contextos proposicionais em que os nomes são significativos.⁸⁰ Assim, em função do princípio do contexto incidir na correlação entre nome e objeto, torna-se possível compreender que os nomes não passam de um sub-produto de um amplo sistema de representação que os posiciona em um espaço lógico pré-determinado. Portanto, diferentemente de Pears, – que se vale da natureza real dos objetos para responder à questão sobre a impossibilidade de combinar os nomes de um modo que não respeite os seus contextos proposicionais possíveis da qual, por sua vez, a linguagem é completamente dependente –, Ishiguro e McGuinness defendem que não basta atentar para o uso significativo dos mesmos dentro do próprio sistema de representação, mas que a própria referência se resume nos usos possíveis de um certo nome em contextos proposicionais. Nesse caso, torna-se possível compreender

⁷⁹ Por referencialismo entende-se não apenas a pressuposição segundo a qual a função das palavras é referir-se a objetos e a função das proposições é representar as possibilidades combinatórias dos objetos em estados de coisas, mas também que é a própria natureza dos objetos que dota os nomes de significado. Nesse contexto, a possibilidade do discurso com sentido é garantida pela correlação isomórfica entre o nome e o objeto (entendido como uma entidade extra-linguística) e tal correlação é uma espécie de ato pré-discursivo que garante a possibilidade do discurso com sentido.

⁸⁰ Nas palavras de Ishiguro temos: “the problem of the object a name denotes *is* the problem of the use of the name” (Ishiguro, 1969, 21). E, segundo a intérprete, no *Tractatus* é o uso que determina a referência e não o contrário. Em suas palavras: “it is only by determining the use of a name that one can determine its reference” (Ishiguro, 1969, p.21). Tendo isto em mente, segundo tal linha de interpretação, o objeto denotado pelo nome não é fixado antes e independentemente do seu uso em proposições, mas “the identity of the object referred to is only settled by the use of the name in a set of propositions” (Ishiguro, 1969, p. 21). Nesse caso, o princípio do contexto não vem apenas para apresentar uma condição epistemológica de acesso aos objetos, mas antes e mais fundamentalmente para oferecer o próprio *critério de identidade* dos objetos dos quais a substância da realidade é composta, i. e. vem para dotar os nomes do discurso de significado.

que tanto Ishiguro quanto McGuinness adotam uma leitura anti-referencialista acerca do significado.⁸¹

Se não falhamos em compreender a moral da história, não apenas ambas as interpretações pecam pelo excesso como, também, e mais fundamentalmente falham por não conseguir arrolar razões suficientemente capazes de excluir a possibilidade aventada pela posição oposta. Com efeito, torna-se inevitável a pergunta: o que ganha e o que perde o autor do *Tractatus* se adotar uma teoria robusta do significado?

Quanto a isso, de nossas considerações resultou que o preço da adoção de uma teoria robusta do significado é abrir mão do caráter ‘puro’ do princípio de pureza. Com efeito, adotar uma teoria robusta do significado é adotar o princípio de pureza contaminado. Além disso, onera-se o autor do *Tractatus* com um compromisso que, para todos os efeitos, parece completamente desnecessário para que seja possível traçar os limites da linguagem tal qual apresentado no prefácio da obra. E se fosse possível simplesmente abrir mão de todos esses contratemplos adotando uma teoria enxuta do significado e sem afetar a essência do projeto lógico-filosófico da obra, não seria preferível?

De nossa compreensão, a bem da harmonia das pretensões e do modo com que pretendeu ter realizado seus objetivos, a interpretação mais vantajosa é atribuir ao autor do *Tractatus* o compromisso com uma teoria enxuta do significado. Dito isso, se não estamos enganados, o espírito desse padrão de leitura comparece na interpretação

⁸¹ Com efeito, *inversamente* à posição realista, Ishiguro defende que, no *Tractatus*, os conceitos ‘referência’ (*bedeutung*) e ‘referir’ (*bedeuten*) são puramente *intensionais* e a ‘existência’ do objeto “adds no extra content to the logical theory” (Ishiguro, 1969, p. 40), mas que é exclusivamente o uso do nome em contextos proposicionais, i. e., o sinal proposicional em sua relação projetiva com a realidade, que determina a identidade do objeto nomeado. Com efeito, os nomes desempenham um papel meramente decorativo (Ishiguro, 1969, p. 45). Nesse contexto, McGuinness recusa a ideia segundo a qual os aforismos ontológicos servem para se reportar a objetos com naturezas independentes e irredutíveis, defendendo que “an object in the *Tractatus* which is the reference of a name or simple sign can be viewed as simply the truth-value potential of a certain expression” (McGuinness, 1981, p. 65) ou ainda que “the semantic role of the supposedly possible simple sign or name is that of being combined with other simple signs or names to produce a proposition having a truth-value” (McGuinness, 1981, p. 65). Nesse caso, Wittgenstein está apenas mostrando com seus aforismos o funcionamento lógico intrínseco da própria linguagem e a noção de objeto é redutível à contribuição semântica do nome para o interior do sistema de representação. Portanto, como o objeto é explicado exclusivamente em função da sua contribuição semântica, torna-se possível desvincular do *Tractatus*, segundo essa linha de interpretação, o compromisso com uma posição referencialista acerca da nomeação (McGuinness, 1981, p. 66).

de McGinn acerca do *Tractatus*. Em sua letra: “what is achieved in the *Tractatus* [...] is a recognition that how a language functions, how a symbol symbolizes, is something that language itself makes clear: we do not need to go outside language in order to understand how it symbolizes in the way that it does” (McGinn, 2006, p.13). Nesse contexto, é importante ter em mente pelo menos duas coisas. Em primeiro lugar, tal ideia não pretende eximir do *Tractatus* o compromisso com a noção de correlação isomórfica como essencial para a elucidação do sentido proposicional tampouco de um certo compromisso com uma explicação referencialista do significado.⁸² Pois, segundo McGinn, “even with the rejection of the idea that the use of a word is grounded in, or explained by, something outside language, [...] there is a vital role for the notion of meaning as something over and above the use of a word, as something that is correlated with a word, as something that we grasp in coming to understand it” (McGinn, 2006, p.7). Em segundo lugar, entendemos a ideia de “autonomia da linguagem”, que anima a leitura de McGinn, não deve ser confundida com a conotação que comparece na leitura dos defensores da tese da prerrogativa inversa (Ishiguro e McGuinness), pois o compromisso com teoria enxuta do significado, tal qual defendida por McGinn, não exime o autor do *Tractatus* do compromisso com uma noção referencialista de significado.

Ponderando sobre todos os pontos aventados, só vemos uma única alternativa realmente plausível. Após apresentar sua posição e levantar uma série de razões para desacreditar da posição de Ishiguro e McGuinness, Pears afirma: “This discussion can be briefly summarized. There is no reason to deny, and there are many reasons to assert, that names in the *Tractatus* do make independent references and that the book is, in that sense, basically realistic” (Pears, 1987, p. 114). Nesse contexto, se é verdade que a discussão pode ser brevemente resumida, e não há razões para negar uma entre as três posições aventadas, e se nos atentarmos para a letra de 5.4541, resta inevitável concluir pela única interpretação capaz de capturar o ideal que anima o princípio de pureza forte e puro. Nesse contexto, mantem-se a correlação isomórfica,

⁸² Porém não há na interpretação de McGuinness qualquer vinculação entre o referencialismo e o fardo metafísico que comparece na interpretação de Pears.

o referencialismo e a tese da ausência da prerrogativa (i. e., a teoria enxuta do significado).⁸³

6.5 Considerações Finais

A título de resumo do capítulo, podemos começar lembrando que, no plano maior da dissertação, nosso objetivo consistiu em uma reflexão sobre o projeto lógico-filosófico de Wittgenstein no *Tractatus* com base em uma análise comparativa com o projeto lógico-filosófico de Russell em *The Philosophy of Logical Atomism*. Para isso tomamos do capítulo sobre o atomismo lógico de Russell os seguintes itens: *tese do isomorfismo estrutural*, *tese da prerrogativa*, *tese da lacuna*, *tese da assimetria*, *critério de analisabilidade da dubitabilidade*, *teoria dos tipos lógicos*, *postulado da determinação completa do sentido* e *tese da imperfeição*.

Na primeira seção consideramos que embora haja uma certa similaridade entre ambos os projetos, também é possível compreender que entre ambos há um certo abismo. No caso de Russell, embora a pretensão seja refletir sobre as condições de uma linguagem logicamente perfeita, na medida em que há uma incompatibilidade entre as condições para que uma linguagem possa ser logicamente perfeita e o estatuto lógico da linguagem corrente, Russell concluiu pela tese da imperfeição e tomou para si a responsabilidade de desenvolver uma linguagem ideal: o *Russellianes*. No caso de Wittgenstein, embora seja possível encontrar boas razões para considerar que ele também estava interessado nas condições de uma linguagem logicamente perfeita, tendo em vista que o autor considera que a linguagem está em perfeita ordem lógica (tese da perfeição), tornou-se possível compreender que o seu objetivo era, em realidade, desenvolver uma *notação ideal* para a linguagem corrente (o ponto cego de Russell na sua introdução ao *Tractatus*). Além disso, afirmamos que a tese da perfeição não é um pressuposto da investigação, mas que é um resultado embasado em uma série de itens.

⁸³ Em 5.4541 temos: “A solução dos problemas lógicos deve ser simples, pois estabelecem o padrão da simplicidade. Os homens sempre pressentiram que deve haver um domínio de questões cujas respostas – *a priori* – estejam simetricamente unidas numa configuração acabada, regular. Um domínio onde valha a proposição: *Simplex sigillum veri*”.

Na segunda seção, consideramos o primeiro item que embasa a tese da perfeição, a saber, o princípio de pureza. Nesse contexto, vinculamos ao princípio de pureza tudo que é exigido para *que* a lógica da linguagem cuide de si mesma. Assim, contra Pears e seguindo Proops, vinculamos ao princípio de pureza o chamado ‘problema fundamental da filosofia’ (tal qual na citação que consta na epígrafe do capítulo). Em função disso tornou-se possível compreender que, de um lado, a ideia segundo a qual proposições lógicas são meras fórmulas sem sentido é apenas um dos corolários do princípio de pureza e não o princípio de pureza ele mesmo (o ponto cego da leitura de Pears), de outro lado, obtivemos que da recusa a teoria dos tipos lógicos de Russell em prol da distinção entre dizer e mostrar é parte integrante do próprio princípio de pureza. Com efeito, tornou-se possível recusar a leitura fraca do princípio de pureza tal qual advogada pela leitura de Pears e defender um princípio de pureza forte. Além disso, consideramos que parte da ideia segundo a qual a lógica cuida de si mesma depende da vinculação não apenas do caráter forte do princípio de pureza, mas também do caráter puro. Nesse contexto, na segunda seção tomamos como dado o compromisso de Wittgenstein com a tese da ausência de prerrogativa.

Na terceira seção, consideramos a questão sobre como a linguagem cuida de si mesma. Para tal introduzimos a ideia segundo a qual a linguagem é governada única e exclusivamente pela lógica da figuração ou lei da projeção. Nesse contexto, na medida em que a forma lógica compartilhada entre linguagem e realidade é imanente e comparece apenas a título daquilo que se mostra (não podendo ser colocada em palavras), tornou-se possível apresentar o modo peculiar com que Wittgenstein se compromete com a tese do isomorfismo estrutural e com a tese da lacuna revisada. Além disso, tornou-se possível compreender que, assim como Russell, Wittgenstein também está comprometido com a ideia de análise lógica. Porém, defendemos que a proposta de análise lógica apresentada pelo autor do *Tractatus* não adota o critério de analisabilidade da dubitabilidade (que comparece em *The Philosophy of Logical Atomism*), mas adota o critério de analisabilidade da conceptibilidade. Por sua vez, consideramos que tal critério é mais um dos corolários do princípio de pureza forte e puro. Com efeito, tornou-se possível compreender o compromisso do *Tractatus* com a tese da assimetria e o postulado de determinação completa do sentido.

Na última seção, passamos a tratar da questão acerca da tese da prerrogativa. Na segunda seção havíamos tomado como dado que o princípio de pureza é ‘puro’. Porém, para justificar isso fomos obrigados a tecer considerações acerca do estatuto da nomeação no *Tractatus*. Nesse contexto, defendemos que para que se possa atribuir um caráter puro do princípio de pureza, Wittgenstein deve estar comprometido com uma teoria enxuta do significado, i. e., com a vinculação entre a noção de correlação isomórfica à uma visão referencialista da nomeação. Com efeito, tornou-se possível recusar simultaneamente a interpretação realista de Pears e a interpretação anti-realista de Ishiguro e McGuinness. Pois ambas importam considerações que são não apenas irrelevantes como, também, obscurecem o próprio projeto filosófico do *Tractatus*. Por fim, tornou-se possível concluir que embasado no princípio de pureza (com seus quatro corolários: recusa da meta-perspectiva, proposições lógicas como armação do mundo, tese da ausência de prerrogativa e critério de analisabilidade da conceitabilidade), na lógica da figuração (que informa a tese do isomorfismo estrutural, a tese da lacuna revisada, a tese da assimetria) e no postulado de determinação completa do sentido, Wittgenstein extraiu como resultado a tese da perfeição.

7. Aquiles, a Tartaruga e o Estrangeiro em: O JOGO DAS VOLTAS ESTRANHAS

*Working in philosophy... is really more a
working on oneself. On one's interpretation.
On one's way of seeing things.
(And what one expects of them.)
Wittgenstein, Culture and Value, 16*

*...Então, que vá um sonho em troca de outro...
Sócrates, Teeteto*

*...Shut your eyes and see.
James Joyce, Ulysses*

*Aquiles ruma buscando algo...
decidir algum caminho;
Aquiles ruma bem apressado.*

*Eis que topa com o Sr. Tartaruga parado
Muito muito compenetrado;
Acompanhado de um certo alguém desconhecido...*

Aquiles: Quanto tempo Sr. Tartaruga. Que feliz coincidência o encontrar por aqui. Como você tem andado?

Tartaruga: Resolvi ficar imóvel como a Terra. E você?

Aquiles: Sempre correndo como Apolo. Pois vejo que – mesmo estando parado – não andas um só desacompanhado. – *Quem Tu És? Ó Nobre Senhor. Temo que ainda não nos conhecemos! Chamo-me Aquiles. E você?* –

Tartaruga: Ele não fala a nossa língua meu caro amigo. Embora tenha nascido nu como tu, o parto foi feito numa outra dimensão!

Aquiles: Ora, pois, trata-se de um Ilustre Estrangeiro doutro lado do horizonte.

Tartaruga: Isso é uma realidade!

Aquiles: E sobre o que conversavam antes de minha abrupta interrupção?

Tartaruga: Falávamos “o sem oco eco velho olhe você o comeso”.

Aquiles: Que assunto mais sem pé nem cabeça. E como se fala “o sem oco eco velho olhe você o começo”?

Tartaruga: Bem assim como você acabou de falar!

Aquiles: Digo! O que isso significa?

Tartaruga: Para saber isso, só indo de trás pra frente!

Aquiles: Como assim ‘de trás pra frente’?

Tartaruga: Fica como está de frente pra trás...

Aquiles: AH! Agora entendi! Trata-se de um palíndromo! Confesso que já vi melhores.

Tartaruga: Sem contar o caso da letra distorcida; – [‘s’=‘ç’].

Aquiles: Realmente! Seria um exemplo de violação das regras para que algo possa contar como um palíndromo? Trata-se de uma espécie arisca e arredia? É um palíndromo mui mui degenerado?

Tartaruga: Como se houvessem regras precisamente delimitadas para que algo possa contar como um palíndromo. Além do mais, fiquei horas e horas para montá-lo aqui com o Estrangeiro.

Aquiles: Você quer dizer que não estou sendo caridoso e hospitaleiro?

Tartaruga: E mais... A prova irrefutável de que isso é ou não um palíndromo passa pela prova da existência do *Meta-Compositor*.

Aquiles: Pela existência do *Meta-Compositor*?

Tartaruga: Claro, só o *Meta-compositor* poderia compor uma lista precisamente delimitada e inalterável de possíveis palíndromos gerados na língua portuguesa.

Aquiles: Então estamos diante de um grande problema! Fora o fato de que falamos em grego e a língua portuguesa só será inventada séculos depois dessa nossa conversa; as próprias línguas, mesmo depois de criadas, se desenvolvem de um modo não inteiramente previsível. Um desses modos consiste no fato de que volta e meia uma nova palavra é introduzida no interior da língua, p. ex., a palavra ‘português’ só será introduzida no grego séculos depois de nosso tempo. Com efeito, há uma série potencial de palíndromos que só serão passíveis de geração depois que certas palavras forem adicionadas no interior da língua. Portanto, nunca estaremos em posição de apresentar todos os palíndromos passíveis de geração na nossa língua.

Tartaruga: Além do mais, novas regras de formação de palíndromos poderiam ser introduzidas a qualquer tempo.

Aquiles: Pois então! Como alguém poderia saber isso de antemão?

Tartaruga: Exatamente! Só provando o *Meta-Compositor*. Nesse caso, ele conjura uma composição que captura todas as possibilidades aventadas ou não com o passar

das gerações. Assim, se a frase em questão estiver na extensão do conjunto dos palíndromos, ela é um palíndromo, caso contrário, trata-se apenas de uma frase esquisita querendo se passar por um palíndromo!

Aquiles: Parece uma boa prova para a autenticidade do seu palíndromo.

Tartaruga: Também não precisamos ser tão apressados.

Aquiles: Por acaso também precisamos provar a existência do *Meta-Compositor* para que tal resultado possa ser obtido?

Tartaruga: Deixemos o *Meta-Compositor* em seu canto. Para tratar do *caso do palíndromo degenerado* basta que entremos em acordo sobre a inclusão ou não do palíndromo em questão no conjunto dos palíndromos formuláveis.

Aquiles: Que seja!

Tartaruga: Se é assim, você também há de convir que ele faz parte do subconjunto dos palíndromos formulados.

Aquiles: Mas já não havíamos obtido tais resultados antes?

Tartaruga: Pois bem!

Aquiles: Agora ocorreu-me que se você passou a tarde toda com o distinto Estrangeiro explorando tal venerável modo de *escrita constrangida*, havia em curso uma inegável limitação no discurso. Tenho certeza que isso está ligado com a vossa impossibilidade de comunicação. Além dele não falar a nossa língua, você também não fala a língua dele, não é mesmo? Se esse é o caso, já sei o que você estava fazendo constrangido consigo mesmo, o que falta saber é o que vocês faziam juntos se não se entendem por completo.

Tartaruga: Opa! Calma lá! Não é porque não falamos a mesma língua que não nos entendemos. Estávamos nos entendendo muito bem à nossa maneira.

Aquiles: Em silêncio? Como se isso fosse possível! Aposto que nem sabe de qual outro lado do horizonte ele vem.

Tartaruga: De quanto estamos falando?

Aquiles: O quê?

Tartaruga: Você precisa especificar melhor os termos da aposta.

Aquiles: Não! Não! Isso é só um modo de dizer! É que não dá para saber algo de outrem se ambos ficam apenas em silêncio.

Tartaruga: Calma lá. Há muitos modos de saber sem precisar dizer.

Aquiles: AH É? Então por acaso você sabe me dizer em qual parte do mundo o Ilustre Estrangeiro é um não-estrangeiro qualquer?

Tartaruga: Por acaso você se recorda do brilhante artista M. C. Escher?

Aquiles: Como poderia esquecê-lo? Lembro-me como se fosse ontem que passamos uma tarde inteira conversando sobre um dos maravilhosos desenhos que o artista fará: *Drawing Hands*.

Tartaruga: Pois então! O Estrangeiro vem de um dos futuros desenhos impossíveis de Escher: *Ascending and Descending*.

Aquiles: Como assim? Isso não pode. Tá tudo muito sem pé nem cabeça. Como alguém pode vir de um desenho impossível?

Tartaruga: Devo lembrá-lo de onde viemos?

Aquiles: NÃO! Zê sabe como eu odeio quando você me lembra daquele famigerado.

Tartaruga: Pois então! Vê agora por que nos entendemos a despeito da ausência de palavras?

Aquiles: Só se for com desenhos.

Tartarugas: Basta um *Estado de Empatia Tácita!*

Aquiles: Mas como esse estado de empatia ajudou-lhe a saber de onde ele vem?

Tartaruga: Ora, pois, lembro-me muito bem do desenho. Há um certo rapaz sentado sozinho num certo degrau de uma certa escada.

Aquiles: Mas, ora, veja só que coincidência, estava cá comigo mesmo pensando exatamente nesse rapaz. Já passei horas e horas refletindo no que ele estaria refletindo consigo mesmo; recolhido tão alheio; tão isolado dos demais confrades nos internos degraus impossíveis; parado ali sozinho sentado – no alto da escada – na entrada principal do mosteiro. – Será que ele está ponderando se vale a pena ir ter consigo uma eternidade de voltas estranhas? Será que todos ali são ele e ele são todos ali? Estaria ele – ali na porta de entrada – esperando por alguém que ainda não chegou? Estaria ele planejando *The Great Escape* para fora do desenho?

Tartaruga: Pois então!

Aquiles: Está querendo dizer que este Estrangeiro é aquele rapaz?

Tartaruga: Também isso!

Aquiles: Mas como você poderia sabê-lo?

Tartaruga: Porque isso aqui é o que está sendo refletido por ele.

Aquiles: Como assim?

Tartaruga: Ele está refletindo sobre como é nós estarmos refletindo sobre o que ele está refletindo consigo mesmo sentado sozinho naquele degrau da entrada principal do mosteiro em *Ascending and Descending*:

*Mesmo aqui sentado só
Sigo outro lá indo e vindo
Vindo e indo lá outro sigo
Só sentado aqui mesmo*

Aquiles: Sabia que você não ia demorar a me enrolar com essa sua *lógica das voltas estranhas*. Você poderia ser mais claro nas suas palavras?

Tartaruga: Só falando na língua do estrangeiro...

Aquiles: Então é isso? Quer sair pela tangente?

Tartaruga: Trata-se de uma linguagem com tal lógica peculiar.

Aquiles: Para você tudo é sempre uma questão de lógica, não é?

Tartaruga: É tudo que resta quando ~~excluímos o ilógico e também~~ não colocamos o Estado de Empatia Tácita na conta.

Aquiles: Vejo que estamos tratando de uma lógica estrangeira, mais estranha do que todas as estranhezas. Só falta agora dizer que é com ela que falamos *O Mistério das Cousas*.

Tartaruga: Deixemos isso com Alberto Caeiro, pois acaba de ocorrer-me um mistério ainda maior.

Aquiles: AH É? E qual esse mistério maior que o mistério de todas as cousas? Só falta dizer que é o sorriso do dono da *Tabacaria*?

Tartaruga: Deixemos “sempre isso ou sempre outra coisa ou nem uma coisa nem outra” com Álvaro de Campos.

Aquiles: Já sei então:

Mero Maldito Mortal

*Mostro melhor mediante metáfora
– Moldura metafísica mágico-musical –
Minha milagrosa mistura métrica.*

*Mesmo mudo
moldo massa;
Mudo meço
minhas marcas;*

*Marco mudo movo mundos
Marcho mesmo...
Mesmo mudo...*

*Mesmo meio moribundo
Montando minhas matérias mortas.*

Minhas matérias mortas?

*Meticulosas matemáticas milimétricas;
Magníficas melodias malversadas;
Mitologias muito muito malucas;
Miragens megalomaniacas +- multiplicadas;*

METEORO!

Morro!

*...mergulho...
mesmo
muito
mais*

*Mal-acabado; medíocre; marginal.
“Mistério mui misterioso”
manifesto mugindo mudo:*

Mero Maldito Mortal

Tartaruga: Mas ora, veja só. E não é que temos mais um caso de escrita constrangida. Além de seguir certos padrões rítmicos com base nas terminações das palavras, há ainda a incomum imposição de que todas as palavras comecem com a letra “m”. Tirando também *o padrão a ida e a volta*, trata-se de um verso seguindo o padrão da *letra inicial aliterativa* – um verso com *jogo de rima aliterativa*. Seria ainda mais interessante se o poema contivesse todas as palavras com ‘m’ existentes no dicionário. Não acha?

Aquiles: Realmente! Seria um caso ainda mais específico de tal caso de escrita constrangida! Será que há algum nome para tal hipotética raridade?

Tartaruga: Lembra-se do nosso velho amigo Atlas?

Aquiles: Aquele coitado Titã que Zeus condenou a passar a eternidade segurando o mundo?

Tartaruga: Pois então! Se temos um poema com o padrão da letra inicial aliterativa e ele abraça todas as palavras de tal e tal letra contidas no dicionário, podemos chamá-lo, em função de tal venerável constrangimento, de padrão da *letra inicial atlas-aliterativa*.

Aquiles: Parece-me um bom nome! E se adicionarem novas palavras no dicionário depois que o poema tiver sido escrito? Ele deixaria de ser atlas-aliterativo?

Tartaruga: Sim e não! Para garantir que sim, basta especificar o ano que o poema foi construído. Assim, ele será atlas-aliterativo em tal e tal ano.

Aquiles: Acho uma boa saída! Será que já fizeram algum poema com tal padrão de constrangimento?

Tartaruga: No futuro, meu caro, eles já fizeram de um tudo!

Aquiles: Realmente!

Tartaruga: Mas voltemos ao *Mero Maldito Mortal*. É de sua autoria?

Aquiles: Que pergunta mais difícil! Tudo que sei é que foi escrito pelas minhas mãos!

Tartaruga: Você está insinuando que não tinha controle sobre suas mãos?

Aquiles: Pois então! Não sei se era eu que fazia o *Mero Maldito Mortal* ou se era o *Mero Maldito Mortal* que me fazia.

Tartaruga: Típica explicação de poeta corredor! E você acha que é como se o *Mero Maldito Mortal* estivesse criando-se a si mesmo a despeito do seu criador – caso ilustrado em *Drawing Hands* –, como se o *Mero Maldito Mortal* estivesse criando o criador ou como se um certo estrangeiro estivesse escrevendo o verso com as suas mãos de criador?

Aquiles: Bem pergunta de cascudo questionador! Na verdade, parece um pouco de cada coisa e também nenhuma delas. Ai! Ai! Isso tudo é muito confuso – parece mais um enigma!

Tartaruga: Confuso como se você mesmo fosse o verso e verso fosse mesmo você?

Aquiles: Pois então! Talvez seja melhor dizer que não sou sem o *Mero Maldito Mortal* e o *Mero Maldito Mortal* não é sem mim. Além disso, eu e o verso somos, na soma final de todas as contas, igual a uma coisa só.

Tartaruga: Mas olha! E não é que acabo de encontrar algo aqui na grama, bem do lado da sola dos sapatos do estrangeiro.

Aquiles: O misterioso mui mistério? Era isso que tinha em mente momentos atrás?

Tartaruga: Não caro amigo, você não entendeu! Não estava falando por metáforas. Eu literalmente encontrei uma coisa aqui na grama! Veja por você mesmo...

Aquiles: Mas não é que você encontrou uma enorme fortuna. Pois pretende comprar uma mansão, um barco ou um belo capacho com essa rica *moeda* de centavo?

Tartaruga: Ai de mim! Depois ainda viro escravo de capacho. Além do mais, caro amigo, já tenho tudo que preciso aqui comigo mesmo. Mesmo devagar... vou muito bem em meu casco.

Aquiles: Realmente! Trata-se de um casco muito bem cuidado!

Tartaruga: Pois muito obrigado por esse elogio! Devolvo-lhe com essa moeda que achei perdida no chão! Tome-a em troca desse seu louvor.

Aquiles: Quanta generosidade, Sr. Tartaruga! Muito obrigado mesmo! Mas de qualquer modo, agora você me deixou curioso da cabeça aos pés. Afinal de contas qual o grande mistério mui misterioso que você tinha em mente?

Tartaruga: O mistério anterior à moeda? Não o do poema que é verso de poeta?

Aquiles: Esse outro mesmo!

Tartaruga: Pois então! Se estou bem lembrado, da última vez que nos encontramos o sol se pôs antes que pudéssemos encontrar um nome apropriado para aquele seu inusitado jogo de cartas. Confere?

Aquiles: Mas como poderia esquecer? O meu criado-mudo é um banco sem gavetas; antes ele fazia o favor de segurar calado aquele baralho que um dia já foi meu. Porém... agora... resta afigurado sobre ele... apenas o surrado exemplar silencioso daquele maldito livro inquietante. E, sempre que vejo ele sobre o criado-mudo que vejo sempre, o criado-mudo sorri e me diz: “Cá entre nós, meu caro coitado, você foi mesmo roubado”.

Tartaruga: Como assim “roubado”? Se não me falha a memória, foi uma troca. Que, por sinal, ainda me parece muito justa.

Aquiles: Pois bem, que tenha sido uma troca então! Mas, mesmo aceitando isso, você terá de concordar que fui completamente logrado. É como se você tivesse dado um conjunto de peças querendo se passar por um relógio em troca de um infinito potencial de relógios dentro de um conjunto de peças.

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que o *Tractatus* não passa de uma obra incoerente e que há uma série potencialmente infinita de jogos passíveis de criação contidos no baralho?

Aquiles: Talvez sim, talvez não! Tudo que eu sei é que o baralho é um artefato mágico – envolto de misteriosas possibilidades ainda não aventadas.

Tartaruga: E o *Tractatus*?

Aquiles: Pois então! Está aí um grande mistério mais ou menos desmistificado. A impressão que tenho é que o livro é como um truque e o seu autor é algo do mágico.

Tartaruga: Que modo mais estranho de colocar as coisas! No futuro, os leitores da obra dizem que o seu autor é um filósofo e, mesmo quando estão lendo ela, deixam-na guardada na estante das obras de filosofia.

Aquiles: Filosofia?

Tartaruga: Pois sim! Se você pudesse ir numa boa livraria de lá pra frente, certamente encontraria – na estante das obras filosóficas – um exemplar do *Tractatus*.

Aquiles: Ueh! Pois então! E o baralho não vem junto?

Tartaruga: Parece que não!

Aquiles: Então temo pelo futuro! Vejo que as coisas estão muito desorganizadas!

Tartaruga: É que para eles colocar um baralho de cartas na estante da filosofia é algo ultrajante.

Aquiles: Uma afronta aos padrões?

Tartaruga: Exato! O que você pensaria se agora mesmo fossemos na *Grande Galeria* e nos deparássemos com um mictório?

Aquiles: Seria estranho se não pudéssemos nos deparar com eles, não é mesmo?

Tartaruga: Não estou falando dos mictórios nos banheiros! Digo um mictório singular exibido – fora dos banheiros – no interior da Grande Galeria!

Aquiles: Já sei! Isso só pode ser mais algum dos seus muitos enigmas. Espera aí... Espera aí.. Deixa eu pensar sobre isso aqui ~~comigo mesmo~~... achei: a Grande Galeria está em reformas!

Tartaruga: Não, caro amigo! Não! Quero que você diga o que você pensaria se o mictório estivesse em exibição *como* uma obra de arte!

Aquiles: Deve ter sido obra de um arteiro brincalhão!

Tartaruga: E se fosse a sério?

Aquiles: Pois acabariam de perder um cliente!

Tartaruga: Ora, mas qual o problema?

Aquiles: Recuso-me a ter parte nessa cena! É revoltante!

Tartaruga: Pois então! No futuro colocar um baralho junto do livro na estante das obras de filosofia é tão revoltante quanto exibir agora um mictório na Grande Galeria.

Aquiles: Acho que entendi a sua comparação! Para evitar toda essa confusão desastrosa é melhor mover o livro para junto do baralho – na estante oculta dos artefatos mágicos!

Tartaruga: Talvez essa seja mesmo a única solução!

Aquiles: Pois então! Entendeu agora porque a obra é um truque de mágico?

Tartaruga: Não exatamente! Há alguma relação entre isso e a questão da incoerência ou da falta de incoerência da obra?

Aquiles: Não sei dizer ao certo, mas que desconfio que sim! Se, apesar dos pesares, entendi alguma coisa, o autor do livro considera que a linguagem corrente está em perfeita ordem lógica seguindo um, e somente um, padrão lógico – *a lógica da figuração*. Assim se fosse o caso de que a linguagem corrente só seguir tal padrão lógico, então o livro estaria correto. Porém, se o livro estivesse correto, ele seria incoerente – na medida em que os próprios aforismos que elucidam o padrão lógico da figuração não estão em conformidade com o mesmo. Confesso que o sentimento que tinha – ao ler, reler, rere ler ... – é que eu era mais um entre os muitos monges caminhadores na escada impossível de *Ascending and Descending* de Escher.

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que se trata de uma obra de voltas estranhas?

Aquiles: Ora, pois é o que parece!

Tartaruga: E qual o truque mágico?

Aquiles: Vejo-o na distinção entre *dizer* e *mostrar*. Da lógica da figuração temos que tudo aquilo que a figuração e o afigurado devem compartilhar para que a figuração seja compreensível é a sua *forma lógica*. Porém, a forma lógica não é um elemento adicional que faz parte do que é representado, mas é algo *imanente* que se *exibe* na possibilidade da figuração. Agora, se adicionamos a isso o *princípio de pureza forte e puro* e a ideia segundo a qual o sentido da proposição é algo completamente determinado, temos que a lógica da linguagem cuida de si mesma com a lógica da figuração. Assim, se isso tudo fosse o caso, teríamos que, de um lado, as condições do *dizer se mostram* no dizer e, de outro lado, o estatuto lógico da linguagem corrente resta inefavelmente perfeito.

Tartaruga: O que você está dizendo é que a distinção entre *dizer* e *mostrar* garante que o *Tractatus* não é como um mero conjunto de peças?

Aquiles: Pois então! É o passe de mágica que coloca as engrenagens da obra para funcionar.

Tartaruga: E a metáfora da escada no final da obra? Há quem diga que com ela o autor aponta para a ideia de que a distinção entre *dizer* e *mostrar* também faz parte daquilo que deve ser jogado fora para que assim – em silêncio – possamos ver o mundo corretamente.

Aquiles: Pois então! Confesso que cheguei a entrar nesse desafortunado caso de debate. Estava eu lá meio que em cima do muro – sem bem saber como proceder – até

que desvendei e vi que estava sentado – em realidade – na mesa dos desentendidos! A sensação foi muito angustiante! Acho que caí para fora mais no susto do que no grito. Só assim vi que ficando ou não sobre o muro, não deixaria de estar vendado num típico debate de buraco. Foi *sobre* que avistei o mágico truque do autor: a escada da metáfora da escada cai menos como a escada da entrada principal do mosteiro e fica sendo mais como a escada das voltas estranhas de *Ascending and Descending*.

Tartaruga: Seria isso que o autor tinha em mente?

Aquiles: Desconfio que não! Alguns mágicos são como relojoeiros cegos para seus próprios truques!

Tartaruga: Pois bem! Reflitamos mais sobre a obra: se o *Tractatus* não é como um mero conjunto de peças fingindo ser um relógio, o que impede a obra de dar a hora certa?

Aquiles: Parece-me que são os altos constrangimentos exigidos para que algo possa ter sentido. Um modo de ilustrar isso vem da comparação com os casos de escrita constrangida que vêm nos acompanhando desde o início da nossa conversa. Se o funcionamento da linguagem corrente fosse restringido apenas ao padrão lógico da figuração, a linguagem seria apenas como um cálculo que segue uma única regra precisamente delimitada e inflexível.

Tartaruga: E qual o problema de considerar que a linguagem corrente é como um cálculo preciso e inflexível que segue apenas um único padrão lógico?

Aquiles: Se não estou enganado, é aqui que entra aquela sua pergunta mui ardilosa – a propósito do meu jogo de cartas – da última vez que nos encontramos. Depois de dar uma série de voltas estranhas nas escadas do *Tractatus*, compreendi que, em função da lógica da figuração, há um curioso paralelismo entre o modo como o autor do livro entende o funcionamento lógico da linguagem corrente e o funcionamento lógico do meu jogo de cartas. Agora se no mero jogo de cartas – que segue exclusivamente o padrão lógico da figuração – não é possível compreender a indagação “há mais sequências de ouros do que de copas”, o que seria da linguagem corrente se ela seguisse apenas tal padrão lógico?

Tartaruga: Algo como o seu jogo de cartas. Um de cálculo que segue – indo e vindo – mecânico, metódico, imutável e inflexível – no mesmo padrão lógico singular.

Aquiles: Pois então! Em função disso, compreendi que há algo no próprio padrão lógico da figuração que constrange uma série de outros padrões lógicos indispensáveis para que a linguagem corrente seja do modo como ela é. Só para ficar

no caso da sua pergunta perversa de nosso último encontro: sem algo como uma *lógica do agrupamento comparativo* não há como compreender *no* jogo – seguindo apenas a lógica da figuração – a indagação “há mais sequências de ouros do que de copas?”.

Tartaruga: Você quer dizer que se tratam de padrões lógicos irreduzíveis?

Aquiles: Não vejo outra alternativa além dessa!

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que a lógica da figuração deve ser descartada?

Aquiles: Mas as vezes você me vem com cada pergunta! Como assim descartar um padrão lógico? Isso só pode ser coisa daqueles mui insensatos.

Tartaruga: Você está querendo dizer que padrões lógicos não se afirmam nem se recusam?

Aquiles: Padrões lógicos são o que são – indo ou não indo –; em si mesmos sempre estão bem como estão. Se há algum problema, o culpado é o desentendido que não sabe aplicar direito o padrão!

Tartaruga: Você está sugerindo que o único problema que um padrão lógico pode suscitar é se cabe ou não o aplicar?

Aquiles: Pois então! Você está lembrado do famoso *Caso do Profano Louvor dos Poetas*?

Tartaruga: Como poderia esquecer se não deixamos de estar – o mundo inteiro – no maior rebuliço! O próprio *Meta-Compositor* resolveu cantar uma lei proibindo – para todo sempre – o versar dos poetas constrangidos – apagou a possibilidade de compor num papiro qualquer – seguindo no padrão da letra inicial aliterativa ‘m’!

Aquiles: E como estamos?

Tartaruga: Pois juntamo-nos todos – [todos aqui – indo e vindo – estando um só] – restamo-nos no oprimido mesmo canto –; seguimos assim parados; ficamos só um conjunto fazendo – o coro mugido de canto degenerado:

QUE SEJA FEITA A VOSSA VONTADE

— Já que não passo do que sou

Fico indo no acato da lei

Em louvor constrangido

O profano jamais versarei

– Eterno –

MERO MALDITO MORTAL

...

Aquiles: Pois então! Entende agora o que é o caso?

Tartaruga: Uma ofensa ao ilustre estrangeiro desconhecido?

Aquiles: Que nada! Trata-se apenas de uma ilustração da ideia de que a lógica transcende qualquer horizonte! Não podemos recusar um padrão lógico só porque não sabemos que ou como ele tem aplicação. Talvez seja o caso considerar que falta ao livro certas *camadas de perspectiva*!

Tartaruga: Como se o padrão lógico da figuração fosse – por si só – sem perspectiva?

Aquiles: Pois é o que parece! Se não estou enganado, é uma questão que não deixa de estar relacionada com a arte do desenho.

Tartaruga: Então a obra só pode ser entendida pelos ilustres desenhistas – sujeitos versados na arte da ilustração?

Aquiles: Também não é pra tanto! Temo que isso seria algo muito exagerado! Pois também desenhamos com palavras!

Tartaruga: E se o vivente não for letrado?

Aquiles: Tanto faz! Mas se for mais afortunado – com mãos capazes de escrever –, já tem tudo que precisa para escrever um livro dentro de um livro. Depois pode usar a suas mãos também para colocar o livro que tem um livro dentro sobre um outro livro qualquer.

Tartaruga: Façamos assim, digamos que o vivente não saiba nem ler nem desenhar. Além disso, tudo que ele foi *programado* para fazer é ser o mesa no seu jogo de cartas – pro resto da vida –. Qual seria o seu problema quando diante da indagação: “Há mais sequências de ouros do que de copas?”

Aquiles: Ora, como o jogo segue apenas o rigor constrangimento da lógica da figuração, só valem indagações que tratam da existência ou inexistência de trincas ou sequências. Mas tal indagação não trata da existência ou inexistência de trincas ou sequências. Pois a sua compreensão demandaria não apenas que esse tal pobre mesa falante estivesse aplicando o padrão de constrangimento da lógica da figuração, mas, também, o padrão de constrangimento da lógica do agrupamento comparativo.

Portanto, ele não é capaz de compreender tal indagação valendo-se apenas da lógica da figuração.

Tartaruga: Suponhamos então que ele só esteja programado com padrão lógico do agrupamento comparativo. Nesse caso, ele é capaz de compreender tal indagação?

Aquiles: Também não! Sem o padrão lógico da figuração ele não seria capaz de compreender a parte da questão que está relacionada com a existência ou inexistência de trincas ou sequências.

Tartaruga: É isso que você tem quando fala em camadas de perspectiva?

Aquiles: Exatamente!

Tartaruga: Então vamos supor que você é o indagador que faz tal indagação para o mesa programado apenas com a lógica da figuração e que além disso – para simplificar as coisas – o baralho possui apenas quatro cartas por naipe. A indagação “há mais sequências de ouros do que de copas?” é ou não é equivalente a isto: “ $(O:[1,2,3] \wedge (\sim C:[1,2,3] \wedge \sim C:[2,3,4])) \vee (O:[2,3,4] \wedge (\sim C:[1,2,3] \wedge \sim C:[2,3,4])) \vee ((O:[1,2,3] \wedge O:[2,3,4]) \wedge (\sim C:[1,2,3] \vee \sim C:[2,3,4]))$ ”?

Aquiles: Pois sim! Ambas são equivalentes. E, além disso, o mesa pode ou não ter configurado mais sequências de ouros do que de copas. O problema é que como o ele não está programado com o padrão lógico do agrupamento comparativo, ele não é capaz de coletar a informação exigida para que possa responder: “Sim” ou “Não”. Agora se o mesa também fosse capaz de agrupar sequências por naipe e comparar a quantidade de sequências do *grupo de copas* com a quantidade de sequências do *grupo de ouros*, então ele seria capaz de responder sem problemas tal indagação.

Tartaruga: Mas se é isso que se passa, o padrão lógico do agrupamento comparativo é na verdade a amalgama de dois padrões distintos, não é verdade?

Aquiles: É o que parece! Se além de programado com o padrão lógico da figuração o mesa também for capaz de agrupar as sequências por naipe (critério de coleção), mas não for capaz de comparar a quantidade de cada grupo (critério de comparação), ele também não será capaz de compreender a indagação.

Tartaruga: Agora acho que entendi o que você quer dizer com camadas de perspectiva. Começamos *no* padrão lógico da figuração. Em função dele é possível compreender indagações que tratam exclusivamente da existência ou inexistência de trincas ou sequências. Agora, num segundo nível – já *sobre* o padrão da figuração – é possível agrupar sequências por naipe (e trincas por número). Além disso, num

terceiro nível – primeiro *sobre* o padrão da figuração e depois *sobre* o padrão do agrupamento – é possível comparar a quantidade de sequências de grupos distintos.

Aquiles: É isso mesmo! É um movimento sutil, mas seria ilusório achar que uma indagação como “A sequência é de copas?” e “Há mais sequências de ouros do que de copas?” estão na mesma camada.

Tartaruga: Por acaso você saberia me informar qual o endereço do ardiloso?

Aquiles: Estamos tão próximos que posso até apontar para a sua morada. Vê aonde está escrito a palavra ‘mais’ na indagação?

Tartaruga: Pois sim! E?

Aquiles: Então! É ali que ele mora. Pois para compreender a indagação a contribuição lógica da palavra ‘mais’ – na indagação – o mesa deve estar programado para fazer reflexões *sobre* sequências e trincas possíveis – sem deixar de estar seguindo *no* jogo a lógica da figuração.

Tartaruga: Entendo! Mas se é assim, você considera que haveria alguma diferença entre as indagações “há mais sequências de ouros do que de copas ou não há mais sequências de ouros do que de copas?” e “A sequência é de copas ou a sequência não é de copas?”?

Aquiles: Num certo sentido não! Pois ambas são meras tautologias. Porém seria ilusório pensar que ambas são reconhecidas como tautologia do mesmo modo.

Tartaruga: Parece razoável! Você acha que seria possível programar um mesa capaz de compreender a indagação “você vê a si mesmo no baralho?”

Aquiles: Mas você só pode estar de brincadeira, né Sr. Tartaruga? Se fiquei todo esse tempo com o livro só para entender como a palavra ‘mais’ poderia funcionar no jogo, quem deveria responde a sua pergunta é o mesmo que ficou com o baralho!

Tartaruga: Estou satisfeito com a sua resposta! Agora gostaria de voltar para o seu jogo original – só com o padrão lógico da figuração –, pois gostaria de saber um pouco mais sobre esse paralelismo entre a obra e o seu jogo de cartas. Você considera que o seu jogo poderia ser utilizado como uma *ilustração* do *Tractatus*?

Aquiles: Ao que tudo indica, pelo menos na mesma medida em que é possível utilizar o *Tractatus* para *elucidar* o funcionamento lógico do jogo de cartas.

Tartaruga: É como se jogo capturasse da obra algo que a obra captura do jogo?

Aquiles: Pois é isso mesmo! Porém, há uma certa assimetria no modo como um captura do outro. Pois enquanto um é *capturado via ilustração* o outro é *capturado via elucidação*.

Tartaruga: Entendo! Nesse caso, você considera que o seu jogo contribui – de alguma maneira – para que outros caminhadores possam compreender que as voltas estranhas da obra formam um belo relógio com ponteiros desajustados?

Aquiles: O fato de que para que possamos continuar *no* jogo devemos constranger algumas indagações que são completamente compreensíveis se utilizarmos outros padrões lógicos, parece um modo de ilustrar a inadequação dos ponteiros da obra. Além disso, o fato de ser possível criar um jogo que é governado pela lógica da figuração também contribui para a ideia de que a obra não é um mero conjunto de peças.

Tartaruga: Bom! Vejamos mais a fundo o paralelismo entre o livro e o jogo. Se o *Tractatus* está com os ponteiros desajustados, isso significa que o seu jogo também está com os ponteiros desajustados?

Aquiles: Não é bem assim que eu vejo as coisas! Temo que nesse ponto, há uma certa ruptura do paralelismo entre a obra e o jogo. Pois embora a metáfora do relógio seja ilustrativa do que se passa na obra, a rigor, ela não é ilustrativa do jogo em si mesmo.

Tartaruga: O que torna a metáfora ilustrativa do que se passa na obra?

Aquiles: Creio que as *pretensões* da obra e o *modo que tais pretensões são realizadas*. Reflita comigo: o modo como as pretensões são realizadas comparece na questão de a obra ser como um mero conjunto de peças por oposição a ser como um relógio; já as próprias pretensões comparecem na questão do ajuste ou do desajuste dos ponteiros. Nesse caso, o desajuste dos ponteiros deve-se ao fato do autor estar engajado em questões como: qual o funcionamento lógico da linguagem corrente? Qual o estatuto lógico da linguagem corrente?

Tartaruga: Entendo! Se ignorarmos as pretensões da obra, desaparecem as questões que tornam a metáfora ilustrativa do *Tractatus*. Mas se esse é o caso, então a metáfora do relógio é completamente descabida no caso do jogo?

Aquiles: Também não chega a ser completamente descabida. Num certo sentido, ela é descabida. Pois em si mesmo o jogo não precisa ser comparado com qualquer coisa; nesse caso, falta-lhe ponteiros que indiquem hora certa ou errada. Nesse caso, a metáfora é descabida.

Tartaruga: Vê aquelas duas crianças ao longe?

Aquiles: Aquelas duas crianças brincando na *gangorra*?

Tartaruga: Precisamente! E o que elas fazem?

Aquiles: Uma sobe e a outra desce; a outra desce e a uma sobe...

Tartaruga: Algo como no seu jogo?

Aquiles: Pois parece-me uma ilustração acertada. Coloque o mesa de um lado e o indagador do outro e deixe-os brincando até cansarem.

Tartaruga: Pois bem! E em que sentido a metáfora do relógio poderia ilustrar algo sobre o jogo?

Aquiles: Ora, se resolvermos compará-lo com a obra. Nesse contexto, enquanto ilustração, parece-me apropriado dizer que o jogo é como um relógio que dá a hora certa.

Tartaruga: Realmente! A metáfora do relógio é ilustrativa da virtude do jogo enquanto ilustração da obra.

Aquiles: É o que parece! Devo confessar que a leitura da obra contribuiu muito para a compreensão da minha criação. Pelo menos agora compreendo o ponto naquela sua pergunta derradeira.

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que nossa troca foi um pouco menos injusta do que você estava querendo fazer parecer momentos atrás?

Aquiles: De modo algum. É que se fosse uma mera troca entre um baralho e um livro, até aceitaria uma relativização da injustiça. O problema é que você se valeu de um estratagema perverso para ficar com o baralho. Está claro para mim que você sabia que eu não saberia responder a sua pergunta derradeira. Talvez seja o caso de destrócaros: o baralho volta para mim e o livro volta para você.

Tartaruga: Que isso seja resolvido na suprema corte judicial! Agora, gostaria de saber como vamos chamar o seu jogo afinal.

Aquiles: *Batalha da Figuração!!!*

Tartaruga: Que? Batalha? Confesso que não era bem o que eu esperava. Até porque, se estou lembrando bem, não há muito conflito no seu jogo. É como brincar de gangorra. Há um jogador que cumpre a função de mesa e um outro que cumpre a função de indagador.

Aquiles: Imaginei que você acharia o nome um tanto quanto estranho. É que depois de nosso último encontro, ocorreu-me que faltavam algumas condições necessárias para que pudéssemos chamar o meu jogo de *um jogo propriamente dito*. Por isso adicionei as seguintes regras: [...].

Tartaruga: Quantas regras! Prevejo que a Batalha da Figuração será um jogo muito jogado no futuro! E realmente, nesse contexto, não há como negar que o seu jogo se tornou uma verdadeira batalha. Porém, não entendo por que tais regras adicionais são

necessárias para que haja um jogo propriamente dito. Isto é, não é que antes você tinha um conjunto de regras querendo se passar por jogo e, agora, com essas regras adicionais, você tem um jogo propriamente dito, mas apenas que essas novas regras transformam o jogo que você já tinha num jogo muito mais sofisticado.

Aquiles: Pois, então, veja bem! É que para que meu jogo pudesse ser mesmo um jogo estava faltando adicionar alguns critérios ou condições para que um dos jogadores pudesse sair vitorioso.

Tartaruga: Mas em que sentido isso é uma condição necessária para que haja um jogo?

Aquiles: Ora, é que sem isso tudo que podemos ter é um *mero passatempo*.

Tartaruga: Será? Por onde andam aquelas duas crianças agora?

Aquiles: Pois não é que se cansaram da gangorra e agora trocam passes com uma bola?

Tartaruga: Considera que elas estão jogando bola ou estão envoltas em um mero passatempo?

Aquiles: Isso depende! Se elas tiverem estabelecido condições de vitória, então elas estão jogando um jogo. Caso contrário, trata-se de um mero passatempo.

Tartaruga: Façamos o seguinte, o que você acha de ir até lá e perguntar para elas se elas estipularam condições de vitória.

Aquiles: Com prazer! Vou e volto num pé só...

Tartaruga: Como gosta de correr...

Aquiles: Não! Elas não estabeleceram condições de vitória. Disseram que estão apenas passando a bola uma para a outra.

Tartaruga: Então elas não estão jogando bola?

Aquiles: Qualquer coisa menos isso.

Tartaruga: Façamos o seguinte, o que você acha de ir até lá e perguntar para elas se elas acham que estão jogando bola.

Aquiles: Com o maior prazer! Vou e volto antes que você possa terminar um suspiro.

Tartaruga: –“Ssssuspir” –.

Aquiles: Pois disseram que estão jogando bola. Tentei alertá-las para o fato de que não podem estar jogando bola sem que tenham estabelecido certas condições para que uma delas saia como a vencedora e a outra saia como a perdedora.

Tartaruga: E o que elas disseram?

Aquiles: Ficaram muito agressivas! Ordenaram que eu saísse imediatamente de perto delas para que pudessem continuar jogando o seu jogo sem novas interrupções.

Tartaruga: E qual a moral da história?

Aquiles: Só pode ser uma: aquelas pobres crianças ingênuas estão perdidas... fazem o que fazem sem saber o que estão fazendo.

Tartaruga: Mas, meu caro, parece-me que sabem muito bem o que estão fazendo. Não vê que realizam passes muito elaborados?

Aquiles: Digo, não que não estejam fazendo muito bem o que se propuseram a fazer, mas o que elas não sabem é que o que estão fazendo muito bem não é um jogo.

Tartaruga: Entendo! Então elas são exímias passadoras de bola que não sabem que estão passando a bola?

Aquiles: Não é isso que estou querendo dizer! É claro que isso elas sabem. Pois, desde a última vez que as interrompi, a bola ainda não caiu no chão.

Tartaruga: E o que você achou desse último passe?

Aquiles: Já vi melhores.

Tartaruga: E esse outro? Foi melhor ou foi pior?

Aquiles: Pela semelhança, diria que é equivalente ao último.

Tartaruga: Pois eu achei levemente melhor!

Aquiles: Parando para refletir, concordo com você. Seus *critérios de avaliação* de troca de passes de bola parecem casados com os meus.

Tartaruga: Pois bem. Você diria que há alguma semelhança entre o que nós estamos fazendo e o que elas estão fazendo?

Aquiles: Não muita! Elas estão apenas trocando passes enquanto nós estamos conversando.

Tartaruga: Trocando frases?

Aquiles: De fato! Enquanto nós trocamos frases elas apenas trocam passes.

Tartaruga: Se nós batemos um papo...

Aquiles: Elas apenas batem bola.

Tartaruga: A parte o fato de que nós conversamos e elas passam a bola, há alguma diferença entre nossas atividades?

Aquiles: Muitas! Uma delas é que enquanto nós sabemos que nossa conversa não é um jogo, elas não sabem que a troca de passes delas não é um jogo.

Tartaruga: Mais devagar no seu andar! Cuide para não colocar seu próprio entendimento das coisas na conta de outrem. De qualquer modo, pedi-lhe que

apresentasse alguma diferença entre nossas atividades e não uma diferença na compreensão que temos *sobre* as atividades que estamos engajados.

Aquiles: É verdade! E se eu disser que a atividade das crianças não envolve palavras articuladas em frases que constituem *uma conversa propriamente dita*?

Tartaruga: E o que seria isso?

Aquiles: Uma conversa propriamente dita? Ora, aquela que é composta por frases com sentido no interior da conversa.

Tartaruga: E ter sentido?

Aquiles: É seguir certos padrões lógicos.

Tartaruga: E basta seguir certos padrões lógicos para que possamos estar engajados numa conversa propriamente dita?

Aquiles: Ora, é exatamente assim que entendo as coisas!

Tartaruga: E bastaria seguir um único padrão lógico ou é requerido que estejamos seguindo mais de um padrão lógico?

Aquiles: Parece-me que seguir um único padrão lógico seria suficiente, embora não seja assim que as coisas se passam em conversas reais.

Tartaruga: Como essa nossa conversa?

Aquiles: Pois então! Parece-me que estamos indo e vindo com uma série de padrões lógicos e não um único padrão.

Tartaruga: Seria o caso de considerar que os padrões lógicos seguidos por uma conversa são flutuantes?

Aquiles: É o que parece!

Tartaruga: E podemos estar utilizando mais de um padrão lógico simultaneamente?

Aquiles: Parece-me algo muito razoável. Algo como no caso do jogo de cartas com a adição de camadas sobre camadas ou mesmo como no caso de *Mero Maldito Mortal* que além de seguir o contrangimento da letra aliterativa ‘m’, o verso também segue, o padrão ida e volta e, vez ou outra, o constrangimento das rimas nas terminações.

Tartaruga: E se eu discordar de você?

Aquiles: Nesse caso, a conversa torna-se um debate!

Tartaruga: Mas se algo é um debate, então deixa de ser uma conversa?

Aquiles: Também não é para tanto! Talvez seja melhor dizer que debater é apenas mais um modo de conversar.

Tartaruga: Um modo mais agressivo?

Aquiles: Pode-se dizer que sim!

Tartaruga: Como se estivesse seguindo o *padrão lógico de batalha*?

Aquiles: Parece-me um bom modo de entender as coisas.

Tartaruga: E para que possamos estar engajados no modo de conversa da batalha o que nós precisamos?

Aquiles: Creio que precisamos ter estipulado alguns *critérios de batalha*.

Tartaruga: Parece-me um bom modo de evitar que estejamos lutando alheios contra moinhos de vento!

Aquiles: Realmente!

Tartaruga: Agora voltemos ao seu jogo de cartas. Se excluirmos a lógica da batalha e os critérios de batalha que você acrescentou ao seu jogo, há alguma semelhança entre o jogo e uma conversa propriamente dita?

Aquiles: Em certo sentido parece que sim. Afinal de contas, em função do constrangimento da lógica da figuração, temos tudo que precisamos para ter algo como uma *conversa propriamente muito esquisita*.

Tartaruga: Sabe aquela invenção que revolucionará o mundo séculos depois de nosso tempo?

Aquiles: A pólvora?

Tartaruga: Esqueça essa ideia de batalha! Estou falando dos maravilhosos computadores!

Aquiles: Pois sim, e nós aqui com esses sofríveis papiros. É um pavor! Sempre que escrevo minhas mãos ficam totalmente cobertas de tinta.

Tartaruga: Agora imagine que algum programador resolva desenvolver um programa contendo as regras do seu jogo. Além disso, que o programador crie um código para que a função do mesa seja executada por uma máquina. Nesse caso, se você fosse o indagador e o mesa fosse uma máquina, teríamos uma conversa propriamente dita?

Aquiles: Que pergunta mais complicada! Talvez seja o caso de esperarmos que inventem os computadores para que depois disso a questão possa ser colocada.

Tartaruga: Pois bem ~~estado de empatia tácita~~! Deixemos essa questão de lado.

Aquiles: Acho mais conveniente!

Tartaruga: Então reflitamos em nossa conversa sobre a noção de conversa propriamente dita por outro ângulo: e se só você entender as coisas do modo mesmo como as entende, teremos também uma conversa propriamente dita?

Aquiles: Certamente não! Para tal, nós devemos tanto estar de acordo nos padrões lógicos que estamos seguindo, quanto compartilhar um mesmo vocabulário. Caso contrário, tudo que teríamos é uma ilusão de conversa.

Tartaruga: Por falar em ilusão de conversa, há um número mínimo de atores requeridos para que seja possível o engajamento numa conversa propriamente dita?

Aquiles: Ora, parece-me evidente que precisamos de dois ou mais atores. Veja o caso dessa nossa conversa. Você e eu somos polos ativos da conversa e o estrangeiro, na medida em que apenas nos observa calado, é um polo passivo da conversa.

Tartaruga: Sabe quando você aborda alguém e pergunta o que a pessoa está fazendo e ela responde com a frase: “estou aqui conversando comigo mesmo”.

Aquiles: Claro que sei! Eu mesmo já respondi assim perguntas como essa!

Tartaruga: E então? Você quer dizer que “conversar consigo mesmo” não é algo que deve ser entendido literalmente?

Aquiles: Pois então! Talvez isso seja apenas um modo de dizer!

Tartaruga: Pois então! Isso é um modo de dizer o quê?

Aquiles: Talvez quando eu tenha dito isso eu estivesse apenas viajando!

Tartaruga: Uma viagem com palavras articuladas em frases que seguem certos padrões lógicos?

Aquiles: Provavelmente! Acho que estava apenas refletindo comigo mesmo.

Tartaruga: Pois já lhe aconteceu de – ao refletir – você estar engajado num diálogo interno?

Aquiles: Como se tivessem duas vozes conversando uma com a outra dentro da minha cabeça e eu fosse o expectador de tal conversa?

Tartaruga: Pois sim!

Aquiles: Desconfio que não! Isso não é o que se passa com aqueles que estão no hospício?

Tartaruga: Você quer dizer que isso é coisa de louco?

Aquiles: E o que mais seria?

Tartaruga: Façamos o seguinte. Imagine que tudo que estamos fazendo aqui, desde que começamos essa nossa conversa de voltas estranhas, não passa de um diálogo acontecendo na sua cabeça. Consegue imaginar isso?

Aquiles: Certamente! E daí?

Tartaruga: Pois bem! Esse seu diálogo imaginário está seguindo certos padrões lógicos, não está?

Aquiles: Olha! Confesso que não tenho cem por cento de certeza, mas entendo o que você quer dizer! Consigo imaginar perfeitamente bem que toda essa nossa conversa segue uma série flutuante de padrões lógicos e também que ela não passa de um diálogo interno acontecendo dentro da minha cabeça.

Tartaruga: Pois bem! Nesse caso, você estaria inclinado a aceitar que está tendo uma conversa propriamente dita consigo mesmo?

Aquiles: Que seja! Mas o que garantiria que isso tudo não passa de uma ilusão de conversa e que, sem saber e em realidade, sou como um louco internado em um hospício?

Tartaruga: Vejamos! Agora imagine que ao invés de estar apenas nessa conversa consigo mesmo, você esteja em verdade escrevendo tal conversa em um papiro.

Aquiles: Pois bem! Mesmo que esteja compenetrado escrevendo essa conversa em meu papiro, nada impede que isso se dê no interior de um hospício qualquer!

Tartaruga: Façamos o seguinte. Deixemos de lado esse contra-factual imaginado e voltemos cá para nossa conversa real. O que é requerido para que nós estejamos efetivamente engajados nessa nossa conversa?

Aquiles: Ora, pois já respondi isso antes. Basta que eu e você estejamos de acordo com relação aos padrões lógicos e o vocabulário que estamos seguindo em nossas falas.

Tartaruga: Pois bem! Agora voltemos ao caso contra-factual. Imagine que além de escrever esse diálogo consigo mesmo você resolva enviá-lo para mim e que eu seja capaz de compreendê-lo. Assim evitamos o eventual problema da loucura?

Aquiles: Mais ou menos! Poderia ser o caso de que apenas eu e você nos entendermos em nossa loucura.

Tartaruga: Mas nesse caso, haveria uma certa relativização dessa sua suposta loucura imaginada, não?

Aquiles: Pois então! Já que você é capaz de ler o meu diálogo, talvez esse seja um modo de colocar as coisas.

Tartaruga: Agora suponhamos que, além de mim, uma série de outras pessoas sejam capazes de ler seu diálogo e compreendê-lo. Seria um caso de relativização ainda maior da sua suposta loucura?

Aquiles: Creio que sim!

Tartaruga: Agora você considera que todos aqueles que entendem o seu diálogo compartilham da sua loucura?

Aquiles: Nesse caso, parece-me que talvez seja mais simples afirmar que, dentro do conjunto de todas as pessoas que estão em acordo com relação aos padrões lógicos em curso, não há propriamente loucura.

Tartaruga: O que você está sugerindo é que os loucos seriam os outros?

Aquiles: Também não é pra tanto! Pois pode ser que eles também se entendam entre si.

Tartaruga: Nesse caso, você diria que para os outros nós somos loucos e para nós os outros são loucos?

Aquiles: Sim e não! Acho que é melhor dizer simplesmente que os *uns* se entendem melhor com os *uns* e os *outros* se entendem melhor com os *outros*. Agora se há um pobre coitado qualquer que não se entende com qualquer outro um e também que qualquer um outro não entende ele, esse chamaremos de absolutamente louco.

Tartaruga: Até que apareça alguém que entenda ele! Mas deixemos o assunto da loucura de lado. Agora gostaria de saber se você está inclinado a aceitar que uma *dissertação*, uma *confissão* ou uma *meditação* que um sujeito faz consigo mesmo pode ser considerado um tipo de conversa interna.

Aquiles: Depois disso tudo, talvez seja melhor seguir o *Velho Pai de Todos* e dizer “só sei que nada sei”!

Tartaruga: E se você parasse um pouco para meditar assim como o fez o *Meditador Cartesiano*?

Aquiles: Acho que estou entendendo aonde você quer que eu chegue! Talvez seja mais apropriado dizer que eu sei que “eu sou, eu existo”!

Tartaruga: Não é bem por aí! Pare um pouco para pensar no próprio percurso que o autor realizou para chegar em tal venerável conclusão sobre a sua existência.

Aquiles: A minha existência ou a existência dele?

Tartaruga: A de qualquer meditador que siga o percurso criado pelo *Meditador Cartesiano*.

Aquiles: Você está se referindo ao *método da dúvida cartesiana*?

Tartaruga: Pois sim! Parece-lhe adequado considerar que o meditador – engajado na atividade de colocar em descrédito tudo aquilo que encontra razões para duvidar – está ou não está realizando uma certa conversa consigo mesmo?

Aquiles: Se é enquanto faço essa meditação que eu garanto a minha existência, acho melhor aceitar que também é um modo de conversar.

Tartaruga: Como assim? Você está querendo dizer que se você parar com a meditação, a sua existência deixa de estar garantida?

Aquiles: Não foi isso que eu quis dizer! Eu sou, eu existo independentemente de estar ou não fazendo essa meditação.

Tartaruga: Mas se esse é o caso, afinal de contas para que você precisa dela?

Aquiles: Não preciso dela para qualquer coisa!

Tartaruga: Então ela não serve para qualquer coisa?

Aquiles: Também não é bem assim! Até onde entendo, o valor de tal venerável meditação está na própria possibilidade de fazê-la. Sabe quem você está me parecendo com essas perguntas todas?

Tartaruga: O nosso caro amigo estrangeiro?

Aquiles: Não mesmo! Você está me lembrando do próprio dito cujo! O *ardil enganador em si mesmo!*

Tartaruga: **Zêro não** é um número!

Aquiles: Sim! Você está parecendo a própria dúvida encarnada!

Tartaruga: Você está sugerindo que o meditador conversa internamente com a dúvida?

Aquiles: É como se fosse!

Tartaruga: E se sou como a dúvida e nós nos entendemos, o que isso significa?

Aquiles: Ora, isso só pode se dar em função de compartilharmos certos padrões lógicos.

Tartaruga: Você está se referindo ao *padrão lógico da dúvida?*

Aquiles: Pois então! Não deixa de ser um caso de conversa constrangida por certos padrões. Assim como num poema com letra aliterativa ‘m’ – por exemplo, *Mero Maldito Mortal* – só podemos usar palavras que começam com a letra ‘m’; para seguir o padrão da dúvida, devemos respeitar uma série de regras sem as quais violamos o padrão lógico em questão. Nesse contexto, não é que a *Meditação Cartesiana* garanta a existência do meditador, mas ela é um magnífico modelo do que podemos construir constrangidos no padrão lógico da dúvida.

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que a *Meditação Cartesiana* não prova coisa alguma?

Aquiles: Parece-me muito estranho pensar que a *Meditação Cartesiana* prova qualquer coisa. Quem prova é o meditador!

Tartaruga: A é? E o que o meditador prova em sua *Meditação Cartesiana?*

Aquiles: Ora, prova apenas o ardiloso gosto amargo do padrão lógico da dúvida.

Tartaruga: Pois veja só se não estamos jogando com uma certa ambiguidade numa de nossas palavras!

Aquiles: Pois então! O significado que nos importa é o mesmo que comparece versado na *Tabacaria*. Parece-me muito estranho pensar que a *Meditação Cartesiana* deveria provar alguma coisa! Tudo que a meditação garante é que ao fazer o percurso criado pelo autor estamos caminhando com o padrão da dúvida. Algo como se jogarmos o meu jogo de cartas, estamos caminhando no padrão da figuração; se escrevermos um poema só com a letra 'm', estamos caminhando no padrão da letra aliterativa 'm'...

Tartaruga: Mas isso não acaba tornando a filosofia algo como arte?

Aquiles: Confesso que tenho minhas dúvidas! Estaria inclinado a dizer que do mesmo modo que a arte algo como filosofia, mas para isso talvez a filosofia devesse abrir mão da pretensão de querer provar seja o que for. Assim, seria mais fácil compreender que somos nós que provamos a *lógica do sublime*.

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que a filosofia não deve ser identificada como uma ciência?

Aquiles: Pois então! Deixemos que os cientistas provem coisas ao modo deles, afinal de contas eles fazem isso muito bem.

Tartaruga: E os filósofos?

Aquiles: Se também forem um tanto artistas assim como o *Artista Figurador* e o *Artista Meditador Cartesiano*, então eles fazem o mesmo que fazem os mágicos: belos truques!

Tartaruga: Truques como os de um ilusionista?

Aquiles: Não! Truques de mágica mesmo.

Tartaruga: Parece-me uma visão exageradamente poética e fantástica da filosofia.

Aquiles: Realmente! Talvez seja melhor considerar isso tudo como algo distinto de tudo mais.

Tartaruga: E o que seria?

Aquiles: A filosofia como um tipo de *composição poética*. Pense assim: enquanto *uns* quebram a cabeça tentando criar relógios muito muito sofisticados; engrenagens polidas e bem ajustadas; acima de tudo capazes de dar a hora certa, *outros* vão lá e ladinamente arrancam os seus ponteiros. Nesse caso, esses poetas da filosofia além de mágicos também são como raros relojoeiros do absurdo.

Tartaruga: Você está sugerindo que esses artistas da filosofia são como compositores de relógios sem ponteiros?

Aquiles: É o que parece!

Tartaruga: Agora que você falou isso ocorreu-me à mente um ilustre ladrão de obras filosóficas!

Aquiles: Um ladrão de obras filosóficas? Quem?

Tartaruga: Pois não está lembrado do famoso caso do roubo do *Argumento Ontológico* de *Santo Proveedor*?

Aquiles: Pois é verdade, foi noticiado em todos os jornais! Sabe se já conseguiram capturar o *Sábio Borges*?

Tartaruga: Até onde sei todos seguem o procurando. Mas como ele é muito sabido, segue seu rumo livre, leve e solto!

Aquiles: Pois que continue assim... um sábio foragido!

Tartaruga: Dizem que compôs uma pequena cabana no meio dos bosques e lá segue feliz da vida pescando suculentos versos e montando deliciosos pães.

Aquiles: Pois que continue assim... um sábio foragido bem alimentado!

Tartaruga: Sorte a sua que você não conhecia o *Tractatus* antes de criar seu jogo. Seria um perigo se achasse que, assim como o *Sábio Borges* assaltou o *Santo Proveedor* armado com um baralho de pássaros, você roubou o *Figurador* armado com um bando de cartas.

Aquiles: Realmente! Se fosse esse o caso, já estaria correndo para bem longe desde já.

Tartaruga: De qualquer modo, vendo por esse lado, parece haver um segundo modo de vincular a metáfora do relógio com o seu jogo. Não como uma ilustração bem ajustada, mas como se você pegasse o próprio relógio da metáfora que está pelo *Tractatus* e arrancasse os seus ponteiros desajustados.

Aquiles: Pois é, mas essa eu não quero na minha conta. Pois para isso eu teria que conhecer a obra antes de ter feito o jogo. Mas se fosse o caso, eu já seria considerado um foragido. De qualquer modo, agora ocorreu-me um outro modo de ser como um compositor de relógios sem ponteiros. Também é possível ser como o *Meta-Compositor*. Para isso basta fazer composições de composições de relógios sem ponteiros.

Tartaruga: Como se as engrenagens do relógio sem ponteiros fossem, elas mesmas, relógios sem ponteiros?

Aquiles: Isso mesmo!

Tartaruga: Isso poderia acontecer se você fosse capaz de colocar o relógio com os ponteiros arrancados do *Tractatus* dentro de um relógio sem ponteiros ainda mais sofisticado.

Aquiles: Realmente! Mas confesso que agora ainda não sei como isso poderia ser feito.

Tartaruga: Se é que isso pode mesmo ser feito...

Aquiles: Pois então!

Tartaruga: Além disso, você precisaria de alguma coisa que fizesse essa hipotética meta-composição de relógios funcionar sem ponteiros, não é mesmo?

Aquiles: Veja bem! É aí que entraria o passe de mágica.

Tartaruga: Talvez seja o caso de também considerar a lógica das voltas estranhas!

Aquiles: Realmente! Parece-me a lógica apropriada para essa proeza!

Tartaruga: E como alguém poderia compreender tal meta-composição?

Aquiles: Parece-me que do mesmo modo que nos entendemos em qualquer conversa, basta compartilhar do mesmo vocabulário e estar de acordo nos padrões lógicos que estamos seguindo.

Tartaruga: É isso ou tal meta-composição sofreria do ardiloso *Efeito Torre de Babel*... Ei... Ei... o que você está fazendo? Agora ficou maluco de vez? Não vê que está deixando nosso convidado estrangeiro desconfortável?

Aquiles: Ops! Caro Sr. Estrangeiro, perdoe esse *Mero Maldito Mortal*. Mas é que, Sr. Tartaruga, quando você falou 'torre de babel' isto evocou em meu interior o desenho *Tower of Babel* de Escher.

Tartaruga: Mas ora, e não é que vemos aqui um outro caso peculiar de *sinestesia*. E para isso precisava ficar encarando ele *olhos nos olhos*?

Aquiles: Caro Sr. Estrangeiro, desculpe a falta de elegância desse pobre corredor inconveniente, mas é que me ocorreu que se você participa de *Ascending and Descending*, talvez você também participe de *Tower of Babel*. Seria isso plausível, Sr. Tartaruga?

Tartaruga: Mais do que plausível! Você está inteiramente correto. Vejo que estão começando a entrar em Estado de Empatia Tácita. E sabe onde ele está?

Aquiles: Deixe-me pensar... Ah! Já sei! Ele só pode ser o personagem mais ao alto. Aquele sentado de braços abertos no último degrau da escada. Sempre que vejo a obra, sinto-me especialmente relacionado com o mesmo. Pois se trata do personagem mais emblemático no desenho.

Tartaruga: Você estava indo tão bem que cheguei a ter esperança que – dessa vez – seria capaz de ver a face do estrangeiro sem se perder apressadamente nos braços abertos dos menores detalhes. Temo que sem querer – *aquicomigomesmo* – acabei encarnando o seu personagem. Quanto a você, talvez seja um daqueles que nunca vai tomar jeito na vida.

Aquiles: Também não precisa dar lição de moral! Deixe-me eu com o meu jeito que eu também não implico com seu jeito devagar – *qua...se pa-ran-do de andar* –.

Tartaruga: Desculpe-me caro amigo. Não pretendia parecer rude! Também deixemos essa nossa *lógica da imitação* de lado e voltemos ao que interessa. Ainda não compreendeu qual o ponto cego na sua visão?

Aquiles: Pois não vejo esse tal ponto cego!

Tartaruga: Pois então! Perde de vista que o emblemático estrangeiro não é o personagem sentado no topo da construção, tampouco se trata dos tijolos e homens configurados nela. Pois encontramos-lo no olhar estrangeiro do pássaro voltado para o despropósito na construção interrompida.

Aquiles: Realmente, devo confessar que estava perdendo de vista a *perspectiva do pássaro*. Mas convenhamos, tal perspectiva não faz parte do desenho propriamente desenhado. Pois a perspectiva *do* desenho não está *no* desenho.

Tartaruga: De acordo, mas, então, você também há de convir que nada impede que o desenho seja propriamente *sobre* a sua própria perspectiva.

Aquiles: Que seja! Você está sugerindo que o desenho trata do estrangeiro?

Tartaruga: Não sugiro qualquer coisa! Cabe-me apenas tornar visível o que o olhar do estrangeiro nos mostra. Só que dessa vez seja mais sutil. Faça o favor de fechar os olhos antes de começar a encará-lo novamente.

Aquiles: É isso que você chama de Estado de Empatia Tácita?

Tartaruga: Ora, o que acha de responder essa por você mesmo!?

Aquiles: Que seja!

Tartaruga: Pois bem, voltemos do ponto que paramos antes de sua maldita falta de etiqueta.

Aquiles: E onde estávamos mesmo?

Tartaruga: Conversando sobre conversas; roubos, jogos e meta-composições...

Aquiles: AH SIM! Reacordei onde estávamos.

Tartaruga: Que? Por acaso esse é o seu modo de dizer que até agora pouco estava dormindo?

Aquiles: Só se isso tudo for um *Sonho Lúcido*! Uma vez tive um sonho lúcido muito estranho.

Tartaruga: Não é aquele que você conta numa de suas músicas?

Aquiles: Pois é aquele mesmo!

Tartaruga: Lembro-me muito bem do verso, só não estou recordando muito bem do refrão. Como era mesmo?

Aquiles: Só digo se você declamar o verso!

Tartaruga: Pois bem: “*Agora, já são quatro horas passadas/ Meia noite eu fui me deitar/ Em silêncio com a luz apagada/ Não sei fazer a engrenagem parar / A mola só sabe pular / A mente não quer desligar / Às sete eu tenho que me levantar / Pro amanhã poder começar / Mas hoje não quer terminar /... / Mas, ora, como posso estar acordado/ Se ouço meu ronco no quarto / Travesseiro tá todo babado*”. É assim, não é?

Aquiles: Agora que você declamou, lembrei do modo como você avaliou o verso.

Tartaruga: Ah é? E como foi?

Aquiles: Você disse “apesar da sua temática original e inusitada e de estar seguindo os padrões constrangidos típicos de uma lógica versada, trata-se de um jogo de rimas muito barato!”

Tartaruga: De fato! Tirando o tema, trata-se de um verso um tanto quanto normal. Já o refrão...

Aquiles: Pois então, lembra-se que da outra vez eu disse que refrão ainda não estava pronto.

Tartaruga: É verdade! E agora? Temos ou não temos refrão?

Aquiles: Pois vou confessar-lhe que havia esquecido que segue sendo uma construção interrompida.

Tartaruga: Pois bem, voltemos do ponto que paramos antes do seu sonho lúcido digressivo!

Aquiles: Que por sua vez era...?

Tartaruga: A sua maldita falta de etiqueta.

Aquiles: Mas já não havíamos dado esse assunto por encerrado?

Tartaruga: De certo modo!

Aquiles: Antes estava achando que toda essa nossa conversa estava apenas sem pé nem cabeça. Agora tenho a impressão de que, por mais que estejamos dando voltas e voltas, não saímos do mesmo lugar.

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que nossa conversa é como a *cartola* que adorna a cabeça do estrangeiro?

Aquiles: Que seja! Se é assim, seria o caso de voltar para assunto que conversávamos antes da minha maldita falta de etiqueta?

Tartaruga: Apenas se quisermos ir para frente nessa nossa conversa de voltas estranhas. Nesse caso, somos forçados a voltar para trás. Agora o problema é que não podemos voltar para trás sem deixar ir para frente.

Aquiles: Mas então isso quer dizer que agora estamos presos?

Tartaruga: Isso não vem só de agora.

Aquiles: Nesse caso, o que faremos?

Tartaruga: Apenas o que o criador nos incumbiu: “Orbitar Abnegados Nadir é Zên(ão...)ite”.

Aquiles: Que seja! Continuemos conversando nossa meta-conversa acordados nessa lógica de cartola nas voltas estranhas em nosso querido estrangeiro. Vamos com o que foi ou voltamos com o que vem?

Tartaruga: Vejo que continuamos com os ponteiros bem ajustados em nosso relógio de ponteiros arrancados.

Aquiles: É o que parece ou estamos sob o efeito torre de babel.

Tartaruga: Exatamente! Se estamos acordados para o fato de que nossas abas giram sob a mesma cartola – não havendo espaço para o efeito torre de babel –, (e com uma certa dose de etiqueta) até de olhos vendados não deixamos de ver sentido no olhar do estrangeiro!

Aquiles: É isso que você chama de Estado de Empatia Tácita?

Tartaruga: Mas caro amigo, você já não havia feito a mesma pergunta antes?

Aquiles: Pois sim!

Tartaruga: E o que eu respondi?

Aquiles: Sugeri que eu respondesse por mim mesmo!

Tartaruga: E o que você fez?

Aquiles: Falei “que seja!”.

Tartaruga: E agora o que acha?

Aquiles: Sem querer mudar de assunto, mas já mudando. Parece que aquelas crianças que estavam apenas trocando passes resolveram começar a jogar bola.

Tartaruga: Por mudar de assunto você quer diz avançar voltando para assunto de antes?

Aquiles: Como se nesse mundo houvesse outro modo de mudar.

Tartaruga: Paramos aqui então?

Aquiles: Sim, veja lá: botaram seus chinelos como goleiras e parecem engajadas numa verdadeira batalha futebolística.

Tartaruga: Esse é o seu modo de dizer que antes apenas trocavam passes e agora jogam um jogo propriamente dito?

Aquiles: Exatamente! É que agora, ao que parece, estabeleceram condições de vitória.

Tartaruga: Tem certeza?

Aquiles: Para ter certeza mesmo só indo lá e perguntando, mas nem adianta tentar me convencer a ir até lá perguntar. Quem sabe vai você?

Tartaruga: Temo que até eu chegar lá as crianças já estejam dormindo sonhos lúcidos em suas camas!

Aquiles: Não tinha pensado por esse lado.

Tartaruga: Por outro lado, façamos assim, o que você acha de tomarmos como dado que elas estipularam condições de vitória?

Aquiles: Tudo para não ter que ir lá falar com elas. Mesmo quando apenas trocavam passes já estavam muito agressivas, imagina agora que começaram a jogar bola.

Tartaruga: Você diria que agora, depois de ter condições de vitória bem estabelecidas, elas têm compreensão da atividade que estão realizando?

Aquiles: Ora, pois parece-me muito adequado dizer que sim.

Tartaruga: Então quando apenas trocavam passes as ingênuas crianças não compreendiam o que faziam e agora magicamente passaram a ter compreensão sobre que estão fazendo?

Aquiles: E não é?

Tartaruga: Aquelas crianças ingênuas fazem parte da nossa conversa?

Aquiles: Sim!

Tartaruga: E nós fazemos parte do jogo delas?

Aquiles: Certamente não!

Tartaruga: Você diria que enquanto aquelas ingênuas crianças jogam com a bola, nós jogamos conversa fora com elas?

Aquiles: Por assim dizer.

Tartaruga: É como se estivéssemos jogando com elas?

Aquiles: Que seja! Desde que fique claro que elas não estão jogando com a gente.

Tartaruga: E se elas não jogam com a gente, com o que elas jogam então?

Aquiles: Ora, pois, elas jogam com a bola.

Tartaruga: E o que aquelas ingênuas crianças jogam com a bola?

Aquiles: Preciso dizer o óbvio? Bola! Elas jogam bola.

Tartaruga: E quando apenas trocavam passes além delas não estarem jogando bola também achavam que estavam jogando bola?

Aquiles: Pobres ingênuas crianças!

Tartaruga: Mas caro amigo, nesse caso, temo informá-lo que se utilizando a *lógica da avaliação* formarmos uma lista que vai do menos ingênuo ao mais ingênuo dentre todos os presentes, você sequer apareceria na lista dos referidos.

Aquiles: Mas como não? Se não compareço na lista, aonde estou então?

Tartaruga: Ora, seu papel é ser padrão de medida! Pois és um dos critérios mesmos de avaliação!

Aquiles: Eu?

Tartaruga: Ao que parece, dentre todos você é o único que não sabe que está todo esse tempo jogando um certo jogo.

Aquiles: Como assim? Você está querendo dizer que toda essa nossa conversa não passa de um jogo?

Tartaruga: E o que mais seria?

Aquiles: Mas se esse é o caso, que jogo estou jogando sem saber? De certo não é o jogo de bola das crianças.

Tartaruga: Trata-se de um jogo de conversa: *O Jogo das Voltas Estranhas*.

Aquiles: O jogo das voltas estranhas?

Tartaruga: Pois sim! Agora avancemos voltando para o seu jogo de cartas. Você sugeriu em nossa conversa que para que ele pudesse ser um jogo propriamente dito seria necessário adicionar um certo conjunto de regras que estipulem condições de vitória. Porém, tudo que você tem com isso é a adição um padrão lógico completamente estranho ao padrão lógico da figuração.

Aquiles: Como se eu estivesse transformando algo que é apenas uma conversa numa conversa que também é debate?

Tartaruga: Pois do mesmo modo que as crianças podem jogar bola apenas trocando passes e que podemos ter conversas sem que para isso entremos em modo de debate, seu jogo não vai deixar de ser jogo ainda que você não vincule a ele o padrão lógico da batalha.

Aquiles: Você está querendo dizer que quando adicionei todas aquelas condições de vitória para o meu jogo de cartas eu estava batalhando contra moinhos de vento?

Tartaruga: Na exata medida em que não precisa delas para que tenhamos um jogo propriamente dito.

Aquiles: AHA! Mas nesse caso tudo que você conseguiu mostrar é que esse nosso jogo das voltas estranhas tem certas condições de vitória ocultas e que acabei de ganhar de você. Pois se você derrubou a minha ideia de que jogos não precisam de condições de batalha, isso significa que eu perdi. Mas se eu perdi, isso significa que o nosso jogo tem condições de vitória. E se o nosso jogo tem condições de vitória, você acabou de perder.

Tartaruga: Sua lógica estaria inteiramente correta se nós não estivéssemos apenas calibrando o nosso vocabulário. Tudo que fizemos foi entrar em acordo sobre como estamos utilizando o termo 'jogo'. Nem tudo é o que parece ser. Embora possa ter parecido uma batalha, tratou-se – em realidade – apenas de uma batalha contra moinhos de vento.

Aquiles: Agora fiquei aborrecido! Finalmente entendi que seu jogo preferido é sempre me lograr.

Tartaruga: Não caro amigo, você tem o péssimo hábito de ver tudo ao contrário. Você só me toma como um perverso se perder de vista que meu jogo preferido não é lográ-lo, mas, antes, fazê-lo compreender como você foi logrado.

Aquiles: Então você quer dizer que tudo isso é para o meu bem?

Tartaruga: E o que mais seria?

Aquiles: Isso tudo está fazendo eu me sentir como um velho amigo nosso!

Tartaruga: Ah é? Quem?

Aquiles: O desafortunado rebelde!

Tartaruga: Falas do astuto pobre coitado?

Aquiles: Pois sim, sinto-me como Sísifo!

Tartaruga: Esse o seu modo de dizer que eu sou como Zeus?

Aquiles: Muito antes pelo contrário! Seu lugar na imagem não é no topo dos céus enquanto constrangedor... É como se eu estivesse condenado a ser *eu com você*. Meu caro cascudo questionador, você é o fardo do constrangimento... é minha pedra falante!

Tartaruga: Pois sim, meu caro *Mero Maldito Mortal*, pelo menos agora aprendeu a jogar o eterno jogo das voltas estranhas. Só faltava você dizer que o nosso caro amigo Estrangeiro é o Verbo... o *restar* no percurso!

Aquiles: Será que isso não iria constrangê-lo demais?

Tartaruga: Prefere deixar ele buscando o Substantivo?

Aquiles: Sim! Vai que com o *restar* destacado ele mesmo monte o *anagrama*!

Tartaruga: Acaba de achar na volta o *acróstico*.

Aquiles: Resta também *legislado* em favor da curiosa composição – no *caso do palíndromo degenerado*.

Tartaruga: Bem lembrado! Nada como ver tudo na *perspectiva do pássaro*.

Aquiles: Acordamos no firmamento a *prova do sublime estado de empatia tácita*... provamos também do lúdico sonho lúcido criado pelo *Meditador Cartesiano*.

Tartaruga: Deveras! Nada como revelar a *lógica cética* por trás do *efeito torre de babel*! E como vamos chamar o relógio sem ponteiros do *Figurador*?

Aquiles: Arrancados os ponteiros só pode ser o *Jogo da Figuração*. O que você acha?

Tartaruga: Convenhamos... Não poderia ter um nome melhor para esse outro belo animal ~~SELVAGEM~~ [*Domesticado*]!

Aquiles: Além do mais tem o *Mero Maldito Mortal* que não para de caminhar: O Sísifo nas abas de [*ASCENDING and DESCENDING*].

Tartaruga:

Resta aqui nas escadas do girando... rodando...
 com ponteiros... a obra rara é mantido...
 Meta-Compositor...
 estranhas andando... aqueles perfeitos...
 Meta-Compositor...
 das voltas mais um arrançados - Meta-Compositor...
 jogo - mais um arrançados - Meta-Compositor...
 das voltas mais um arrançados - Meta-Compositor...

Aquiles: **B**asta fechar os olhos – com um baralho em mãos – para ver a *elucidação ilustrativa* do truque:

““CUIDADO ESTRANGEIRO CUIDADO!

OLHA A BOLA!”.

E era isso...

Tá na rede!

Mais um que foi com bola e tudo;

Caiu pra dentro da própria cartola.”

∃xAuto-Encartoladox = [**...ABRACADABRA...ARBADACARBA...**]

8. Referências bibliográficas

- ANSCOMBE, E. *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*, London: Hutchinson University Library, 1959.
- BEANEY, M. 'Wittgenstein on Language: From Simple to Samples', in E. Lepore and B. Smith (eds.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*, Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 40-59.
- BOSTOCK, D. *Russell's Logical Atomism*, Oxford University Press, 2012.
- CHILD, W. *Wittgenstein*. Trad.: Pich, R.H., Penso Editora. 2013.
- CONANT, James. "Elucidation and Nonsense in Frege and Early Wittgenstein". In: *The New Wittgenstein*, edited by A. Crary and R. Read, Routledge, London, 2000.
- DIAMOND, Cora. "Throwing Away the Ladder: How to Read the Tractatus". In: *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. MIT Press, 1995.
- FOGELIN, R. J. *Wittgenstein*. London, Routledge & Kegan Paul, 1976.
- FOGELIN, R. J. "Wittgenstein's critique of philosophy". In: SLUGA, H & STERN, D. G. (ed.) *The Cambridge companion to Wittgenstein*, Cambridge University Press 1996.
- FREGE, G. "Function and Concept". In: *Translation from the Philosophical writings of Gottlob Frege*, ed. P. T. Geach and Max Black. Oxford: Basil Blackwell, 1966.
- _____. "On Concept and Object". Em: *Translation from the Philosophical writings of Gottlob Frege*, ed. P. T. Geach and Max Black. Oxford: Basil Blackwell, 1966.
- _____. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.
- GEACH, P. T. "Saying and Showing in Frege and Wittgenstein". In J Hintikka (ed.), Em: *Essays on Wittgenstein in Honour of G. H. Von Wright*. Amsterdam: North Holland, 1977, pp. 54-70.
- HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion* - Oxford, Clarendon Press. Revised edition, 1986.
- ISHIGURO, H. "Can the world impose logical structure on language?". In: HALLER, R. & BRANOL, J. (Her.) *Wittgenstein - eine Neubewertung* - Wien, Hölder-Pichler-Tempsky, 1990.
- ISHIGURO, H. "Use and reference of names" - In: WINCH, P. (ed.) *Studies in the philosophy of Wittgenstein* - London, Routledge & Kegan Paul, 1969.
- KENNY, A. *Wittgenstein* - London, Allen Lane, 1973.
- KLEMENT C. "Review of Landini's *Russell*", *Journal for the history of Analytical Philosophy*, 2012.
- KREMER, M. "Contextualism and holism in the early Wittgenstein: from Prototractatus to Tractatus", *Philosophical Topics*, vol. 25, pp. 39-73.
- LANDINI, G. *Russell*. London and New York: Routledge. 2011.
- LINSKY, B. The Metaphysics of Logical Atomism. In *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*, ed. by N. Griffin. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LIVINGSTON, P. "'Meaning is Use' in the Tractatus". *Philosophical Investigations* 27 (1): 34-67, 2004.
- LOPES DOS SANTOS, L.H. "A Essência da proposição e a essência do mundo". In: WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus* - São Paulo, Edusp, 1990.
- MARION, M. *Introdução ao Tractatus logico-philosophicus*. Trad.: Prado Neto, B. Annablume, 2012.
- McGINN, M. *Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's early philosophy of logic and language*. Oxford, Clarendon Press, 2006.
- McGINN, M. "Simple and the idea of analysis in the Tractatus". In: Kahahne, Kanterian and Kuusela (eds.). *Wittgenstein and his interpreters*, Blackwell.
- McGUINNESS, B. "The so-called realism of the *Tractatus*" - In: BLOCK, I. *Perspectives on the philosophy of Wittgenstein* - Oxford, Blackwell, 1981, pp. 60-73.
- McGUINNESS, B. "The Grundgedanke of the Tractatus". In: Vesey. *Understanding Wittgenstein*.

- MORRIS, M. *Routledge Guidebook to Wittgenstein's Tractatus*. Routledge, 2008.
- MOUNCE, H.O. *Wittgenstein's Tractatus (An introduction)* – Oxford, Blackwell, 1981.
- NELSON, Eric et al. "Skeptical Symmetry: A Wittgensteinian Approach to Scientific Reasoning". *Gnosis* 14. 2, 2016.
- PAGE, J. "Unconfigured Tractarian Objects", *Philosophical Investigations* 20: 39–50, 1997.
- PEARS, D. *The false prison - a study of the development of Wittgenstein's philosophy*, Vol.1 - Oxford, Clarendon Press, 1987.
- PEARS, D. "The logical independence of elementary propositions", In: Block, I., (ed.) *Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein*, Basil Blackwell, MIT Press, 1981.
- PROOPS, I. "Logical Syntax in the *Tractatus*". In Richard Gaskin (ed.), *Grammar in Early Twentieth-Century Philosophy*. Routledge 163, 2001.
- PROOPS, I. "Logical atomism in Russell and Wittgenstein". In: Kuusela & McGinn (eds.) *The Oxford Handbook to Wittgenstein*.
- RAMSAY, F.P. [1923]: "Review of the *Tractatus*", *Mind*, 32, pp. 465-78.
- REINHARDT, L. "The impossible bottom line", *Analysis* 65(4): 341-342, 2005.
- RICKETTS, T. "Pictures, Logic and the Limits of Sense in Wittgenstein's *Tractatus*". In: SLUGA, H & STERN, D. G. – (ed.) *The Cambridge companion to Wittgenstein*, Cambridge University Press 1996.
- RUSSELL, B. (1905b). 'On Denoting', *Mind*, 14: 479–93. (Repr. in Marsh 1956.)
- RUSSELL, B. (1918/1956). 'Philosophy of Logical Atomism' (PLA), First published in the Routledge Classics in 2010 by Routledge (Originally published in *Monist*, 1918/19.)
- (1959). *My Philosophical Development*. London: George Allen and Unwin.
- (1986 [1912]). *e Problems of Philosophy* (POP). Oxford: Oxford University Press.
- (1990 [1910–1913]). *Principia Mathematica to *56* (PM), with A. N. Whitehead. Cambridge: Cambridge University Press.
- SATLER, J. "Leituras literárias de Wittgenstein". NEVES FILHO, E.F. & CARMO, J. *Wittgenstein: notas sobre lógica, pensamento e certeza*. Pelotas: NEPFil online, 2014, pp. 111-152.
- WINCH, P. "Language, thought and world in Wittgenstein's *Tractatus*". In: Winch, P. *Trying to make sense*. Oxford, 1987.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus* - trad.: L.H. Lopes dos Santos - São Paulo, Edusp, 1990.
- WITTGENSTEIN, L. *Invesigações Filosóficas* - trad.: José Carlos Bruni – Abril Cultural, 1975.
- WITTGENSTEIN, L. *Notebooks 1914-1916* - trad.: G.E.M. Anscombe - Chicago, University of Chicago Press, 1979.
- WITTGENSTEIN, L. "Notes dictated to G.E.Moore in Norway" - In: *Notebooks* - trad.: Anscombe - Oxford, Blackwell, 1979.
- WITTGENSTEIN, L. "Notes on logic" - In: *Notebooks* - trad.: Anscombe - Oxford, Blackwell, 1979.
- WHITE, R. "Can whether a proposition make sense depend on the truth of another proposition?" - In: VESEY, G. (ed.) *Understanding Wittgenstein* - New York, Cornell University Press, 1974.
- WHITE, R. *Wittgenstein's 'Tractatus logico-philosophicus': A reader's guide* - Bloomsbury Academic, 2006.